



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

MARCO ANTONIO DE BARROS JUNIOR

**LAMPIÃO DA ESQUINA PARA ALÉM DAS BICHAS:  
AS MEMÓRIAS E HISTÓRIAS EM OUTRAS  
CORPORALIDADES DISSIDENTES NO FIM DA DITADURA**

---

Londrina  
2024

MARCO ANTONIO DE BARROS JUNIOR

**LAMPIÃO DA ESQUINA PARA ALÉM DAS BICHAS:**  
AS MEMÓRIAS E HISTÓRIAS EM OUTRAS  
CORPORALIDADES DISSIDENTES NO FIM DA DITADURA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador(a): Profa. Dr<sup>a</sup> Márcia Neme Buzalaf

Londrina  
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Barros Junior , Marco Antonio de.

Lampião da Esquina para além das bichas : as memórias e histórias em outras corporalidades dissidentes no fim da ditadura / Marco Antonio de Barros Junior . - Londrina, 2024.  
176 f. : il.

Orientador: Márcia Neme Buzalaf .

Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2024.

Inclui bibliografia.

1. Imprensa alternativa - Tese. 2. Lampião da Esquina - Tese. 3. Ditadura - Tese. 4. Decolonialidade - Tese. I. Neme Buzalaf , Márcia. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. III. Título.

CDU 316.77

MARCO ANTONIO DE BARROS JUNIOR

**LAMPIÃO DA ESQUINA PARA ALÉM DAS BICHAS:  
AS MEMÓRIAS E HISTÓRIAS EM OUTRAS CORPORALIDADES  
DISSIDENTES NO FIM DA DITADURA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dr<sup>a</sup>. Márcia Neme Buzalaf  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Reginaldo Moreira  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Renan Honório Quinalha  
Universidade Federal de São Paulo - Unifesp

Londrina, 13 de setembro de 2024.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer:

Cada um que de alguma forma me ajudou chegar até aqui, lugar antes inimaginável e que agora é realidade. O processo desta pesquisa é coletivo e feito por muitas mãos que tornaram a caminhada mais leve e iluminada, como lampiões acesos guiando cada passo;

Aos professores do Mestrado em Comunicação da UEL que a cada aula, mesmo em luta por melhores salários e uma greve no meio, nunca deixaram de acreditar na educação pública, gratuita e de qualidade como uma ferramenta de mudança na sociedade. Obrigado por cada ensinamento;

À minha orientadora, professora Márcia Neme Buzalaf. Nossa caminhada juntos na academia começou no primeiro dia de aula da minha graduação em Comunicação Social - Jornalismo, na UEL, em 2012. De lá para cá tive o privilégio de construir com ela diferentes projetos, como meu trabalho de conclusão de curso (TCC), em 2015, em que ela também me orientou. Em 2023, me guiou durante todo um semestre em meu estágio de docência. E agora, com esta pesquisa. Márcia, obrigado por mostrar na prática, como apontado por Paulo Freire, que a educação precisa ser conduzida por humildade, esperança e amor;

Ao projeto de pesquisa Entretons e ao Grupo de Estudos Decolonialidades na Comunicação (DECO), ambos da UEL, que propiciaram encontros ricos e muito diversos. Mostraram possibilidades de construir pesquisas afetadas, contra hegemônicas sob um alicerce de um ambiente acadêmico plural;

Ao professor Reginaldo Moreira – Régis - que sempre me incentivou a seguir nos estudos de gênero e sexualidade. Obrigado por dedicar sua passagem na instituição lutando por uma universidade mais inclusiva à comunidade LGBTQIAPN+. Ao Régis também agradeço as inquietações provocadas na qualificação desta pesquisa. Estendo o mesmo agradecimento ao professor Renan Quinallha, de quem eu sou leitor. Fica minha gratidão pela generosidade de vocês e por terem aceitado dialogar com este trabalho;

Aos meus amigos que são uma família de coração e especialmente aqueles que nunca soltaram a minha mão: Anderson, Christian, Julio, Bruna, Diniz, Fiama, Samanta, Régia, Ana, Luan, Marina e Brenda, obrigado por tanto;

Por fim, a razão de eu ser quem sou e estar aqui, meus pais Carla e Marco, minha irmã Gabriela. Obrigado pelo amor incondicional e pelos exemplos de dignidade, humildade e coragem. Amo vocês.

Um novo tempo há de vencer  
Pra que a gente possa florescer  
E, baby, amar, amar sem temer...

Johnny Hooker e Liniker

Mas eu acho que não tem nada mais revolucionário, poderoso, transformador e afrontoso, do que você devolver a esse sistema que quer te calar, te silenciar, te deprimir... poder, potência!

Erika Hilton

BARROS JUNIOR, Marco Antonio. **Lampião da Esquina para além da bichas**: as memórias e histórias em outras corporalidades dissidentes no fim da ditadura. 2024. 176 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

## RESUMO GERAL

A imprensa alternativa nos anos da ditadura abriu caminho para a produção de uma série de jornais reconhecidos pela luta e resistência contra hegemônica durante aquele período marcado pela violência, repressão e censura. Nesse cenário, o *Lampião da Esquina* (1978 - 1981), jornal fundado por 11 homens abertamente homossexuais, figura como objeto de pesquisa neste trabalho que rememora os principais materiais publicados pelo jornal que pautavam dissidências além das bichas (foco editorial do *Lampião*). Para tanto, a pesquisa encontra respaldo metodológico na cartografia sentimental (ROLNIK, 2017) com análise documental e produção de cartas, sob uma escrita encarnada que dialoga com autorias decoloniais (BALESTRIN, 2013). Os materiais publicados pelo *Lampião da Esquina* que abordam temas como transgeneridades/travestis, povos originários, movimento negro e feminismos subalternizados, são tensionados por meio de formulações teóricas, afetos e produções culturais, como filmes, músicas e textos literários. Com o cuidado em não causar anacronismos, a pesquisa busca evidenciar o diálogo que o *Lampião da Esquina* teve com outros corpos marginalizados no fim da ditadura. Grupos que assim como as bichas que produziram o jornal, também eram silenciados, violentados, mortos ontem e também hoje, apesar dos avanços.

**Palavras-chave:** imprensa alternativa; *Lampião da Esquina*; ditadura; decolonialidade; dissidências.

BARROS JUNIOR, Marco Antonio. Lampião da Esquina beyond bichas: memories and stories of other dissident bodies at the end of dictatorship. 2024. 176 f. Dissertation (Master in Communication) – State University of Londrina, Londrina, 2024.

## ABSTRACT

The alternative press in the years of the dictatorship paved the way for the production of a series of newspapers recognized for their struggle and resistance against the hegemon during that period marked by violence, repression and censorship. In this scenario, Lampião da Esquina (1978 - 1981), a newspaper founded by 11 openly homosexual men, appears as an object of research in this work that recalls the main materials published by the newspaper that focused on dissent beyond bichas (Lampião's editorial focus). To this end, the research finds methodological support in sentimental cartography (ROLNIK, 2017) with documentary analysis and production of letters, under an embodied writing that dialogues with decolonial authorships (BALESTRIN, 2013). The materials published by Lampião da Esquina that address themes such as transgender/tranvestis, indigenous people, the black movement and subalternized feminisms, are tensioned through theoretical formulations, affects and cultural productions, such as films, music and literary texts. Taking care not to cause anachronisms, the research seeks to highlight the dialogue that Lampião da Esquina had with other marginalized bodies at the end of the dictatorship. That just like the queers who produced the newspaper, they were also silenced, murdered yesterday and now, despite all advances.

**Key-words:** alternative press; Lampião da Esquina; dictatorship; decoloniality; dissent.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Ney Matogrosso no documentário <i>Lampião da Esquina</i> .....	18
<b>Figura 2</b> – Angelus Novus como alegoria da teoria de Benjamin .....	30
<b>Figura 3</b> – João do Rio posando no Rio de Janeiro .....	34
<b>Figura 4</b> – João do Rio no <i>Lampião</i> .....	35
<b>Figura 5</b> – Capa Edição número Zero .....	46
<b>Figura 6</b> – Editorial da Edição Zero .....	47
<b>Figura 7</b> – Reportagem sobre a Operação Limpeza .....	50
<b>Figura 8</b> – Rua Iporans com Carijós em Tupã - SP .....	56
<b>Figura 9</b> – Capa da Edição número 4.....	59
<b>Figura 10</b> – Ensaio "Quem atira a primeira pedra?" .....	60
<b>Figura 11</b> – Cena do filme <i>Divinas Divas</i> .....	63
<b>Figura 12</b> – Reportagem "Mimosas sim" .....	64
<b>Figura 13</b> – Capa Edição número 32.....	66
<b>Figura 14</b> – Reportagem "Dois Travestis" .....	67
<b>Figura 15</b> – Reportagem da capa da Edição 32 .....	71
<b>Figura 16</b> – Continuação da Figura 15 .....	71
<b>Figura 17</b> – Cena do Filme <i>Divinas Divas</i> com Rogéria .....	72
<b>Figura 18</b> – Entrevista com Rogéria super star .....	73
<b>Figura 19</b> – Capa da Edição número 34.....	79
<b>Figura 20</b> – Reportagem sobre redesignação sexual .....	80
<b>Figura 21</b> – Reportagem com Claudie.....	82
<b>Figura 22</b> – "Índia" Vanuíre .....	87
<b>Figura 23</b> – Apresentação de Adão Costa na Edição Zero .....	91
<b>Figura 24</b> – Reportagem "A praça é dos negros" .....	92
<b>Figura 25</b> – Capa Edição número 6.....	95
<b>Figura 26</b> – Capa Edição número 8.....	97
<b>Figura 27</b> – Fotos do livro <i>Keep the river on your right</i> .....	100
<b>Figura 28</b> – Capa da Edição número 10.....	102
<b>Figura 29</b> – Reportagem sobre o debate das dissidências na USP .....	102
<b>Figura 30</b> – Reportagem "Quem tem medo das minorias?" .....	104
<b>Figura 31</b> – Reportagem sobre a situação indígena.....	107
<b>Figura 32</b> – Artigo de Opinião sobre Gilberto Freyre .....	108

<b>Figura 33</b> – Reportagem "E o negro é beautiful?" .....	109
<b>Figura 34</b> – Capa da Edição número 15.....	111
<b>Figura 35</b> – Reportagem "Quanto vale o negro brasileiro?" .....	112
<b>Figura 36</b> – Foto do encontro na casa de Abdias.....	113
<b>Figura 37</b> – Reportagem "IBGE dá o golpe nos negros" .....	118
<b>Figura 38</b> – Culto religioso bolsonarista televisionado .....	125
<b>Figura 39</b> – Nota "Mulheres do mundo inteiro" .....	128
<b>Figura 40</b> – "Feministas com a palavra" .....	129
<b>Figura 41</b> – Capa da Edição número 3.....	131
<b>Figura 42</b> –Editorial "A doença infantil do machismo" .....	132
<b>Figura 43</b> – Texto de Lúcia Rito .....	134
<b>Figura 44</b> – Reportagem "Esta zona vai acabar" .....	135
<b>Figura 45</b> – Capa Edição número 6.....	137
<b>Figura 46</b> – Reportagem com "Lecy" .....	138
<b>Figura 47</b> – Capa Edição número 11.....	143
<b>Figura 48</b> – Reportagem sobre assembleia feminista .....	144
<b>Figura 49</b> – "Perfil de uma feminista brasileira" .....	147
<b>Figura 50</b> – "Mulher negra: um retrato".....	149
<b>Figura 51</b> – Capa da Edição número 12.....	151
<b>Figura 52</b> – Reportagem "Nós também estamos aí" .....	152
<b>Figura 53</b> – Reportagem sobre Ninuccia .....	154
<b>Figura 54</b> – Capa edição número 17 .....	157
<b>Figura 55</b> –Reportagem "Estão matando mulheres" .....	158
<b>Figura 56</b> – Reportagem "Congresso das Genis" .....	161

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-5	Ato Institucional número 5
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNV	Comissão Nacional da Verdade
EUA	Estados Unidos da América
FILO	Festival Internacional de Londrina
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
IBEA	Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCN	Instituto de Pesquisas das Culturas Negras
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binários e mais
MHDC	Ministério de Direitos Humanos e Cidadania
MNU	Movimento Negro Unificado
MPE	Música Popular Estendida
OCCA	Orientalismos e Colonialismos na Comunicação e no Audiovisual
PDT	Partido Democrática Trabalhista
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PSOL	Partido Socialista e Liberdade

PUC	Pontifícia Universidade Católica
RNTD	Repositório Nacional de Teses e Dissertações
OMS	Organização Mundial da Saúde
SOMOS	Grupo de Afirmação Homossexual
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFBA	Universidade Federal da Bahia
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
Unifesp	Universidade Federal de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO OU UMA CARTA SEM FIM</b> .....	14
1.1	UMA EDIÇÃO FABULADA DO LAMPIÃO .....	18
<b>2</b>	<b>UMA PESQUISA QUE DANÇA</b> .....	24
2.1	UMA ESCRITA CARTOGRÁFICA QUE DANÇA NO TEMPO .....	28
2.2	ESCRITA DE CARTAS E UM REPÓRTER-PESQUISADOR-CARTÓGRAFO FLÂNEUR .....	33
<b>3</b>	<b>SAINDO DO GUETO...QUAL GUETO?</b> .....	38
3.1	RELEMBRAR PARA NÃO ESQUECER .....	39
3.2	GUARDA-CHUVA COLORIDO DAS IDENTIDADES .....	42
3.3	DE BONECAS PARA BONECAS .....	45
<b>4</b>	<b>NAS ENCRUZILHADAS AS TRANS E AS TRAVESTIS</b> .....	54
4.1	LAMPIÔNICOS, E AS TRAVESTIS? .....	58
4.2	FLÁVIA, A MAIS DOCE.TATIANA, A MAIS OBJETIVA .....	67
4.3	ROGÉRIA, A TRAVESTI POPSTAR .....	71
4.4	RUMO AO FUTURO TRANSFEMINISTA? .....	83
<b>5</b>	<b>POVOS ORIGINÁRIOS E NEGRITUDE NAS PÁGINAS PURPURINAS DO LAMPIÃO</b> .....	85
5.1	A PRAÇA É DOS NEGROS .....	91
5.2	INDÍGENAS NO JORNAL...UÉ, MAS CADÊ ELES? .....	97
5.3	PRO DIA NASCER FELIZ, ESSA É A VIDA QUE EU QUIS.....	101
5.4	DE NOVO, CADÊ OS INDÍGENAS?.....	106
5.5	CONTRA O SENHOR DO ENGENHO GILBERTO FREYRE!.....	108
5.6	O LUGAR DA NEGRITUDE.....	111
5.7	“ÔNUS PARA UNS E BÔNUS PARA OUTROS” .....	119

<b>6</b>	<b>FEMINISMOS SUBALTERNIZADOS EM UM JORNAL DE BONECAS.....</b>	<b>123</b>
6.1	MULHERES DO MUNDO INTEIRO?.....	127
6.2	MULHERES NA REDAÇÃO!.....	131
6.3	“...A QUESTÃO HOMOSSEXUAL VENDE REVISTA, DISCO, JORNAL” .....	137
6.4	MULHER NÃO, MULHERES! FEMINISMO NÃO, FEMINISMOS!.....	143
6.5	POR MAIS SAPATAS, CAMINHONEIRAS E MACHONAS!.....	151
6.6	HOMENS MATAM MULHERES!.....	157
6.7	JOGAM BOSTA NAS DISSIDÊNCIAS.....	160
6.8	MULHERES INCOMODAM?.....	166
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS OU UMA CARTA COM PROMESSAS DO FUTURO.....</b>	<b>168</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>172</b>

## 1 INTRODUÇÃO OU UMA CARTA SEM FIM

### Uma Carta sem fim...

Aos que vieram antes,

Aos que estão agora,

Aos que virão depois,

“Enquanto o sofrimento estivesse vivo na memória de todos, quem sabe não procurariam, nem que fosse pela força do desejo, a criação de um novo destino.” - Conceição Evaristo (2003, p.130)

Escrevo uma carta sem fim. Não gosto do sisudo e objetivo ponto final. Fico com as reticências...as vejo como possibilidades, como infinidade, não aquela que nunca acaba, mas, a que tem o poder de acrescentar, evoluir...transformar. O ano é 2023, em um Brasil que tenta repactuar a nação depois de anos imbuído em um conservadorismo que, dentre as causas, é produto de uma ditadura empresarial-militar que nunca foi superada. Estas palavras são parte de uma dissertação de mestrado sobre um jornal homossexual da imprensa alternativa brasileira, o Lâmpião da Esquina, que circulou no formato de tabloide – mensalmente e ininterruptamente - entre abril de 1978 até junho de 1981, com 38 edições e três publicações extras e especiais que reuniram as narrativas mais importantes publicadas nas páginas do folhetim.

Você, caro leitor, deve estar confuso ao perceber que esta pesquisa se introduz assim, como uma carta, na qual o remetente (ou pesquisador, caso deseje) se coloca em primeira pessoa. Então, para não haver dúvidas, já adianto que esta mesma pesquisa também é um experimento (como se toda pesquisa não o fosse, não?). Uma tentativa de investigar e mostrar diferentes caminhos de um jeito interseccional, decolonial e não cartesiano. Não que a racionalidade e o método científico tradicional sejam irrelevantes. Não me entenda mal, não é isso. Mas, no campo das ciências humanas e, aqui neste caso, da comunicação, faz-se necessário, como esta pesquisa, a produção de sentidos que fogem do padrão, do usual, das caixas, dos quadrados, dos porões...do armário.

E, falando em armário, em um tempo não muito distante, nunca me imaginei escrevendo e pesquisando uma temática LGBTQIAPN+. Para mim, parecia

impossível. Tinha medo dos estigmas. Tinha medo da chacota. Dos olhares tortos. Das humilhações. Assim como muitos da comunidade, relutei e sofri para me aceitar. Meu armário era grande e com muitas portas, trancas e cadeados. Ainda não consegui abrir e me desvencilhar de todos, entendo que é um processo, por isso, esta pesquisa também é, passo a passo, uma viagem rumo à celebração do orgulho de ser quem se é.

A primeira vez que tive contato com o Lampião da Esquina foi em 2014, em uma banca de uma monografia do curso de Comunicação Social - Jornalismo da UEL, mesmo curso e universidade que me graduei. Naquela ocasião, eu estava no penúltimo ano do curso e comecei a participar de bancas para conhecer os trabalhos e assim me preparar para quando chegasse a minha vez. Um dia, escutei nos corredores do Departamento de Jornalismo que o “Nan”, meu veterano de curso, iria apresentar uma pesquisa sobre um jornal “alternativo”.

O “Nan” (apelido para Renan Alves) foi (ainda é) uma referência LGBTQIAPN+ para mim e para tantos outros colegas durante o curso. Desde o meu primeiro dia de universidade, em 2012, lembro dele como alguém que não se importava com os padrões. Pra mim, que vinha de uma cidade do interior de São Paulo, muito conservadora e, que trazia escondido no peito vergonha da minha sexualidade, ver o Nan tão livre, tão dono de si, era assustador, porém, era também uma possibilidade de algo que eu nunca havia imaginado: ser assim tão livre.

Então, no momento que fiquei sabendo que ele iria apresentar a monografia dele, decidi ir. Por ele e pela temática. Chegando à sala onde seria a apresentação, rostos de muitos conhecidos oscilavam entre apreensão e certa ansiedade diante do que estaria por vir. Os professores já compunham a mesa. Os ponteiros do relógio já tinham ultrapassado o horário de início da banca. Mas o Nan não estava. Não havia chegado.

De repente, dois amigos dele entraram de supetão na sala:

- Ele tá chegando! – falou um deles.

Alguns minutos depois, a porta se fechou. Os mesmos colegas que trouxeram a notícia da vinda de Nan, falaram mais uma vez:

- Ele chegou...vai entrar a qualquer instante!

E o Nan entrou. Triunfalmente. O menino esguio de cabelos pretos trajava um vestido longo de festa. Salto altíssimo. Cabelos longos. Batom na boca. Olhos bem delineados. Até aquele momento, nunca tinha visto o Nan assim. Até aquele momento nunca tinha visto alguém apresentar uma pesquisa assim. Era 2014, lembra? Não se falava em decolonialidade como hoje. Pouco se falava, no Brasil, de pesquisas de gênero e sexualidade produzidas aqui. Por gente daqui. Porém, o Nan falou. O Nan pesquisou. Era o *Lampião da Esquina*, jornal que de modo irreverente falava de bicha para as bichas, em plena ditadura. Falava também da luta de outros corpos dissidentes. Dos feminismos. Dos indígenas. Do movimento negro. De lésbicas. De trans e travestis. De dissidências que raramente se falavam em outros veículos de comunicação. E, quando falavam, saíam em páginas policiais, ou em tom de chacota, reforçando violência e estereótipos.

Nove anos se passaram desde o meu primeiro contato com o *Lampião*. Neste meio tempo, muita coisa mudou: no mundo, no Brasil, nos movimentos sociais, em mim. Poderia lhe contar cada detalhe de cada mudança. Mas, levaria muito tempo e talvez agora, esse não seja o foco. Por isso, o que posso contar, é o mais urgente: o conservadorismo sempre bate à porta quando vê uma casa cheia de más intenções. Parece que muitos de nós não aprenderam com o que já foi. Talvez, um dia, quando conseguirmos encararmos o passado, neste caso, as violências e os fantasmas da ditadura, vamos, enfim, reconstruir uma nação. Não é Millôr Fernandes que disse uma vez: "O Brasil tem um enorme passado pela frente?".

Escrever esta carta, produzir esta pesquisa, é olhar para o passado com os olhos brilhantes de quem deseja desesperadamente como Jeanne Marie Gagnebin apontou uma vez: "lutar contra o tempo e contra a morte através da escrita – luta que só é possível se morte e tempo forem reconhecidos, e ditos, em toda a sua força de esquecimento (...)". Rememorar as histórias contadas no *Lampião* é como uma reconciliação. É mostrar para os de hoje o que os de ontem fizeram e lutaram. É ancestralidade LGBTQIAPN+. Soa estranho para você? Quantos de nós, corpos LGBTQIAPN+, falamos de quem veio antes? Quantas referências tivemos enquanto crianças, adolescentes? Desde sempre nossos corpos foram forjados para reproduzir a cultura cisheteronormativa.

Nascemos sob uma "aculturação" (QUINALHA, 2022, p.22). Crescemos na solidão. Sofremos violências. Fomos silenciados. Na infância, nos roubaram as brincadeiras e o lúdico. Quem nos defendeu enquanto crianças *queer*? (PRECIADO, 2020). Na adolescência, nos privaram de viver os primeiros afetos roubando as primeiras experiências amorosas. Nos roubaram a possibilidade de aprender a amar. Muitos de nós chegamos à idade adulta sem a ideia de como se relacionar. Outros são expulsos de casa. Sofrem abusos de quem deveria ser colo. E ainda dizem que nada disso é violência. Como não?

Por isso, esta escrita é, além de produção de conhecimento, também desejo por reparação. Desejo por justiça. Desejo por reconhecimento da ancestralidade das dissidências de gênero e sexualidade. Desejo de subir mais degraus que os meus irmãos e irmãs que lutaram, muitas vezes com a própria vida, para que eu junto de tantos e tantas ocupassem este lugar de produtor de sentidos, de novos saberes. Desejo de contar as nossas histórias. Os nossos percalços. Mas, também os nossos amores. As nossas formas de amar.

É verdade que subimos muitos degraus. Subo junto quando vejo um amigo homossexual virar repórter de uma grande emissora. Subo junto quando vejo uma amiga preta que sofreu inúmeros episódios de racismo, ser uma das estrelas de um grande festival de teatro. Subo junto quando vejo um casal homoafetivo - que nem conheço - trocar afetos em público. Subo junto quando vejo uma deputada preta travesti fazer história no Congresso Nacional. Subo junto quando vejo uma mulher indígena ocupando um ministério no governo federal. Subo junto quando vejo a resistência brotar como uma flor mesmo no terreno mais árido, mais inóspito. As lutas dos pretos e das pretas, do povo indígena, dos LGBTQIAPN+, são conjuntas. Quando um sobe um degrau, todos outros sobem junto!

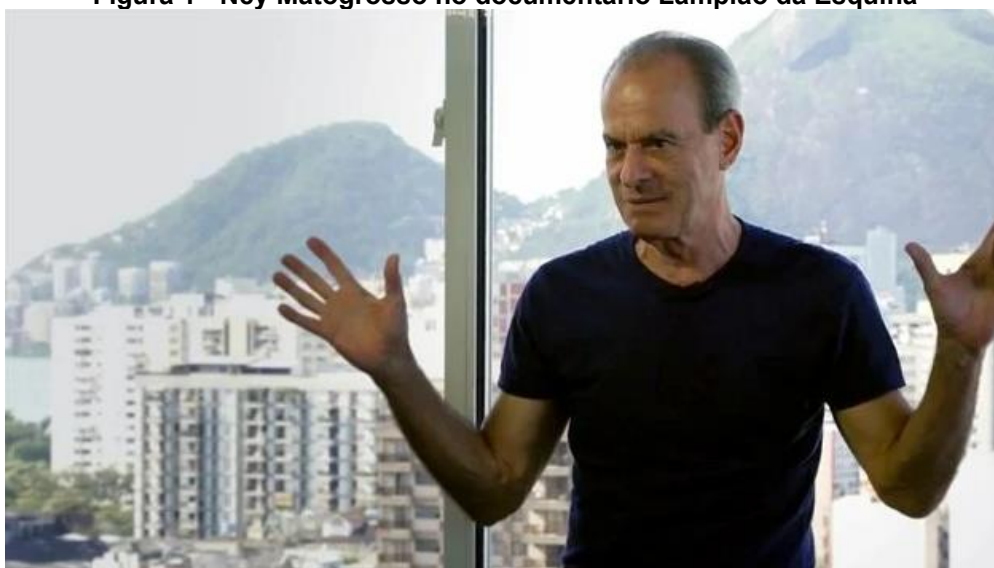
Seja por sorte ou por sina, a História, quando quer, é reparadora. Décadas separam o Brasil atual do Brasil da ditadura. Todavia, o passado está sempre perto, é ontem. É também hoje. É verdade que a comunidade LGBTQIAPN+ e outros movimentos construíram um caminho sólido rumo à cidadania plena e direitos civis. Mas, é preciso mais. Ainda há quem nos matem. Ainda há quem nos violente. Ainda há quem nos odeie.

Mas, há também a escrita e estas palavras cunhadas aqui: uma quebra (Mombaça, 2021), uma rachadura que estilhaça o frágil teto de vidro do conservadorismo construído em nome e sangue da moral e dos ditos bons costumes. Que as nossas histórias sejam contadas. Que as nossas vivências sejam compreendidas. Que possamos expandir o debate para que, mais que sobrevivermos, possamos, finalmente, à despeito de todos que não querem as nossas existências, vivermos com dignidade, respeito e liberdade...

### 1.1 Uma edição fabulada do Lampião

- *Primeiro eu achei quase impossível aquele tipo de coisa naquele momento né. Porque aquilo oficializava uma coisa que se vivia, mas que não era falada...que não era exposta. Era a imprensa que me interessava* (LAMPIÃO DA ESQUINA, 2016, 50 min). A frase é de um dos maiores artistas brasileiros, Ney Mato Grosso, uma figura mítica que se autoproclamava um leitor assíduo da imprensa alternativa, em entrevista ao documentário “Lampião da Esquina”, de Lívia Perez.

Figura 1 - Ney Matogrosso no documentário Lampião da Esquina



Fonte: Lampião da Esquina (2016)

O Lampião da Esquina foi um espaço de certa representação midiática, durante os anos finais da ditadura, de uma população que ainda hoje sofre e morre pelo fato de ser quem se é: gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais. E para além, embora com menos presença nas páginas do jornal, de questões relacionadas ao movimento negro e indígena. Mais que um documento histórico e de memória, o jornal fortaleceu não só a população LGBTQIAPN+ no campo político nos anos que

viriam pela frente, como também, ainda é um marco de resistência na imprensa brasileira contra o machismo, a homofobia, o racismo e outros preconceitos que constituem a estrutura social patriarcal hegemônica da atualidade.

Ao virarmos nossos olhos ao passado, observamos que a homossexualidade foi colocada hegemonicamente como algo a ser combatido, uma doença perversa, um pecado imperdoável em contraposição à estrutura vigente ainda hoje: machista, branca, patriarcal e homofóbica. Não é de hoje que as dissidências de gênero e sexualidade são alvos de um mecanismo de poder, denominado por Michel Foucault (1988) de biopoder:

Concretamente, esse poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII, em duas formas principais; que não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois polos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações. Um dos polos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos — tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas anatomopolíticas do corpo humano. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida (FOUCAULT, 1988, p. 131).

Foi só em 17 de maio de 1990 que a Organização Mundial da Saúde retirou o termo - homossexualidade - da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. Apesar de um grande passo no que diz respeito aos direitos humanos, ainda hoje, pouco mais de três décadas depois, a população LGBTQIAPN+ luta pelo direito à cidadania plena, luta por mais igualdade e luta pela vida.

Segundo o último dossiê do “Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil”<sup>1</sup>, divulgado em maio de 2024, ocorreram em 2023, 230 mortes de pessoas LGBTQIAPN+ de forma violenta no país. Desse número, 184 foram assassinatos, 18

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2023/#dossi%C3%AA-completo-de-mortes-e-viol%C3%AAncias-contra-lgbti+-no-Brasil-em-2023>  
Acesso em: 24 de jun. de 2024.

suicídios e 28 registrados como outras causas. O que vale dizer que a cada 38 horas uma pessoa LGBTQIAPN+ foi assassinada.

O dossiê ainda destacou alguns pontos importantes para entendermos como a violência opera: do total de mortes, 142 eram mulheres trans e travestis; 59 gays mortos; no recorte racial, 80 eram vítimas pretas e pardas, 70 brancas e 1 indígena; mais de metade das vítimas - 120 – tinham idade entre 20 a 39 anos; 70 mortes foram por arma de fogo; 69 mortes em período noturno; 11 suicídios por pessoas trans; e 79 mortes tanto no Nordeste, como também no Sudeste. O documento também ressalta que esses números são subnotificados, dada a complexidade de acesso à informação, tanto por parte da “ausência de dados governamentais”, como da dependência do “reconhecimento da identidade de gênero e da orientação sexual das vítimas (...) é possível que muitos casos de violências praticadas contra pessoas LGBTI+ sejam omitidos”.

Com números tão alarmantes como os apresentados, é fato que a população LGBTQIAPN+ ainda está longe de ser tratada como sujeito de direito. Parte de nossa sociedade ainda tem as mãos sujas de sangue: são filhos, filhas, irmãos, amigos, amigas, colegas de trabalho que são assassinados por terem a coragem de ser quem são tentando viver em um país ainda assombrado pelo preconceito.

O campo da pesquisa pode e deve ser um aliado na preservação de vidas e garantia à liberdade plena e individual. Assim o estudo do *Lampião da Esquina*, o primeiro jornal<sup>2</sup> de bichas com grande circulação no Brasil, é uma forma de manter vivo o espírito, a ideia e os ideais daqueles que no fim da ditadura, ousaram denunciar o preconceito, mesmo que pagassem com censura e repressão.

A ditadura é, há um bom tempo, estudada. São muitos fragmentos de memória que com o passar dos anos, emergem das sombras que outrora pairavam. Porém, ao afunilar o estudo, por exemplo, com esta narrativa, que propõe a pesquisa de um jornal de temática homossexual, os estudos são recentes. Ainda são poucos os autores quando comparamos com outras áreas de estudos que se

---

<sup>2</sup> Apesar de popularmente o *Lampião de Esquina* carregar o status de primeiro jornal gay no Brasil, na realidade, não o é. Outras publicações de cunho homoafetivo vieram antes, como o *Snob* (PÉRET, 2011), que circulou na década de 1960, no Rio de Janeiro, mas, com uma circulação e periodização menor e menos frequente respectivamente, se comparado com o *Lampião*.

desdobram nas experiências e percalços da comunidade LGBTQIAPN+ e outras dissidências neste momento pavoroso da história de nosso país.

Em junho de 1981 o *Lampião da Esquina* encerrou as atividades por falta de recursos financeiros e desentendimento entre os conselheiros editoriais. No *off*, como dizem os jornalistas, falam que acumulavam também muitos processos. Outra causa é pela própria censura da ditadura aos veículos da imprensa, especialmente aos alternativos que desafiavam os moralismos da época. No caso do *Lampião*, como apontou Quinalha (2021, p.16), foi uma conjunção de fatores que deu fim à publicação:

Primeiro, restringindo a liberdade de manifestação de ideias e de pensamento por meio da censura e da perseguição de jornalistas, o que afetava o processo criativo dos colaboradores do jornal. Segundo, impedindo a livre circulação dos exemplares nas bancas de jornais e a distribuição em todo território nacional. Terceiro, produzindo dossiês e informações para provocar órgãos acusadores a processar os editores, com todos os ônus burocráticos e econômicos que isso implica, com efeito dissuasivo evidente. Quarto por meio de uma devassa contábil para fechar o jornal com um pretexto mais “técnico” ou “neutro” e menos “político”. Isso sem falar na ameaça mais ampla que pairava sobre a sociedade como um todo.

Mesmo com o seu fim, o *Lampião* deixou um legado de luta e reafirmação, sendo mesmo após 43 anos da última edição, um jornal que não deixa de ser ousado e, sobretudo, atual. Tanto, que tem sido objeto de pesquisa em diferentes áreas do conhecimento. Em uma busca<sup>3</sup> no Repositório Nacional de Teses e Dissertações (RNTD), mantido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), encontram-se 38 dissertações de mestrado e três teses de doutorado realizadas sobre o *Lampião da Esquina*, um total de 41 produções acadêmicas, na última década.

As pesquisas abrangem diferentes áreas do conhecimento. A principal é a da História, com 18 trabalhos, seguida pela Letras, com 5. Na área da Comunicação, mesma que a minha, aparecem três:

---

<sup>3</sup> A última atualização para esta pesquisa foi realizada em julho de 2024.

- 1) QUAL É A TUA, OH LAMPIÃO? TENSIONAMENTOS EM UM JORNAL EDITADO NA E PELA ESQUINA - (2019), UFGO. De autoria de João Lúcio Mariano Cruz, a pesquisa traz uma análise qualitativa e do discurso sobre os diálogos entre mulheres, pessoas negras e homossexuais no Lampião.
- 2) Lampião da esquina: à margem, ainda hoje (2017) - PUC-MINAS. De autoria de Max Emiliano Silva Oliveira, a pesquisa se concentra em analisar as discussões gênero, sexo e corpo ligadas aos modos de vida homossexual.
- 3) Representação do Corpo Masculino: relações de imagem, identidade e cultura sobre o corpo masculino no jornal Lampião da Esquina e na revista Junior - (2013), UNESP. De autoria de Muriel Emidio Pessoa do Amaral, a pesquisa estuda as representações dos corpos masculinos no Jornal Lampião da Esquina e na Revista Junior.

Além dessas três únicas pesquisas do campo da comunicação, duas publicações da área da História me chamaram atenção:

- 1) Somos todos minorias: mulheres, negros e indígenas nas páginas de Lampião da Esquina (1978-1981) - (2020), UESC. De autoria de João Lenon Siqueira Pereira, a pesquisa tem como objetivo, por meio da teoria da representação de Pierre Bourdieu (1989; 2004; 2008), analisar os espaços de minorias, como mulheres e conflitos étnico-raciais no jornal.
- 2) Fazendo travestis - Identidades transviadas no jornal Lampião da Esquina (1978-1981) – 2015, UPF. De autoria de Ronaldo Pires Canabarro, a pesquisa percorre as identidades travestis no Lampião da Esquina por meio dos recursos linguísticos usados no jornal.

Essas duas publicações, junto do primeiro item da área da comunicação descrita anteriormente, ao contrário da maioria dos materiais sobre o Lampião, que focam na representação da homossexualidade, trouxeram olhares ampliados para outros grupos. Penso que o diferencial da pesquisa que proponho é dialogar com os diferentes agenciamentos e, além disso, contemplar o maior número possível de dissidências que figuraram no Lampião.

Após a introdução e os primeiros capítulos com um panorama do Lampião e a metodologia a ser utilizada na pesquisa, as análises das dissidências começam no quarto capítulo, com as trans/travestis. No quinto, o movimento negro e os povos originários. E, no sexto, o movimento feminista e as lésbicas (feminismos

subalternizados). Por meio da cartografia sentimental, aliada à produção de cartas e autorias decoloniais (capítulo dois e três), busco construir uma escrita que alie conteúdo à forma, incorporando o estilo jornalístico do *Lampião*, para que seja possível enxergar os avanços ou não do fim da ditadura até agora, o tempo presente. Afinal, as dissidências, apesar de conquistas importantes após a redemocratização, ainda encontram percalços pelo caminho, que é tortuoso. As operações limpezas e as operações tarântulas, mesmo que renovadas e com outros nomes e caras, ainda continuam em curso no Brasil.

## 2 UMA PESQUISA QUE DANÇA

### Uma carta-poema-memorial de um pesquisador cartógrafo

Cheguei à teoria porque estava sofrendo, a dor dentro de mim era tão intensa que eu não poderia continuar a viver. Cheguei à teoria desesperada, querendo compreender, querendo entender o que estava acontecendo ao meu redor. Acima de tudo, cheguei à teoria porque queria fazer a dor ir embora. Eu vi, na teoria, um local para a cura. (HOOKS, 2013, p.22)

Nasci em um sábado nos últimos dias da primavera num lugar que já foi floresta

Quando me tiraram do ventre de minha mãe

Chorei, chorei muito

Meus pais me contaram que os médicos

Nunca tinham visto um bebê chorar tanto, com um pulmão tão forte

Minha mãe fala que nasci com o sentimento do mundo

E isso diz muito sobre mim

Pegando as palavras emprestadas da sublime Rachel de Queiroz

“Sou dessa gente que se dói inteira porque não vive só na superfície das coisas”

Na infância brinquei muito

Pega-pega, bicicleta, carrinho de rolimã, patins, patinete

Video game, jogos de tabuleiro, teatro, musical

Mas, o que eu mais gostava mesmo, era o pique-esconde

Sempre fui bom em esconder e procurar

Os anos passaram

E fiquei menos verde

Quase maduro

As espinhas invadiram o meu rosto como uma tropa que avança o território inimigo

Falando em inimigo

Naqueles anos, fui inimigo de mim mesmo

Não me via nos outros meninos

Não achava espelho no mundo que conseguisse ver o meu reflexo ali, refletido

Estilhacei um pouco

Sofri

Me rasguei por dentro

Percebi que meus amores eram proibidos

Que eu não podia tê-los

Era perigoso demais

Difícil demais

A grande alegria que tive toda a minha infância

Parecia ali, naquele momento de pós puberdade, pairar longe no ar

Parada no espaço-tempo

Inexorável

Ficou a melancolia

O medo de ser descoberto

De me tiraram do armário de marfim com trincas grossas e revestidas com aço que eu construí para continuar sendo eu

Permaneci imóvel

Para conseguir respirar e não morrer sufocado

Então, descobri assim, como uma epifania, um dom ou uma defesa:

A de usar máscaras

De criar novos personagens

Poderia ser quem eu quisesse

Menos...menos eu

Fui sendo outro, outros

E mais outros  
Tanto outros que quando vi, me perdi  
Já não sabia quanto dos outros  
Eram só outros e quanto era eu, eu mesmo  
Me vi no labirinto do Minotauro  
Que com o seu corpo forte e cabeça de touro me procurava pra me aniquilar  
Então eu corri, corri muito  
Tanto, mas tanto, que meu corpo já exausto  
Caiu no chão  
Eu tropecei  
Tropecei em palavras  
E vi que elas podiam me libertar do labirinto  
E me salvar do Minotauro  
Escrevi, escrevi muito  
Aventuras, peripécias, contos, poesias e encantos  
Com a palavra eu não precisava fingir  
Era eu...e só eu  
Depois de tanto me procurar em um pique-esconde longo, demorado e sozinho  
Consegui me encontrar  
E para agradecer a Senhora Palavra que tanto me ajudou  
Fiz uma promessa: eu viveria de um monte dela...de muitas palavras  
Seriam o meu ofício  
O que me alimentaria  
Que me levaria aos lugares

Que me daria aberturas  
Novos caminhos...e estradas...e pontes...  
E novas pessoas  
E assim foi  
E assim tem sido  
Eu olho para trás e ainda vejo os rastros da infância  
D'eu correndo pra achar algo  
Desconfio que a vida é esse pique esconde que não termina  
Dizem que somos finitos  
Eu não acredito  
Eu sou agora este  
Num corpo que vibra  
Que escreve  
E que às vezes rima  
Que agradece cada ancestral  
De lá do mar, das montanhas e do interior  
Vou sendo tudo isso  
Sou eu, mas também sou os outros  
Vejo com os meus olhos, mas também com os olhos dos outros  
Filho de uma mãe de um amor incondicional  
De um pai sábio  
De uma irmã filha de lemanjá  
Eu também sou filho de Oxóssi  
Guardião das florestas

Levo um bocado de fé no peito  
Sou sincretismo  
Sou metade homem  
Metade cavalo  
Sou também rio  
Que deságua intenso no oceano  
Sou também muitas outras coisas  
Que ainda não ousou compreender  
Assim vou sendo  
Na alegria, no fracasso  
Nos sonhos, nos amores  
Nos saberes, nos sabores  
Nas contradições, nas imperfeições  
Até uma próxima aventura  
Agora, sem tanta pressa  
Continuo me procurando  
Uma hora, me acho por completo...

## **2.1 Uma escrita cartográfica que dança no tempo**

Desde quando comecei a pensar nesta pesquisa sabia que precisava, como já coloquei aqui, estilhaçar (Mombaça, 2021) a norma acadêmica hegemônica. Não porque haja desprezo ou rechaço, pois também a uso em certos momentos no decorrer da escrita. Mas, o *Lampião da Esquina* ocupa um lugar mesmo inserido na imprensa alternativa duplamente contra hegemônico: primeiro ao romper com a mídia adestrada que apoiou o golpe e, em segundo, inserido nos jornais alternativos,

figurar como um material sobre homossexualidades e dissidências com um foco muito objetivo, falar sobre o que muito pouco se falava de jeito que não se falava, aliando conteúdo e forma.

Logo, eu não me imaginei não fazendo o mesmo ao desenvolver esta pesquisa, pensando também em minha identidade, e em um tipo de imprensa que eu gostaria de ter consumido muito antes. E não falo de um consumo mercadológico. Falo de um consumo de absorção, um ato de conhecer, me alimentar de seus tensionamentos, de seus êxitos e suas contradições, um antropófago (Rolnik, 1989) que assimilando as críticas, as reinterpreta sob novos olhares e perspectivas. Assim, pensar na metodologia, em como eu iria abordar este “objeto”, sempre foi algo muito transparente na minha cabeça. Sabia que precisava evocar minhas afetações pelo conteúdo que estava ali, um rico material de pesquisa e de vivências múltiplas. Isto sempre foi inegociável: me colocar nesse lugar de que se eu tivesse vivido naquele período, naquele contexto, seria um jornal direcionado a alguém como eu.

Esse movimento foi algo tão natural que experienciei a metodologia proposta (que a partir de agora chamo de antimétodo) antes mesmo de decidir qual seria e dar o nome certo às coisas como verdadeiramente são: primeiro, pensei em uma escrita encarnada. Depois, escrevi uma carta, outra, mais outra...que viraram seis, todas presentes nesta pesquisa. Então seria uma escrita encarnada com o uso de cartas como disparadores para as temáticas tratadas e analisadas. Porém, era também mais outra coisa: uma cartografia sentimental.

Percebi que ao escrever eu também procurava pertencimento, uma busca que tem durado toda uma vida, desde pequeno, quando descobri sozinho que a escrita aliviava a minha dor. Apesar de usar a primeira pessoa, o “eu”, essa sensação de procurar pertencimento e libertação é plural. Não sou eu, somos nós. No Brasil, país que ainda mata corpos que não reproduzem as normas, em que as instituições são colonizadas e discriminatórias, esta pesquisa é um movimento de desterritorialização (Deleuze, 1980), de desobediência epistemológica que assume os riscos de fracassar, de não se enquadrar. De propor um desencaixe nas formas fixas e rígidas que marginalizam as dissidências, historicamente jogadas nos guetos.

A cartografia então se construiu sem antes decidir que seria uma, foi um movimento orgânico como uma dança que passeia pelo tempo e espaço trazendo

novos olhares do presente para um encontro com o Lampião da Esquina que foi produzido no passado. Aqui, tento trazer à tona uma crítica ao historicismo (Benjamin, 1985), colocando o contexto da produção do jornal durante a ditadura não como um evento linear, mas, ao contrário, como algo elástico, flexível. O autoritarismo não ficou enterrado no passado. Apesar da ideia de progresso e avanço com a chegada da redemocratização ainda há muito que combater.

**Figura 2 - Angelus Novus como alegoria da teoria de Benjamin**



Fonte: Obra de Paul Klee

Gosto do conceito de “*Jetztzeit*”, ou o momento atual, o agora, posto por Benjamin (1985), que vê a oportunidade de aproveitar o presente para resgatar o passado e transformá-lo, ressignificar. Me agrada essa visão do materialismo histórico de pensar a história pela visão dos oprimidos, nesta pesquisa, as dissidências:

Articular o passado historicamente não significa conhecê-lo 'como ele de fato foi'. Significa apropriar-se de uma reminiscência tal como ela relampeja no momento de um perigo. Para o materialismo histórico trata-se de reter uma imagem do passado no exato momento em que ele se faz reconhecer no momento do perigo. O perigo ameaça tanto a continuidade da tradição quanto os que dela recebem o legado. Em ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se como instrumento de uma classe dominante. Em cada época é preciso tentar arrancar de novo a tradição ao conformismo que quer avassalá-la. (BENJAMIN, 1985, p. 224)

Então, diferente de um cartógrafo convencional que desenha mapas, eu danço no tempo. Uso da subjetividade e dos afetos para compor novos olhares às

histórias e memórias que me deparei no Lampião da Esquina. Mapear assim não só os indivíduos que fizeram parte do jornal, mas para além disso, repensar nos coletivos que por ali tiveram as suas vivências e experiências contadas, representadas ou não, pois o silêncio e a invisibilidade também podem gritar. Nas temáticas que foram abordadas e, principalmente, nos tensionamentos que me transpassaram como pesquisador. Suely Rolnik (1989), pesquisadora e psicanalista tem um trabalho robusto nos conceitos da subjetividade e dos afetos. Ela vê na cartografia sentimental um mapeamento dos afetos que nos atravessam:

A cartografia sentimental é uma prática que se propõe a mapear os afetos, as forças e os fluxos que compõem a subjetividade em movimento. É uma forma de compreensão que vai além da análise estrutural, buscando capturar as transformações do desejo nas suas múltiplas dimensões e direções. (ROLNIK, 1989, p. 25)

Quando escrevi há pouco que a cartografia apareceu de uma maneira natural e orgânica, se deve ao fato do meu desejo no começo - muito tímido - de colocar as minhas afetações, muitas vezes complexas, na escrita. Porque me remeteu à minha infância, uma criança *viada* que era doce, amorosa, afetada e afetuosa, que não performava a heteronormatividade. Que causava incômodo, estranhamento e teve que pagar um preço alto e durante muitos longos anos para conseguir ser quem realmente é. Em um dado momento aquela criança, na transição para a adolescência, percebeu que precisava mudar as próprias regras se quisesse pertencer e sobreviver. Tentou seguir a lógica normativa.

Naquele momento criei um *blog* anônimo para escrever, fugir da realidade...fugir também de mim mesmo. Foram anos escrevendo crônicas, poesias, textos reflexivos sobre a minha vida e os meus sentimentos. Particularidades que só eu tinha acesso como um tesouro muito bem escondido. Quando cresci, a escrita me levou ao jornalismo. E com o passar do tempo percebi que as fragilidades que foram apontadas a mim, que me diferenciavam do resto, que me colocavam naquele lugar de excluído, esquecido, “estranho”...eram, na verdade, a minha maior potência. O meu poder.

Por isso, nesta pesquisa, foi pela produção de cartas que comecei a tatear esse universo da subjetividade, ainda com medo, com receio de não ser reconhecido como pesquisador, como um produtor de sentidos. É estarrecedor como os fantasmas do passado, aquele lugar de não-pertencimento, às vezes ainda me acham como uma morada, um subterfúgio. Entretanto, esse temor começou a

evaporar quando ao começar a escrever esta pesquisa, também percebi com muita lucidez que na verdade sempre senti uma sensação de liberdade e fluidez ao costurar as palavras.

A cartografia deu nome à minha ação de construir uma composição, uma partitura para a minha dança no tempo. Um repertório cheio de elementos e sensações a compor como um samba que é político, que é ativista, um corpo vibrátil que reúne e escaneia diferentes forças, teorias, músicas, poemas e filmes para construir pontes e propiciar travessias. Tem uma passagem bonita de “Micropolítica: Cartografias do Desejo” que me seduz nessa possibilidade de ser cartógrafo:

Para isso, o cartógrafo absorve matérias de qualquer procedência. Não tem o menor racismo de frequência, linguagem ou estilo. Tudo o que der língua para os movimentos do desejo, tudo o que servir para cunhar matéria de expressão e criar sentido, para ele é bem-vindo. Todas as entradas são boas, desde que as saídas sejam múltiplas. Por isso, o cartógrafo serve-se de fontes as mais variadas, incluindo fontes não só escritas e nem só teóricas. Seus operadores conceituais podem surgir tanto de um filme quanto de uma conversa ou de um tratado de filosofia. O cartógrafo é um verdadeiro antropófago: vive de expropriar, se apropriar, devorar e desovar, transvalorado. (ROLNIK & GUATTARI, 1986, p.37)

A possibilidade de reunir, entrelaçar, dançar com uma escrita cheia de conexões que se interseccionam, é uma encruzilhada única onde o Lampião da Esquina, as teorias, as referências não acadêmicas e eu formamos uma rede sem hierarquias, em que há possibilidade de construir um outro olhar, um outro caminho, um outro mundo possível. Uma ação para qual Gilles Deleuze e Félix Guattari (1987, p.33) chamam metaforicamente de “rizoma”, que é “acentrado, não hierárquico e não significante”, ao contrário da árvore ou de suas raízes, ele não está em função de um ponto ou de um centro fixo. Qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro.

Esse modelo rizomático me possibilitou olhar com cuidado para o meu encontro com o material publicado pelo Lampião. E mais ainda, me distanciou da figura de um juiz que sentencia, que bate o martelo dizendo o que é crime ou não, neste contexto de análise do jornal. Um cuidado para não cair nos anacronismos. Me aproximou sim da figura deste cartógrafo que escreve cartas, que usa da poesia, desse tom literário que se entrecruza com os materiais do Lampião. Assim como o jornal que unia forma ao conteúdo, também o faço. Não por uma mera escolha estética. Mas, porque faz sentido no que me proponho a construir aqui: uma pesquisa teórica-pragmática-poética. Arrisco dizer que os próprios lampiônicos

também eram cartógrafos. Produziam jornalismo partindo também do vivido. Questionavam a moral da sociedade e da mídia hegemônica a partir de seus sentimentos, seus afetos e com uma escrita também encarnada. Eles falavam de desejo, de sexo, de tesão, de poesia, de violência, de direitos, de debates, da possibilidade de experimentar.

## **2.2 A escrita de cartas e um repórter-pesquisador-cartógrafo *flâneur***

Uma das características do Lampião que me chamou atenção logo de cara quando li pela primeira vez foi o tom ácido, direto, muito político e com humor que os textos, fossem reportagens, editoriais ou colunas, tinham. O uso do *pajubá*, por exemplo, um dialeto secreto, uma linguagem usada por travestis que tem raiz no *iorubá*, aparecia com certa frequência nas páginas do tabloide. Claro, que pesa a ponderação de apropriação cultural por parte dos jornalistas, já que o conselho editorial era composto apenas por homens cisgêneros. Por outro lado, hoje, a própria comunidade LGBTQIAPN+, especialmente gays, naturalizou essa forma de expressão linguística.

Além disso, o jornal também trazia, como veremos nos próximos capítulos, pautas que não eram apreciadas em outros veículos. Falavam de direitos, clamavam por justiça, mas, também de sexo, de gozo, de modos de vida. Estilhaçavam a moralidade daquela época marcada por forte repressão e imbuída nos tão valorosos modos cristãos: o sexo é para procriar e o desejo é pura perversão.

Assim, quando comecei esta pesquisa, a grande pergunta, na verdade, foi: como abordar pela escrita um jornal que foi (ainda é) tão disruptivo? Essa pergunta tirou meu sono por muitos dias. Pra mim, não fazia sentido escrever sobre o Lampião no formato padrão acadêmico. Não cabia falar de dissidências reconhecidas por justamente não seguir a norma vigente, de um modo tão cartesiano.

Então, a luz veio de muitas mãos: das orientações com a minha orientadora, dos encontros do grupo de pesquisa Entretens, dos amigos e amigas de vivência e de pesquisa, que surgiu a ideia de criar um trabalho metalinguístico ao absorver o estilo textual do jornal que tanto me atravessou, unido a uma escrita encarnada, que assim como os jornalistas do Lampião, também compartilhavam seus afetos, suas dores, seus desejos, seus anseios. Usar como referência não só autorias

consagradas, mas, também trechos de filmes, músicas e literatura. Pulsar produção cultural, para assim, criar esta cartografia.

Nesse processo lembrei de uma figura que tive contato na minha monografia, em 2015, ao final da graduação. Estudando sobre jornalismo literário me deparei com o jornalista carioca João do Rio (pseudônimo de João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto...ufa), considerado o primeiro repórter a sair da redação e ir para as ruas. Rio era um repórter que chamavam pelo vocábulo francês *flanêur*...alguém que flanava, ou seja, que perambulava pela cidade, pelas vielas, pelas encruzilhadas do Rio de Janeiro.

Morador da Lapa, histórico reduto da boêmia e ponto de encontro de homossexuais, e atento a tudo o que acontecia a seu redor, ele circulava pela cidade como um legítimo *flanêur*, com suas roupas coloridas e extravagantes. Seus textos e crônicas apresentavam, de modo explícito, elementos homoeróticos. Durante vários anos, João do Rio foi perseguido e caluniado publicamente, tendo a sua homossexualidade exposta e ridicularizada por escritores e jornalistas. (PÉRET, 2011, p.13)

**Figura 3 - João do Rio posando no Rio de Janeiro**



Fonte: Acervo Folha de S. Paulo (2021)

Assumidamente homossexual, no início do século XX, driblou os preconceitos de sua época e foi um dos jornalistas mais lidos de seu período. Pela sua história e importância no jornalismo, foi lembrado pelo *Lampião*, na edição de número 10, em março de 1979. A publicação na seção “Literatura” traz um trecho de uma reportagem da obra “Cinematógrafo”, de 1909, que reúne as principais publicações do jornalista carioca. Junto ao trecho, um box com uma minibiografia de Rio.

**Figura 4 – João do Rio no Lampião**



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

Em 1902 João do Rio tenta entrar para a diplomacia, entretanto, é barrado pelo Barão de Rio Branco por ser considerado “gordo, amulatado e homossexual”. Publicou em 1908 “A alma encantadora das ruas”, durante o governo de Rodrigues Alves, narrando as intensas transformações sociais da cidade incorporando no texto suas vivências com os acontecimentos em um tom literário:

Eu amo a rua. Esse sentimento de natureza toda íntima não vos seria revelado por mim se não o julgasse, e razões não tivesse para julgar, que este amor assim absoluto e assim exagerado é partilhado por todos nós. Nós somos irmãos, nós nos sentimos parecidos e iguais; nas cidades, nas aldeias, nos povoados, não porque soframos, com a dor e os desprazeres, a lei e a polícia, mas porque nos une, nivela e agremia o amor da rua. (RIO, 1908, p. 45).

Penso que se João do Rio fosse contemporâneo do Lampião da Esquina, seria um lampiônico. Junto ao autor, trago também a referência como prática de pesquisa, de outro escritor que também fala das ruas: Luiz Antonio Simas, um nome do nosso tempo que conheci pelos olhos de minha orientadora em 2023. Professor, escritor e historiador, ele publicou, em 2019, “O corpo encantado das ruas”, no qual reverencia a cultura popular colocando as ruas como sinônimo de movimento. Para minha surpresa, logo nas primeiras páginas do livro, depois de muito tempo, encontro João do Rio como referência por Simas, que, além disso, também fala de um aspecto importante para esta pesquisa - a de analisar o Lampião como se o visse pela primeira vez - com aquela curiosidade infantil que desperta as melhores perguntas e indagações, os detalhes que passam despercebidos pelos olhares mais cansados:

O filósofo alemão Walter Benjamin falava em escovar a história a contrapelo. A importância de atentar para os fazeres cotidianos como caminho para escutar e compreender as outras vozes, além da perspectiva do fragmento como miniatura capaz de desvelar o mundo, é a chave da desamarração do ponto. Benjamin pensava também sobre a importância de o historiador ter pelo objeto de reflexão o interesse do olhar da criança pelo residual: é a miudeza que vela e desvela a aldeia, as suas ruas e as nossas gentes. O caboclo da Pedra Preta guia de pai Joãozinho da Gomeia, dizia algo muito parecido nos seus pontos. João do Rio fez isso em suas crônicas. (SIMAS, 2019, p.10)

Junto a esse olhar microscópico em movimento e encruzilhadas, trago também a produção de cartas como ciência, como já adiantei anteriormente. Elas vêm como uma subversão da escrita hegemônica acadêmica ao habitar a fronteira entre a oralidade e a escrita em um exercício político que se dá por meio de conversa e desobediência (BATTISTELLI E OLIVEIRA, 2021). Escrever cartas, ainda mais como disparadores para abordar temáticas que permeiam vivências de populações subalternizadas, como nesta pesquisa, significa também expandir diálogos e possibilitar que quem as leem, possa também participar do processo:

Compartilha-se a pesquisa em si, os procedimentos, os sentimentos envolvidos, as dúvidas, preocupações, indagações e abre-se ao correspondente a possibilidade de seguir a conversa ou não. Pesquisadora e pesquisa, desta forma, desnudam-se como parte do processo, permitindo que as/os participantes possam produzir suas indagações. (BATTISTELLI E OLIVEIRA, 2021, p.685).

Vale ressaltar que a arte postal – a produção de cartas – foi amplamente usada nas ditaduras latino-americanas para driblar a repressão e a vigilância que se fortificou a partir dos anos de 1960. Mais uma vez, vem à ideia o movimento, o sair do estado de torpor para enfim a mensagem encontrar seu destinatário:

Por conseguinte, diferentemente de outras experiências no mundo, a Arte Postal no Brasil e América Latina tinha também o caráter de denúncia dos anos de violência e repressão vividos nas ditaduras, de modo que atuava de forma subversiva neste cenário. Araújo (2016) afirma que as experiências europeia e estadunidense tinham como foco situar um posicionamento contrário ao sistema instituído do mundo das artes e já na América Latina e Leste Europeu, os movimentos de Arte Postal se caracterizavam pela troca e circulação de informações, devido ao enfrentamento às ditaduras militares e socialistas respectivamente. (BATTISTELLI E OLIVEIRA, 2021, p.686).

O tom literário, o pensar o movimento como uma rua que possibilita caminhos, e a análise documental do Lampião junto às cartas, constroem este trabalho que propõe uma pesquisa em rede, uma cartografia, na qual é constituída não só pelo pesquisador, como também junto às autorias, sejam nomes renomados da produção científica, passando por narrativas fílmicas, musicalidades e poesia que

formam uma nova produção de sentidos. Nos próximos capítulos, você, leitor(a), encontrará um diálogo das temáticas trans/travestis, povos originários, movimento negro e feminismos subalternizados que foram pauta no *Lampião da Esquina*. As citações do jornal são colocadas com travessão, uma técnica muito utilizada na literatura na ordem do discurso direto para marcar a fala de personagens em um diálogo. Esses trechos também vêm aplicados em *itálico* para facilitar a leitura, além da assinatura “**(Lampião)**” mais a data da produção em **negrito e itálico**, e o número da página.

### 3 SAINDO DO GUETO...QUAL GUETO?

#### Uma carta aos que nos chamaram de maricas,

Muitos anos passados, apareceu por ali um homem maricas que vinha ver a Isaura de longe, a dizer-lhe bom dia e a sorrir. Era um homem dos que não gostavam de raparigas e precisavam de fazer de conta. Aparecia pelo campo grande e queria meter conversa com ela que, magra e muito muda, o enxotava entre os bichos sem querer conversa. A vizinhança dizia, mesmo sem certezas, que era um homem com histórias horríveis, encontrado nos ermos a falar com estranhos, com outros homens, que tinha sido visto a subir as calças ao pé das águas onde os trabalhadores nadavam. Sabiam todos que havia crescido errado, diferente dos outros rapazes, diferente das pessoas. (MÃE, 2011, p. 53).

Antonino, o homem maricas, é um dos personagens do livro “O filho de mil homens”, de Valter Hugo Mãe, e que personifica os preconceitos, os estigmas e os percalços de um homem homossexual. Na obra, o autor nos apresenta o personagem pela fala e pela visão de outros. Rapidamente, Antonino virou um dos meus personagens favoritos do universo literário, seja pela complexidade, sejam pelas contradições. Ao mesmo tempo em que lhe atribuem asco, nojo e monstruosidade, também o julgam frágil, delicado e imprestável. Ideias que Mãe usa para mostrar a visão preconceituosa que a sociedade heteronormativa tem da identidade homossexual.

Apesar de ser um romance, essas ideias não são apenas verossimilhança...são reais. Assim como a solidão, a falta de representação e referências, crescer homossexual em um mundo criado e reproduzido para o normativo, nos expõe às violências, vergonha e humilhação. Muitos de nós somos apontados “diferentes”, “anormais”, “doentes”...sem nem saber ainda o que somos, quando ainda estamos formando a nossa identidade, nos descobrindo. Descoberta que é, muitas vezes interrompida: “você não pode ser assim!”, “pare de falar mole, fale como homem!”, “pare de ser marica, seu *viadinho!*”.

Nos chamam de “gay”, “mulherzinha”, “bicha”, “viado” e tantos “adjetivos” antes mesmo de nós sabermos o que somos. Saber que esses são os nomes verdadeiros para o que nos diferencia. Para os preconceituosos é um jeito de nos atacar e desprezar. É a primeira forma de violência para contra os nossos corpos. Nos jogar no buraco da vergonha. Nos fazer ter ódio de nós mesmos. E, às vezes,

pior, fazer com que pensemos, “por que temos que ser assim?”, “por que eu?”, “por que comigo?”.

Se você não performar o que é esperado para um menino, pode levar porrada. Os mais azarados, espancados...até mortos. Nossos algozes fazem por perversão, maldade...diversão. Nesta sociedade, há quem ache engraçado, cômico, de direito: abusar, achincalhar, nos marginalizar. Se decidimos viver nossa identidade, esperam que façamos às escondidas. Nas vielas. Nos quartos escuros. Longe dos olhos dos “normais”. Nos jogaram em guetos e esperaram que lá nós ficássemos.

Mas, não. Por muitos e muitas que lutaram por nós, de diferentes dissidências sexuais e de gênero, hoje, podemos caminhar de mãos dadas ao sol do meio-dia. Engolimos toda a vergonha e devolvemos em alto e bom som: nós somos assim e vocês vão ter que nos respeitar. Que poder é falar: “eu sou maricas”, “eu sou sapatona”, “eu sou travesti”...e vocês vão nos respeitar. Nós vamos existir. Nós não vamos mais morrer pelas mãos de quem nos odeia. Por mais que ainda o façam, nós vamos em frente. Transformamos a violência, a humilhação e a vergonha, em resistência, força e orgulho. Não vão nos matar agora! (MOMBAÇA, 2021).

### **3.1 Lembrar para não esquecer**

O Ato Institucional nº 5, AI-5, que entrou em vigor no dia 13 de dezembro de 1968, no governo do general Costa e Silva, foi uma das manobras políticas mais violentas da ditadura empresarial-militar. O AI-5 vigorou até dezembro de 1978 e foi uma caça às liberdades individuais que deixou um rastro de perseguição que produz efeitos até hoje, décadas depois do fim daquele período. O contexto que compreende os anos de 1968-1978 foram os mais duros do regime, e que fique claro que não falo de uma dureza em um bom sentido, se é que me entende.

O Ato Institucional n. 5 conferia ao presidente da República poderes praticamente ilimitados. Embora o primeiro artigo afiançasse a manutenção da Constituição de 1967, nos artigos seguintes ficava evidente que a Carta passava a submeter-se à vontade do Poder Executivo. O presidente poderia fechar as casas parlamentares, cassar mandatos e direitos políticos dos cidadãos, confiscar bens acumulados no exercício de cargos públicos, censurar a imprensa e decretar estado de sítio. Além disso, ficava suspensa a garantia de habeas corpus para crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular. Para retomar o expurgo do serviço público iniciado em 1964, mais uma vez foi decretada a suspensão das garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade. O governo poderia demitir, remover ou aposentar qualquer servidor público,

sem necessidade de processo ou inquérito regular (MOTTA, 2018, p. 202).

O golpe que inicialmente foi vendido como uma ideia para colocar ordem no país, tinha, na verdade, camadas mais perversas, como o alinhamento com as forças conservadoras e nacionalismo exacerbado. Além de minar os movimentos sociais:

O primeiro objetivo era destruir uma elite política e intelectual reformista cada vez mais encastelada no Estado [...], e, o segundo objetivo, não menos importante, era cortar os eventuais laços organizativos entre essa elite política e intelectual e os movimentos sociais de base popular, como o movimento operário e camponês (NAPOLITANO, 2014, p. 70)

Os subversivos, aqueles considerados inimigos mortais (literalmente) dos milicos lambe botas, eram cidadãos como jornalistas, comunistas, artistas ou qualquer um que não seguisse à risca de forma bovina a política vigente foram os mais perseguidos. Os mais torturados. Os mais assassinados em nome do ufanismo, em nome da pátria, da família. Segundo dados atualizados da Comissão de Anistia do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania (MHDC), 50 mil brasileiros foram perseguidos pela ditadura no país<sup>4</sup>.

Esses são os números oficiais, aqueles que usamos nos livros didáticos, que aparecem nas notícias, que se tornam falatório nas mesas de bar, no trabalho, nos restaurantes, nos almoços de família. Mas, quem realmente foi cada um que sofreu no corpo as marcas da perseguição, da tortura? Aqueles e aquelas que nas mãos dos algozes da ditadura, tiveram unhas arrancadas com alicates; órgãos sexuais mutilados; que levaram choques na cadeira de dragão; que agonizaram nas barras de metal bem fria do pau-de-arara. Quem foram essas pessoas?

Hoje, com um trabalho hercúleo de instituições, universidades e em conjunto com os poderes da República brasileira, temos visto há anos, quase que como uma arte minuciosa milenar, a retirados dos escombros, dos cacos, da grossa camada de poeira e do sangue debaixo do tapete que encobre a verdade: o que aconteceu, como aconteceu, com quem aconteceu. As histórias emergem, dia após dia, de ontem, do passado que está logo ali, à virada de uma esquina. A Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída em 2012<sup>5</sup>, é um marco no avanço na Era pós-democratização no que tange a investigação e o esclarecimento as violações

---

<sup>4</sup>Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-03/comissao-nacional-da-verdade-vai-propor-criminalizacao-da-homofobia>>. Acesso em: 02 de dez. de 2022.

<sup>5</sup> Ver em: <<https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/cnv>>

ocorridas no país durante a ditadura. Bem como figura na promoção da memória e da verdade sobre os fatos, em uma busca de reparação e conscientização para prevenir futuras violações à democracia e à sociedade.

Todavia, apesar de avanços, nesta pesquisa, quero contar uma história não tão contada: daqueles e daquelas que lutaram contra a moral e os bons costumes, falo das corporalidades dissidentes, de como as bichas, as lésbicas, as travestis, os povos originários e os negros, viviam em uma época de ultraconservadorismo sem direitos garantidos. Sem uma Constituição ou um Código Penal em que pudessem recorrer.

Para adentrar essa história, trago uma rememoração das publicações do *Lampião da Esquina*, que oito meses antes do fim do AI-5, começou a circular nas bancas de jornal. Em um emblemático editorial de estreia, o *Lampião* firmou para o quê e para quem veio. Um texto que vou debulhar aqui, como um cientista que munido de seu instrumento de trabalho, uma lupa, toma o cuidado para não cometer um crime: a de causar anacronismos.

Que cuidado é preciso ter ao retirar o passado do armário. Para rever as gavetas. Tirar as roupas mais grossas do maleiro. Confesso que o medo é um salvavidas neste meu exercício de recontar narrativas que perigam se apagar com a mesma intensidade dos grãos de areia caindo em uma ampulheta: sim, de se apagar com tempo que é tão impetuoso e que ricocheteia a todo vão momento. Trabalhar com o passado e ter em mente que o “dever consistiria em preservar a memória, em salvar o desaparecido, o passado, em resgatar, como se diz, tradições, vidas, falas e imagens” (GAGNEBIN, 2006, p,97).

Mais que trazer à tona histórias das dissidências, é também um exercício pedagógico para entendermos os caminhos que foram necessários para que a comunidade LGBTQIAPN+ e outras ditas “minorias” conquistassem o que têm agora. É também debater possibilidades para o futuro, que é tão raro, pois nunca o temos: quando o sentimos, já é presente; quando paramos para analisar, já é passado.

### 3.2 O guarda-chuva colorido das identidades

Desde as primeiras vezes que li o Lampião, quando nem se passava na minha cabeça a possibilidade de virar uma pesquisa, de fazer um mestrado, algo que me chamava atenção era como as noções sobre identidade sexual e de gênero eram confusas naquele período em que o jornal foi produzido. Por isso, construir pontes nessa perspectiva é interessante não só ao debate em si sobre o tema como também importante para adentrar as análises desta cartografia. A compreensão das identidades é essencial para demandarmos inclusão e combater a discriminação na sociedade. Apesar da confusão sobre as identidades no contexto do Lampião, ainda hoje há muita dúvida e, pior, também vemos a temática sendo colocada em um lugar de exploração, seja por jogadas políticas ou meramente mercadológicas que se apropriam dessas discussões sem o mínimo pudor.

A identidade de gênero, de um modo mais generalista, é uma percepção individual de como cada um se vê internamente, correspondendo ou não ao sexo do nascimento (REIS, 2018). Uma pessoa **Cisgênera** é aquela cuja identidade de gênero corresponde ao sexo atribuído no nascimento. Já uma pessoa **Transgênera**, a identidade de gênero é diferente do sexo atribuído no nascimento, sendo: **Homens trans**, pessoas designadas como mulheres ao nascimento, mas que se identificam como homens; **Mulheres trans**, pessoas designadas como homens ao nascimento, mas que se identificam como mulheres; e pessoas **Não-binárias**, que não se identificam exclusivamente nas caixinhas de masculino ou feminino. Nesse leque, também encontramos identidades como **gênero-fluido** (pode mudar ao longo do tempo ou dependendo do contexto); **agênero** (não se identifica com nenhum gênero); entre outras. E há também as pessoas **Intersexo**, nascidas com características sexuais que não se enquadram nas típicas definições de masculino ou feminino (seja por variações cromossômicas, hormonais ou anatômicas).

Se gênero é a percepção de como nos vemos e nos sentimos, a orientação sexual, a sexualidade, é a nossa atração, o tesão, o desejo, (sexual, emocional, romântico) que sentimos por outras pessoas. **Heterossexual** é a pessoa que sente atração pelo gênero oposto. **Homossexual** é a que sente pelo mesmo gênero, figurando as **bichas** e as **sapatas**. **Bissexual** sente atração por mais de um gênero. **Pansexual** é a atração por indivíduos de todos os gêneros e identidades de gênero. E **assexual** é que não sente (ou sente em níveis mais baixos) atração sexual por

qualquer gênero (o que não impede de ter atração romântica). Dentro desse babado, há também quem possa se reconhecer como **queer**, um termo guarda-chuva usado por pessoas que não se encaixam na normatividade, nos binarismos de gênero e sexualidade. Por fim, tem a **travesti**, uma identidade de gênero trans. É também uma identidade política, pois representa a resistência contra a opressão<sup>6</sup>.

Falando dessa forma, nesses últimos parágrafos, parece até muito naturalizado a compreensão sobre corpos, sexos, seus tensionamentos e possibilidades. Mas, para se chegar às noções de identidades como temos hoje, contamos com um arcabouço de vivências, estudos e teorias que debateram e questionaram as lógicas hegemônicas que se construíram ao longo de séculos. Nesse cenário, não há como não falar sobre Judith Butler, pesquisadora que é tão cara aos estudos de gênero e desconstruiu as visões binárias entre gênero e sexo.

Sabe aquela careta conservadora de “meninos vestem azul” e “meninas vestem rosa”? Butler subverteu essa ideia em “Problemas de gênero”, em 1990, o que provocou uma verdadeira revolução ao questionar o que ela chama de “heterossexualidade compulsória” (BUTLER, 1990), “imposta pelas instâncias reguladoras do poder” (FIGUEIREDO, 2018).

Uma das grandes contribuições de Butler (1990) nesse debate é a teoria da performatividade de gênero, na qual ela coloca o gênero binário reproduzido como um conjunto de repetições: desde que nascemos já é dado como uma fórmula o que é ser mulher, o que é ser homem, seja por meio de comportamentos, seja por ações, sejam hábitos ou ideias que são reforçadas em um processo contínuo de uma grande engrenagem que reproduz repetitivamente essa lógica hegemônica. Logo, ser homem ou ser mulher é uma construção social engendrada nesse reforço da estrutura normativa. Butler quebra a roda do sistema binário:

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de "homens" se aplique exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo "mulheres" interprete somente corpos femininos. Além disso, mesmo que os sexos pareçam não problema-

---

<sup>6</sup> As terminologias encontradas aqui foram retiradas da cartilha: “Cidadania e diversidade: dialogando com as transformações” / Ana Paula Quintino Rocha; Maria Aparecida Colares Mendes. Montes Claros: IFNMG, 2020. 79 p., il.; livro digital.Formato: PDF. No documento, a autora traz diversos conceitos, terminologias e expressões que dão forma ao grande guarda-chuva das diversidades de gênero e sexualidade.

ticamente binários em sua morfologia e constituição (ao que será questionado), não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois. A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito. Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino. (BUTLER, 2022, p.26)

É decolonial a ideia de Butler ao apontar para uma subversão e ressignificação das dicotomias da sociedade patriarcal. Ao dar cara e nome à performatividade, é possível abrir caminho para desestabilizar, desencaiar as expectativas sociais que são forçadas arbitrariamente às normas. Um exemplo incrível que subverte toda essa lógica reproduzida socialmente de maneira hegemônica são as trans e travestis, que escancaram outras possibilidades de ser, de sentir, de criar novas lógicas, que cruzam as perigosas fronteiras da normatividade. Não é coincidência que esses mesmos corpos sejam os mais violentados, os mais assassinados na sociedade.

No *Lampião da Esquina*, como observaremos no capítulo 4, sobre as transgeneridades, essa visão engendrada por Butler (1990) ainda era muito incipiente. Como veremos nas análises, a figura da travesti, da trans, não tinha demarcações bem delimitadas como agora temos. O mesmo acontecia também com o debate da sexualidade, no caso do jornal, da homossexualidade. Os lampiônicos (1978-1981) também estavam se experimentando nesse campo. Tanto, que comumente não era raro falarem “transar homossexual” e contraponto ao “ser homossexual”.

Sabemos que a sexualidade, como apontado por Foucault (1988), foi historicamente influenciada e aplicada como um dispositivo de controle pela moralidade cristã, que condenava o sexo, o prazer, o gozo, o tesão. Se desvencilhar dessa ideia é difícil porque a repressão sexual estabeleceu ligações entre sexo, poder e política, pois “(...) entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiram” (FOUCAULT, 1988, p.28).

Logo, a história da sexualidade é uma história de discursos, que criam e recriam dispositivos de controle no campo social e político, à fim de impor e reproduzir os padrões dominantes, que nomeiam o que é certo e o que é errado (FOUCAULT, 1988). Essa antítese colonialista de bem x mal, sagrado x profano,

moral x pecado, normal x anormal influenciaram os valores e os comportamentos. Também estigmatizaram e discriminaram o que não se encaixa na heteronormatividade. Para os defensores dos moralismos e conservadorismos, tudo o que não for o padrão, precisa ser combatido, aniquilado.

### 3.3 De bonecas para bonecas

Em 1978, seis meses antes do AI-5 ser revogado, já se falava em uma reabertura política e econômica. Nas rodas familiares, nos centros financeiros, no dia a dia de um Brasil amordaçado, os rumores eram da possibilidade de eleições diretas, de quem sabe por acaso a liberdade pudesse triunfar de novo. Imbuído neste contexto, no fim de um verão frio de 1978, a primeira edição do *Lampião da Esquina* chegava às bancas. A publicação tupiniquim nasceu com influência da revista estadunidense *Gay Sunshine*, de São Francisco, na Califórnia:

No final de 1977, o jornalista e ativista gay Winston Leyland, editor-chefe das *Gay Sunshine*, revista voltada para a comunidade homossexual, editada em São Francisco, Estados Unidos, visitou o país com o objetivo de conhecer escritores brasileiros e reunir textos para uma coletânea homoerótica na América Latina (...) em um desses encontros, organizado pelo advogado João Antonio Mascarenhas na casa do artista plástico Darcy Penteado, em São Paulo, surgiu a ideia de lançar no Brasil uma publicação que tratasse diretamente da homossexualidade. (PÉRET, 2011, p.46)

A publicação era o purpurinado *Lampião da Esquina*, que nascia em um período da ditadura que colidia com as ideias libertárias e efervescentes dos anos 1970, ao passo que os jornais alternativos acrescentavam ao tom político da linha editorial, sátiras, sarcasmo e denúncias às careteses da época.

Embora a revolução de costumes dos anos 1970 sinalizasse maior aceitação da homossexualidade, a tríade família-Estado-Igreja ainda atuava (e atua) com violência sobre o corpo e o desejo dos indivíduos. (PÉRET, 2011, p.46)

O jornalista e escritor James Green também acrescenta nesse contexto, a influência positiva do movimento feminista para alavancar o movimento homossexual em 1978, que calha em ser o mesmo ano do início do *Lampião*. Com um inimigo em comum - o patriarcado - com toda sua rigidez, uniu ativistas gays e muitas feministas em uma luta contra o machismo.

Como as feministas, os homossexuais aproveitaram o mesmo “espaço de oportunidade” no intuito de lançar as fundações para a construção de um movimento gay. Em 1978, um pequeno grupo de intelectuais do Rio de Janeiro e de São Paulo fundou o *Lampião da Esquina*, um tabloide mensal

de ampla circulação dirigido ao público gay. Muitos meses depois, um grupo de homens em São Paulo formou o Somos, a primeira organização pelos direitos de pessoas gays do Brasil. (GREEN, 2022, p.409).

**Figura 5 - Capa Edição número Zero**

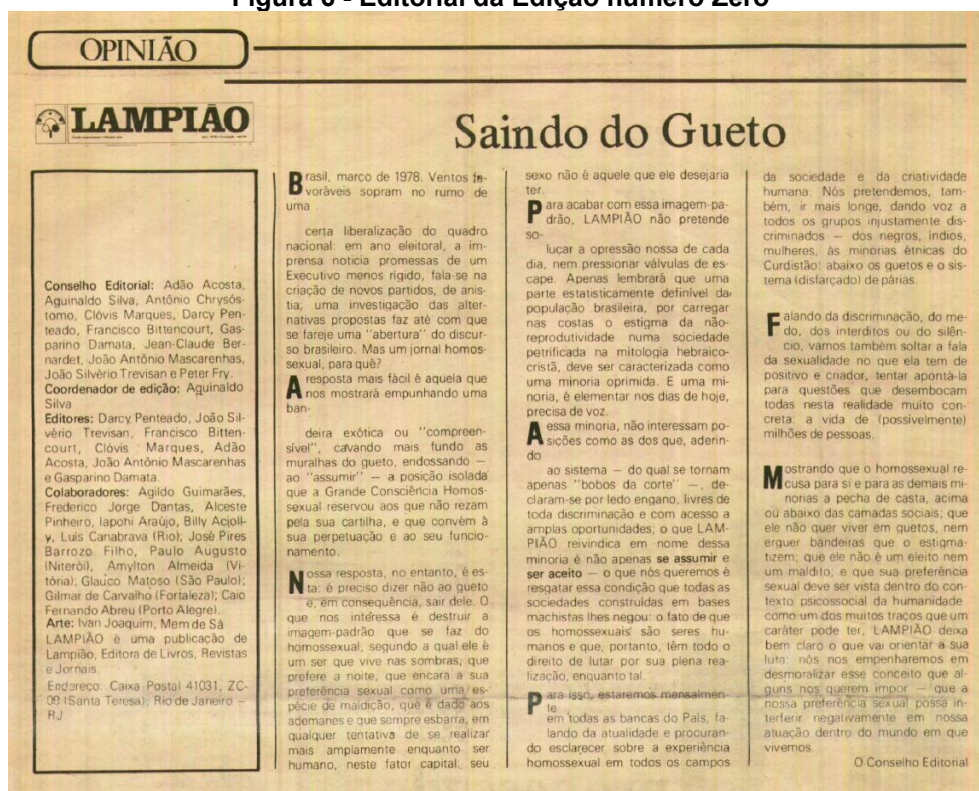


Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

Na primeira capa da edição intitulada “zero”, de cunho mais experimental, o *Lampião* destacou na manchete o caso Celso Curi, jornalista do *Última Hora de São Paulo*, responsável pela *Coluna do Meio*, dirigida ao público homossexual. Curi criava personagens e inseria acontecimentos sociais. O resultado: o colunista foi demitido sob o pretexto de corte de gastos. Mas, o extraoficial era mais perverso. Como na época era pecado falar de homossexualidade, Celso Curi foi processado com base no Art. 17 da Lei de Imprensa que vigorava naquele momento, pois escrever para gays e sobre gays ofendia “a moral e os bons costumes”.

A edição zero do *Lampião* é mais séria se comparada com as seguintes, porém, já serviu de aperitivo para as publicações que estariam por vir. No decorrer de suas páginas, um exercício metalinguístico: ensaios, reportagens, colunas, tudo sobre a vivência homossexual na arte, na imprensa e na política. Entretanto, o que demarcou mesmo o posicionamento, foi o famoso editorial com o título “Saindo do Gueto”:

Figura 6 - Editorial da Edição número Zero



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

- *Brasil, março de 1978. Ventos favoráveis sopram no rumo de uma certa liberalização do quadro nacional... (Lampião, abril de 1978, p.2)*

Em seu primeiro editorial, o Lampião inicia com um contexto das possíveis mudanças no campo político brasileiro. Era sim esperada uma abertura política que sabemos que finalmente aconteceria. É importante destacar tal fato porque o jornal ficaria conhecido - além de homossexual - como uma importante publicação nos anos que se encontrava nas bancas, de pautar movimentos sociais e outros públicos que não apenas as bichas: travestis, negros, indígenas, lésbicas. (spoiler dos próximos capítulos: quem? de que maneira? veremos adiante).

E é aí que esta pesquisa realmente entra (sem duplo sentido hein) ao analisar como outros grupos dissidentes eram pautados e retratados por um jornal feito por um grupo de 11 homens (10 brancos, um negro) de homossexuais cisgêneros da elite intelectual e artística. Grupo imbuído de certos privilégios, como a branquitude e o capital cultural, por exemplo.

Uma questão que merece um adendo: não é porque o grupo editorial do jornal era privilegiado se comparado com outras dissidências, que não deixavam de ser marginalizados e de sofrer violências e preconceitos. Por isso, quero andar de

mãos dadas com a interseccionalidade durante toda esta narrativa que construo sob um alicerce mais forte: a do equilíbrio entre conceitos, história e vivências. Não há nenhuma intenção de provocar danos com o passado. Ou tentar alterá-lo com os olhos do futuro que, sabemos, não é nada prudente. Nem mesmo, por outro caminho, a de cair em uma romantização banal e clichê. Seguindo adiante, o conselho editorial do jornal foi apresentado no editorial número zero<sup>7</sup> do *Lampião*. Senhoras e senhores, rufem os tambores, eis as bonecas que fizeram história na imprensa alternativa:

- Adão Acosta, Aguinaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Darcy Penteadó, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata, Jean-Claude Bernardet, João Antônio Mascarenhas, João Silvério Trevisan e Peter Fry.

Apresentados, sem mais delongas, voltemos às preliminares: como estava comentado, o primeiro editorial do *Lampião* foi cirúrgico ao pressuposto de sustentar uma posição de celebrar a existência dos homossexuais de um modo não visto na grande imprensa da época. É a doçura da imprensa alternativa, que possibilitou com uma boa dose de coragem, ter conversas difíceis com os leitores. No caso do *Lampião*, difícil porque a sexualidade sempre foi um tabu duro de engolir, um elefante colorido neon no meio da sala. Ao escreverem:

- *Nossa resposta, no entanto, é esta: é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. (Lampião, abril de 1978, p.2)*

Demonstra um posicionamento muito bem resolvido do ponto de vista da identidade. De reafirmação. De empate político. O *Lampião* se auto demarcou como uma fonte de resistência, um filho bicha da imprensa alternativa, que usou da comunicação para bradar liberdade política e de expressão:

Os movimentos de minorias políticas alargaram os contornos da luta democrática e fizeram circular seus pontos de vista em publicações próprias que combinavam um novo ativismo político, no qual se reivindicava o reconhecimento da diferença associado à pauta da demanda por igualdade e universalidade de direitos, e que introduzia novas categorias analíticas, como gênero ou sexualidade: Nós mulheres, O *Lampião* da Esquina e Sinba (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 474).

É também interessante notar certa delimitação sob o ponto de vista decolonial (BALESTRIN, 2013) nas narrativas usadas pelo jornal que, em 38 edições, usava e abusava do humor, do *pajubá* e do tom crítico para falar sobre preconceito e

---

<sup>7</sup> As edições do jornal *Lampião* da Esquina estão disponíveis e digitalizadas no site do Grupo Dignidade: <<http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>>

violação dos direitos humanos, em uma época na qual a perseguição por forças policiais contra a comunidade LGBTQIAPN+ e grupos minoritários nas ruas era assídua e violenta. Em mais um trecho do editorial, o jornal denuncia a imagem que o grupo hegemônico vigente à época tinha da bicharada:

*- O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que é dado aos ademanos e que sempre esbarra em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que ele desejaria ter. (Lampião, abril de 1978, p.2)*

É interessantíssimo do ponto de vista da crítica analisar esse trecho no que diz à correlação na qual durante muito tempo a sociedade (parte ainda tem) teve dos homossexuais e outras dissidências no campo sexual: o estereótipo de viver às sombras, nas ruas, longe de todos os olhares, bem no fundo do armário. É fato que durante muito tempo, para vivenciarem suas experiências sexuais, esses corpos as faziam às escondidas. Eram nos becos, nas ruas escuras que homossexuais vivenciavam seu sexo, seu prazer, seu tesão, seu gozo. Assim, criou-se o estereótipo de gays viverem como gatunos, como criminosos contra a moral e os bons costumes.

Um exemplo interessante, porém igualmente triste e violento, foi a perseguição de dissidências sexuais durante a ditadura na época do início da reabertura política, conhecida como Operação Limpeza, ação truculenta desenvolvida pelo delegado José Wilson Richetti, em maio de 1980, com o propósito de prender homossexuais, travestis e prostitutas no centro da capital paulista, onde mais de 1.500 pessoas foram detidas. Na edição número 26, em julho de 1980, o Lampião denunciou a violência policial da Operação Limpeza em uma reportagem com o título “São Paulo: a guerra santa do Dr. Richetti”: *“...sob pretexto de limpar a cidade de vagabundos, anormais (também conhecidos por homossexuais), decaídas ou mundanas, marginais e desocupados em geral.”, (Lampião, julho de 1978, p.18).*

No material, assinado por João Silvério Trevisan, é possível ter a dimensão do tamanho da investida policial, que no início começou com as travestis, mas com o passar das semanas se intensificou contra qualquer pessoa que “parecesse” gay, lésbica, maconheiro e prostituta. Em apenas uma semana bem no início da operação, 1500 pessoas foram presas. As travestis e as prostitutas foram as que

mais denunciaram a violência física. Há registros de travestis pisoteadas, prostitutas torturadas, gays espancados:

*- Mas segundo depoimento de uma vítima ao deputado Eduardo Suplicy, é o próprio Richetti quem esmurra as costas ou a cabeça das mulheres que deixam a prisão, exigindo que mantenham o bico calado sob pena de represália. E um travesti relata como Richetti abriu uma gaveta e fechou-a violentamente, prendendo seus seios. (Lampião, julho de 1978, p.18)*

**Figura 7 – Reportagem sobre a Operação Limpeza**



O que evidencia que apesar do início de certa abertura política realizada nos governos Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985), a imprensa, as dissidências e os movimentos sociais continuavam vigiados pelo Estado, já que eram considerados um risco aos valores da família tradicional brasileira:

Travestis, prostitutas e homossexuais presentes nos cada vez mais inchados guetos urbanos eram também incômodos para os que cultivavam os valores tradicionais da família brasileira. A despeito de a perseguição estatal a essa população não ter se iniciado com a ditadura, fato é que houve uma intensificação dessas políticas com a concentração dos poderes nas mãos do Executivo. LGBTs eram presos arbitrariamente, extorquidos e torturados pelo fato de ostentarem, em seus corpos, os sinais de sexualidade ou de identidade de gênero dissidentes. (QUINALHA, 2021. p. 27)

É válido lembrar que à época a comunidade LGBTQIAPN+ era reduzida, de forma preconceituosa e pejorativa, aos noticiários policiais. O escárnio e a desumanização imperavam até mesmo em reportagens de circulação nacional. Aí o interesse desta pesquisa em resgate de memória, que se faz essencial para que

possamos compreender, atualmente, as relações culturais, políticas e sociais que circundam, transpassam e permeiam as vidas dessa população e de outras dissidências.

Voltando à edição Zero, outro ponto curioso do editorial é a frase:

- (...) “*que é dado aos ademanes e que sempre esbarra em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que ele desejaria ter.*” (**Lampião, abril de 1978, p.2**).

Para quem não conhece (eu mesmo não conhecia até ler no Lampião) a palavra “ademanes” quer dizer trejeitos, afetações. Quando li, me transportei mais uma vez ao passado, ao meu passado. O meu eu *queer* na infância, na adolescência, períodos que para corpos dissidentes são, em maioria, fases marcadas por violências simbólicas, psicológicas e que não em raras às vezes, deságuam em agressões físicas.

*Bicha, “viado”, gay, boneca, frutinha, mulherzinha, maricona, maricas, biba, boiola, poc, baitola, gayzão.* Adjetivos de hiperbólica amabilidade (contém ironia) que meninos gays, já na infância, começam a escutar antes mesmo de compreenderem sua própria sexualidade. É como se o “sexo” chegasse sempre antes com os tais “ademanes”, como um abre-alas carnavalesco carregado de alegorias e símbolos. O abre-alas é primeiro carro apresentado pela escola de samba, logo depois da arrasadora comissão de frente, com as plumas, os paetês, todo o ziriguidum e samba no pé.

Nos corpos dissidentes, tal abre-alas não é produtivo, não para o capital, que insiste na reprodutibilidade e padrões normativos forjados no machismo. Uma crítica que Preciado (2020) fez em um de seis ensaios emblemáticos, “Quem defende a criança *queer*?”:

O que é preciso defender é o direito de todo corpo — independentemente de sua idade, de seus órgãos sexuais ou genitais, de seus fluidos reprodutivos e de seus órgãos gestacionais à autodeterminação de gênero e sexual. O direito de todo corpo de não ser educado para transformar-se exclusivamente em força de trabalho ou força de reprodução. É preciso defender o direito das crianças, de todas as crianças, de serem consideradas como subjetividades políticas irredutíveis a uma identidade de gênero, de sexo ou de raça. (PRECIADO, 2020, p. 73)

Mais a frente, ainda no editorial, o jornal se propõe a além das bichas, tocar, também, em outros assuntos:

- *Nós pretendemos, também ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados - dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do*

*Curdistão: abaixo os quetos e o sistema (disfarçado) de párias. (Lampião, abril de 1978, p.2)*

Gosto deste trecho porque além de representar o cerne desta pesquisa, também mostra a preocupação do jornal com outros grupos que também sofriam (ainda sofrem) discriminação e que também careciam de representatividade. Que precisavam que suas histórias também fossem contadas. Mas, como veremos nos capítulos que virão, nem só de boas intenções e ideias é que se constroem outras pontes e novos mundos possíveis.

Também me incomoda com a expressão “*dando voz a todos*”. Entendo a boa vontade, mas soa pretensioso. É como se só os jornalistas, ou só um grupo específico pudesse salvar tudo e todos. Um pensamento que está intrinsecamente relacionado ao colonialismo e paternalismo brasileiro. Uma herança do branco colonizador que em uma história totalmente idealizada, em que supostamente trouxe o progresso, as melhorias e uma possível liberdade. Mas, calma, porque essa é uma conversa para outro capítulo.

Por fim, o editorial termina com:

*- Mostrando que o homossexual recusa para si e para as demais minorias a pecha de casta, acima ou abaixo das camadas sociais, que ele não quer viver em guetos, nem erguer bandeiras que o estigmatizem; que ele não é um eleito nem um maldito; e que sua preferência sexual deve ser vista dentro do contexto psicossocial da humanidade como um dos muitos traços que um caráter pode ter, LAMPIÃO deixa bem claro o que vai orientar a sua luta: nós nos empenharemos em desmoralizar esse conceito que alguns nos querem impor -- que a nossa preferência sexual possa interferir negativamente em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos. (Lampião, abril de 1978, p.2)*

Essas palavras que fecham o editorial da primeira publicação do Lampião são emblemáticas. Os editores foram firmes ao demarcar o posicionamento do jornal. Com tal objetividade e clareza a fazer inveja a qualquer jornalista sério que defenda a democracia, a cidadania e a liberdade de imprensa, o último parágrafo do editorial é também histórico e não deixa de ser atualíssimo. Mesmo com todas as conquistas que a população LGBTQIAPN+ e outras dissidências conquistaram nas décadas que se seguiram, sabemos que tais corpos ainda são moeda de troca para o funcionamento do sistema ((cis)tema)).

E aí surge uma imbricação difícil de colocar: apesar do tom corajoso e muito importante naquele contexto de conservadorismo e perseguição às liberdades individuais, sair do gueto não era para qualquer um. Ainda não é. É honesto posicionar os privilégios daquele gueto que o Lampião tinha sede em sair: a de intelectuais, homens majoritariamente brancos com acesso aos capitais culturais. Não que isso desmereça a importância e a qualidade do Lampião da Esquina e todo o seu conselho editorial. Entretanto, hoje, é importante fazer tal debate e recorte. Não como uma revisão (que palavra perigosa) ou *mea culpa*, mas, como uma reparação, a de pensar no que já foi com olhar crítico para o que for construído seja ainda melhor. De propor novos diálogos e afetações. Até porque é falacioso pensar que todo sujeito colocado como representante de um determinado grupo ou identidade vá realmente representar, pois, como já escreveu Hall (2016, p.77), a representação dentro de uma cultura é “um sistema mais aberto, conectado de maneira mais íntima às práticas sociais e às questões de poder”. Logo, é preciso sempre prestar atenção nas intenções.

Penso também que o gueto é uma questão de interpretação. Cada um que sofre com as ações e a marcas do machismo, do preconceito, da invisibilização, sabe qual o seu gueto. Não há apenas um, ou dois...ou três. São muitos guetos, o que faz esse editorial do Lampião tão bom: nos provoca. Não só quem defende e pratica o normativismo. Mas, as próprias bichas. As trans e as travas. As caminhoneiras. As mulheres. A negritude. Os povos originários. Lembrei-me de uma frase da pesquisadora da UEM, Lua Lamberti de Abreu, durante o II Encontro de Estudos Sobre Orientalismos e Colonialismos na Comunicação e no Audiovisual (OCCA), realizado na UEL em fevereiro de 2023:

- *Me interessa muito mais instigar uma pergunta do que responder uma pergunta.*

Então, te devolvo:

- Qual o seu gueto? Já saiu dele?

#### 4 NAS ENCRUZILHADAS AS TRANS E AS TRAVESTIS

##### **Uma Carta a um fragmento de minha infância na encruzilhada da Rua Iporans com Carijós.**

Às trans,

Às travestis,

Às que abriram os caminhos para as dissidências de gênero e sexualidade,

(...) no reflexo vivo do passado, está escondida uma alegria primitiva, e se desvela a intransponível tragicidade da vida. Seu caos e paixão. Seu caráter único e insondável. Ali, eles ainda não foram submetidos a nenhuma elaboração. São originais.” - Svetlana Aleksievitch (2016, p.18)

Quando pequeno, cresci escutando que a encruzilhada entre ruas Iporans com Carijós, em Tupã, na minha cidade natal, era “ponto de puta e travesti”. E, de fato, era..ainda é! Enquanto a cidade dormia, quieta, tranquila, era para aquela encruzilhada com pouca iluminação e sem movimento ao anoitecer, que mulheres cisgêneras, transsexuais e travestis, batiam ponto noite adentro engolidas pela madrugada.

Lembro de uma vez que passei lá à noite, talvez, a primeira em que eu realmente sabia dar nome às coisas que os adultos protelam em responder às crianças. Que tabu ainda é ter uma conversa honesta sobre corpos. Sobre sexo. Sobre desejo. Sobre limites. Sobre questões que a régua do moralismo não deixa dar voz e forma.

Naquela noite meus pais voltavam de uma festa de aniversário nas redondezas. Eu, muito curioso no banco de trás do carro, com uns oito ou nove anos, vi duas travestis. Fiquei impressionado com a altura dos saltos altos. As saias curtas e justas aos corpos exuberantes. Elas exalavam mistério ou algo que ainda não tem nome. Já mais longe, quase na outra esquina, pude ver uma camionete enorme encostar: o motorista parou e as duas entraram. No caminho pra casa perguntei para os meus pais por quê elas ficavam ali à noite sozinhas. E por quê elas entravam em carro de estranhos. Sem titubear meus pais responderam que era o trabalho delas, faziam isso para pagar as contas. Era como um ofício. O ofício mais indigno e indulgente aos olhos da sociedade capitalista: vender prazer usando

o próprio corpo. Não entrou na cabeça de uma criança que, na verdade, associava o deitar junto com alguém como um ato de amor. Para gerar outro humano, outra criança, assim como eu.

Pensei nisso por muitos anos: amor pago, como funcionaria? Mas, foi o jeito que meus pais encontraram para me explicar a realidade. De muitas mulheres e travestis que não encontram lugar na estrutura da sociedade para serem quem são. Que não encontram afeto. Nem oportunidade. E pior, não encontram possibilidade. Que crime é usurpar possibilidades: de ser, de viver, de experienciar, de ter. De precisar recorrer às ruas, aos becos, vielas e encruzilhadas. Que urgem construir suas próprias noções de amor, afeto e cuidado, porque, foram privadas de tudo. Sempre que relembro essa história, “Geni e o Zepelim”, música composta por Chico Buarque para o espetáculo “Ópera do Malandro”, de 1979, me vem à tona:

Vai com ele, vai, Geni!

Vai com ele, vai, Geni!

Você pode nos salvar

Você vai nos redimir

Você dá pra qualquer um

Bendita Geni!

Foram tantos os pedidos

Tão sinceros, tão sentidos

Que ela dominou seu asco

Nessa noite lancinante

Entregou-se a tal amante

Como quem dá-se ao carrasco

Ele fez tanta sujeira

Lambuzou-se a noite inteira

Até ficar saciado

E nem bem amanhecia

Partiu numa nuvem fria

Com o seu zepelim prateado (...)

**Figura 8 - Rua Iporans com Carijós em Tupã - SP**



Fonte: Google Maps (outubro de 2023)

Mas, assim como essa mesma encruzilhada que oferecia caminhos e que está guardada na gaveta da memória de minha infância, na Iporans com Carijós, eu atravessei outras ruas. Conheci outras e outros. Me conheci. Porque “as ruas são de Exu, o morador das encruzilhadas, lugar em que não há fixidez. Mas Exu não mora só na encruza:” (SIMAS, p. 22) ele também mora nos dissonantes, nos injustiçados, nos cuspidos e nos perseguidos. Ele mora na viagem elástica ao tempo que nunca acaba: passado, presente e futuro são também neste exato momento.

A verdade que hoje, eu, um homem cis branco LGBTQIAPN+ com carteira assinada e nível superior, só usufruo de oportunidades e possibilidades, porque lá atrás, mulheres e travestis como as de saltos altíssimos e muito finos que eu vi pela primeira vez, lutaram e puxaram todo um movimento social, político e cultural, pela liberdade, dignidade e equidade. Hoje, ainda consigo me ver ali dentro do carro dos meus pais olhando pelo vidro do banco traseiro aquelas duas, como um puro e

simples “reflexo vivo do passado” que habita em mim. Entretanto, com uma bagagem cheia de malas que guardam outros sentidos e diferentes vivências.

E com uma pequena sensação de que os ventos estão soprando rumo à direção de um país que berra por mudanças que acontecem, porém, aos poucos, a conta-gotas e, não por isso, deixam de ser menos importantes, muito pelo contrário. Em 2023, o Brasil registrou 155 mortes de pessoas trans e travestis no país, segundo dados da 7ª edição do “Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023” (BENEVIDES, 2023) da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra), divulgado em janeiro de 2024 pelo Ministério dos Direitos Humanos.

De acordo com o dossiê, foram contabilizados 145 casos de assassinatos e dez que cometeram suicídio após sofrer violências ou por causa da invisibilidade imposta a essas corporalidades. Ao compararmos com o ano anterior, vemos um aumento no número de assassinatos, 10,7% a mais em relação a 2022, quando foram registrados 131 casos.

Apesar da extrema brutalidade que envolve a transfobia e do aumento da violência entre trans e travestis, há também a resistência contra um projeto de poder de políticas conservadoras que usa do infame, da morte, para eliminar o que foge do porta retrato de família de margarina feliz, branca e cisheteronormativa: nunca na história deste país, tivemos tanto representatividade trans e travesti nas cadeiras do legislativo.

No pleito eleitoral de 2022, no âmbito federal, pela primeira vez, foram eleitas duas deputadas travestis, Erika Hilton (PSol-SP) e Duda Salabert (PDT-MG). As duas ainda aparecem no seleto grupo dos 50 deputados federais mais votados do Brasil. Tanto Erika Hilton quanto Duda Salabert também foram as primeiras vereadoras transexuais eleitas em seus municípios, São Paulo e Belo Horizonte, respectivamente. Com pouco mais de um ano de mandato como deputada federal, Erika ainda conquistou recentemente, em fevereiro de 2024, outro feito inédito: é a primeira parlamentar transexual a liderar uma bancada no Congresso Nacional. A deputada substituiu Guilherme Boulos (PSOL-SP), que se afastou do mandato para concorrer à prefeitura de São Paulo nas eleições municipais de 2024.

#### 4.1 Lampiônicos, e as travestis?

É preciso sempre lembrar agora do que foi ontem para não acontecer de novo hoje e nem amanhã. Na ditadura, a perseguição ao que representava a população LGBTQIAPN+, especialmente às travestis, foi uma caça truculenta forjada pela falsa ideia em defesa da moralidade e hipocrisia de uma sociedade preconceituosa e conservadora que desejava um Brasil livre dos corpos e modos de vidas que condenava como imorais: lésbicas, homossexuais, travestis e prostitutas. Preciado (2004) em “Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual” questiona esse padrão heterocentrado enraizado socialmente:

O sistema sexo/gênero é um sistema de escritura. O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção-reprodução sexual, na qual certos códigos se naturalizam, outras ficam elípticas e outras são sistematicamente eliminadas ou riscadas. A (hetero)sexualidade, longe de surgir espontaneamente de cada corpo recém-nascido, deve se reinscrever ou se reinstruir através de operações constantes de repetição e de recitação dos códigos (masculino e feminino) socialmente investidos como naturais. (PRECIADO, p. 26)

A mesma imprensa que financiou e apoiou o golpe em 1964, ficou com o dever de casa em criar narrativas que associavam a diversidade sexual e de gênero como um perigo, algo a ficar atento. O foco, longe de promover compreensão e informação, criava um cenário hostil às vozes marginalizadas. Pautas sobre homossexuais e travestis acabavam nas páginas policiais. Porém, como veremos neste capítulo, por meio da imprensa alternativa, neste caso, do Lampião da Esquina, encontramos materiais noticiosos que fugiam, às vezes, do *modus operandi* da imprensa hegemônica.

**- TRAVESTIS!** (Quem atira a primeira pedra?)

Foi assim mesmo, em caixa alta e ponto de exclamação em um fundo vermelho escarlate seguida da pergunta provocativa com alusão religiosa e bíblica do livro de Jó, que o Lampião colocou a temática das travestilidades na capa do jornal, na quarta edição, em agosto de 1978:

Figura 9 - Capa da Edição número 4



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

A chamada na capa refere-se a uma sessão opinativa junto de um ensaio fotográfico pelas lentes de Maurício Domingues (fotógrafo do bando lampiônico) com o objetivo de retratar, segundo o jornal, “o visual da travesti brasileiro”:

Figura 10 - Ensaio "Quem atira a primeira pedra?"



Fonte: Grupo Dignidade (2023)

O texto, assinado por Rafaela Mambaba, personagem debochada criada pelo conselho editorial do jornal, começa com um close, digamos, errado: em uma esdrúxula associação entre as travestis e Nero, sim, ele mesmo, o imperador romano conhecidíssimo na Era Clássica pela lascívia sexual. Mambaba relembra Nero um *“homem de todas as mulheres e mulher de todos os homens”* como se fosse um ancestral com características travesti, que *“enfia uma peruca, punha uma togazinha leve e partia para barra pesada”* (**Lampião, agosto de 1978, p.8**). Vale lembrar que na verdade as disposições de gênero e sexualidade da época de Nero eram muito distantes dos tempos modernos, fortemente influenciadas pela religião e pela moral.

Apesar de inúmeras fontes historiográficas relacionarem Nero a pelo menos um casamento homoafetivo, o imperador usufruiu de um período (37 a.C – 68 a.C) cujas relações sexuais habitavam muito mais uma relação construída pelo status social em um jogo de submissão/dominação. E não de questões identitárias ou se passando pelo viés da moralidade, longe disso.

- *“Pode-se dizer e pensar o que quiser sobre o travesti - mas uma coisa é certa: além da ativa, a nossa rapaziada é criativíssima: Basta olhar.”*(**Lampião,**

**agosto de 1978, p.8).** É curioso a percepção totalmente transfóbica e machista que constatamos ao ver o jornal inferiorizar as travestis ao termo “*rapaziada*” e com o tratamento pelo artigo definido masculino em todo momento.

Do ponto de vista histórico, observamos que a conceituação dos termos travesti e transexual se dissolvia durante aquele período. Não havia uma distinção ou significação coerente a essas vivências. Mesmo entre os grupos subalternizados de gênero e sexualidade, o foco eram os homens gays, seguidos por lésbicas e só depois, travestis e transexuais. Era como se tivessem demandas semelhantes, como os direitos à vida e cidadania, mas, não se enxergavam no mesmo balaio. Muito diferente do cenário que temos hoje, no qual a sigla LGBTQIAPN+ cresce cada vez mais abrindo espaço para diferentes vivências e representações que não entram nas caixinhas pré-estabelecidas.

Leila Dumaresq é travesti e filósofa pela Unicamp. Como pesquisadora, se debruça na episteme das discussões de cis e transgeneridades. Gosto de uma publicação dela, o “Ensaio (travesti) sobre a escuta (cisgênera)”, disponível na Periódicus, vinculada ao Grupo de Pesquisa CUS, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em que ela aponta:

Assim, podemos definir a travestilidade e as outras identidades trans como um conjunto amplo e variado de comportamentos, ações e afirmações de si, que produzem reações sociais, infelizmente, de estigmatização e marginalização. Os indivíduos criam sua identidade coletiva em sua história de alianças, pactos e códigos de sobrevivência e resistência. (DUMARESQ, 2016, p.127)

Lógico que essa é uma leitura atualizada. É anacrônico cobrar que o Lampião naquela época tivesse a mesma visão. Os estudos de gênero e sexualidade, bem como suas noções e percepções no mundo físico eram muito embrionárias. Mesmo hoje, como teorias mais densas e estudos decoloniais nas perspectivas analisadas, ainda há borrões no que se entende e no que se espera de cada população ou grupo, pois, é preciso lembrar que antes de tudo, somos individuais e singulares. Parafraseando a provocação do professor e pesquisador Reginaldo Moreira (2022), durante uma disciplina de “Gênero Decolonial”, no mestrado em Comunicação da UEL, “qual melhor especialista nas questões de gênero e sexualidade do que cada um de nós, de nós mesmos?”.

Judith Butler, papisa sapatão da Teoria *Queer*, vê o gênero como uma fluidez e flexibilidade que se transforma a depender do contexto e período histórico, de maneira, por exemplo, no caso que me debruço neste capítulo. Nada é categoricamente isto ou aquilo. O gênero não é uma ciência exata, imutável e racional. Com o olhar da filosofia encarnado na psicanálise, Butler atribui ao gênero o incrível poder de ser reinventado a qualquer momento:

O gênero não é inscrito no corpo passivamente, nem é determinado pela natureza, pela linguagem, pelo simbólico, ou pela história assoberbante do patriarcado. O gênero é aquilo que é assumido, invariavelmente, sob coação, diária e incessantemente, com inquietação e prazer. Mas, se este acto contínuo e confundido com um dado linguístico ou natural, o poder é posto de parte de forma a expandir o campo cultural, tornado físico através de performances subversivas de vários tipos (BUTLER, 2011, p. 87).

No documentário brasileiro *Divinas Divas* (2016), dirigido por Leandra Leal, acompanhamos o reencontro de um grupo de artistas e travestis lendárias que lotavam teatros e casas de shows no auge da ditadura, no Rio de Janeiro. Na película, a diretora, de uma família de artistas, volta ao Teatro Rival, herdado de seu avô, onde guarda lembranças de bastidores.

Rogéria, Valéria, Jane Di Castro, Camille K, Fujika de Holliday, Eloína dos Leopardos, Marquesa e Brigitte de Búzios, se reúnem para a montagem de um espetáculo, trazendo para a cena as histórias e memórias de uma geração de transgêneras que provocou uma legítima revolução no comportamento sexual e desafiou com plumas, perucas e paetês, a moralidade de uma época em que as liberdades individuais eram constantemente vigiadas (GREEN, 2022).

Em uma cena pós-ensaio, a diretora grava uma conversa em um café entre Brigitte de Búzios e Rogéria, as travestis que fizeram mais sucesso entre espectadores à época e que furaram a bolha da cultura pop alternativa brasileira e foram para o *mainstream*. Na tomada, elas falam especificamente de como era pavoroso o momento ditatorial que o Brasil vivia quando começaram a produzir arte, entre os anos 1960 e 1970. Rogéria explica que por elas (as travestis) já romperem com o padrão ao se vestirem com roupas femininas, estavam sempre à “beira do precipício” com os militares. Por isso, elas não falavam em política por medo de sofrerem represália e violência do Estado:

Figura 11 - Cena do filme Divinas Divas



Fonte: Filme Divinas Divas (2016)

É engraçado tal afirmação de Rogéria, visto que com os olhos de hoje, sabemos que elas falavam sim, e muito, sobre política. Elas eram políticas por simplesmente serem quem são. Só de romperem o que socialmente esperava-se delas, é notável que faziam e viviam política. Mais a frente, ainda neste capítulo, conversaremos mais sobre Rogéria.

Voltando à edição do Lampião em análise, na página seguinte ao texto de Rafaela Mambaba, uma reportagem e fotografias por Regina Rito (colaboradora do jornal), que acompanha os bastidores no camarim de um espetáculo no Teatro Brigitte Blair. Rito entrevista Geórgia Bengston, ou como a apresenta já no início do texto: Jorge Alves de Souza, ator que se transforma em uma verdadeira estrela de cinema, *“loura charmosa e linda”*.

Figura 12 - Reportagem "Mimosas sim"



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

O jornal trata durante todo momento Geórgia como o pronome demonstrativo masculino “ele” e usando o artigo definido também masculino “o”. No conteúdo da reportagem, a jornalista aborda brevemente a história de vida da entrevistada nascida em Niterói e que teve o primeiro contato com os palcos no Teatro Revista em 1959. Trabalhou com grandes vedetes, como Nilza Magalhães, Sônia Mamede e a própria Brigitte Blair que dá nome ao teatro.

Geórgia compartilha com a repórter que é impossível sobreviver somente com arte e cultura. E que não se submete a fazer shows em boates. Por isso, tem um emprego de esteticista, ocupação que garante o dinheiro para pagar as contas e sobreviver, já que segundo ela, teatro não dá grana alguma. Mais a frente, a repórter escreve que por não receberem bem, pois quem “faz travesti” ganha uma pechincha. Nota-se que naquele período o termo “travesti” era costumeiramente visto como transformismo ou *drag* (termo mais atual usado como uma expressão artística ao ato de se montar de mulher com um visual estereotipado feminino). O “faz travesti” também tinha outra conotação, a de se prostituir.

Retomo Butler para o debate, pois na obra “Problemas de Gênero” (1990) a autora coloca o dedo na ferida ao defender que o feminismo cometeu um equívoco ao parear todas as mulheres como um grupo com interesses em comum, desmantelando a ideia de uma mulher universal, que reforçou binarismos e até

mesmo estereótipos. Pego, com cuidado, essa mesma crítica de Butler e aplico na análise que estamos tecendo aqui e agora.

O Lampião, bem como a comunidade LGBTQIAPN+ no período do golpe, assim como o restante da sociedade, tinha uma visão extremamente binária e até mesmo machista das noções de gênero e sexualidade (ainda hoje, em 2024, há segmentos sociais com a mesma visão retrógrada). Vale lembrar que os movimentos pró-diversidade estavam aflorando, tardiamente, no Brasil. Logo, era mais fácil cometer equívocos e julgar vivências com a mesma régua do moralismo que se tinham padronizado por séculos como consequência da dominação masculina. Hoje, felizmente, depois de muita luta e resistência, as noções da comunidade LGBTQIAPN+, principalmente aquelas referentes aos seus próprios integrantes, evoluíram e estão cada vez mais cristalinas.

Em janeiro de 1981 na edição número 32, o Lampião destaca mais uma vez, na capa, a pauta da população transgênera. Desta vez, com a chamada: *“Brasil, campeão mundial de travestis”*. Abaixo da manchete, uma fotografia de capa inteira com 11 travestis posando de uniforme de futebol e uma bola ao lado de um cachorro. Na legenda da foto, entre parênteses: *“(Cinco páginas sobre as bichas biônicas, e mais uma entrevista com Rogéria, o Zico desta seleção)”*:

Figura 13 - Capa Edição número 32



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

Nessa capa, o *Lampião* faz uma paródia das tradicionais fotos de times de futebol colocando as travestis como um time vestindo um uniforme. Tal tipo de humor debochado e irônico era uma característica em comum dos jornais da imprensa alternativa. Para Kucinski (1999, p.181), o *Lampião* era um dos jornais da imprensa nanica “que procuravam novas categorias explicativas da vida e dos conflitos humanos, que ousaram desafiar a moral pudica dos marxistas ao abrir a discussão sobre a homossexualidade e o prazer”.

Concordo com Kucinski (1999) acerca da ousadia do *Lampião* ao pautar temas tabus em plena ditadura. Com abordagens que não se viam em outras publicações, seja na imprensa escrita, no rádio ou na TV. Mas, há de se fazer a crítica no tom preconceituoso que, às vezes, o jornal usava e abusava. O *Lampião* ganhou pontos ao bancar a temática das transgeneridades em suas páginas, por outro lado, perdeu ao colocar as travestis em um não lugar e, além disso, hipersexualizar essas corporalidades que sofriam com a falta de espaço no mercado de trabalho e eram as mais violentadas da comunidade pelo regime político vigente.

## 4.2 Flávia, a mais objetiva. Tatiana, a mais romântica

Na edição número 19, em dezembro de 1979, o *Lampião* deu aos leitores um panorama das violências sofridas pelas travestis em São Paulo. Em uma reportagem de duas páginas e meia, “Dois travestis, uma advogada: três depoimentos vivos sobre o sufoco”, conhecemos as travestis Flávia e Tatiana, junto da advogada Alice Soares. Participam da entrevista João Silvério Trevisan, Glauco Matoso, Jorge Schwartz e Darcy Penteado, que cedeu o apartamento para que a entrevista fosse realizada.

Figura 14 – Reportagem “Dois Travestis”



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

- Rua Rego Freitas, São Paulo, oito da noite. Flávia e Tatiana na calçada, batalhando. O movimento está fraco, mas de repente vem se aproximando lentamente um Corcel. Flávia faz um disfarçado sinal para Tatiana: “vem cá, menina, esse aí tem cara de quem gosta de suruba”. E Tatiana, olhando para o carro como se nada notasse, cochicha de volta: “nossa, pelo jeito deve ser cachê de mil.” Ambas se aproximam do carro com um andar falsamente incerto, Darcy Penteado põe a cara para fora e explica sem conseguir disfarçar o deslumbramento diante dos quadros e luzes. Eu, Alice Soares, Glauco Matoso e Jorge Schwartz olhamos para eles, não menos deslumbrados. Nossos mundos parecem estar a quilômetros de distância. (Lampião, dezembro de 1979, p.5)

Logo, a reportagem apresenta as entrevistas: Alice Soares, uma advogada criminal que orientava o Departamento Jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Junto aos estagiários, ela acompanhava as audiências de clientes considerados da periferia paulistana, em sua maioria, negros, operários, travestis e prostitutas; Flávia, uma travesti de 22 anos que fazia “viração” desde os 17 e tinha colocado silicone, era mais “objetiva”; e Tatiana, 28 anos, se considerava “romântica”. Não tinha silicone, tomava hormônio de vez em quando porque segundo ela os homens queriam mesmo “é pinto”.

Trevisan, que narra o início da reportagem antes de virar uma *entrevista ping-pong*, relatou que todos estavam muito entrosados, tanto, que disputaram a palavra para fazer perguntas às entrevistadas. Quem começou a falar primeiro foi Flávia, a mais desinibida, que mostrava com orgulho os peitos novos. Ela contou que foi pra “viração” porque precisava do dinheiro. Vinda do interior, a família não a aceitava como era. Chegou até ser internada em um hospital psiquiátrico pela própria mãe. Tomou eletrochoque e passou por diversos tratamentos, que lógico, não deram certo. Ela não tinha nenhuma doença. Um dia, arrumou suas trouxas e foi embora para São Paulo. A equipe do Lampião se emocionou com a história dela, permeada por violências.

Já Tatiana, quando perguntada se queria se apresentar, preferiu ela fazer uma pergunta, direcionada à advogada:

*Tatiana - Eu gostaria de perguntar por que ela está se dedicando aos problemas dos travestis. (Lampião, dezembro de 1979, p.6)*

*Alice - Porque eu, particularmente e em nome do Departamento Jurídico, nós estamos lá justamente para atender a estes grupos oprimidos; acho que vocês no momento estão sendo oprimidos. Como também atendemos ao movimento negro; somos uma espécie de ponta-de-lança contra as injustiças. Então, fazemos questão de atender e acompanhar vocês, quando são presos. Se vão para o DEIC, nós vamos lá e fazemos tudo, entramos com habeas corpus. Batemos um papo com o delegado ou o investigador, procurando um meio de libertar o prisioneiro o mais depressa possível. (Lampião, dezembro de 1979, p.6)*

Na época da entrevista, apesar da Operação Limpeza ainda não ser institucionalizada com esse nome, a truculência policial já era hábito, especialmente nas ruas do centro de São Paulo. Prostitutas, travestis e homossexuais eram diariamente perseguidos por ferirem a moral. A advogada Alice, durante a entrevista, reforça a implicância dos policiais principalmente com as travestis. Tatiana e Flávia são indagadas se já haviam sido presas. A resposta das duas é a mesma, sim. Enquanto Flávia foi presa duas vezes, Tatiana:

*Tatiana - Eu também fui presa poucas vezes: umas dez. (risadas)*

*Trevisan - E você acha pouco?*

*Tatiana - Em vista das outras, que vão todo dia... Tem bicha que já foi presa mais de cem vezes! (Lampião, dezembro de 1979, p.7)*

A reportagem é muito interessante e rica historicamente porque mostra os meandros que a polícia usava para perseguir dissidências - em maior potencial as travestis - como explicado pela advogada Alice. De acordo com ela, o motivo das prisões era por “vadiagem”. No ato da prisão, se fosse a primeira vez, faziam assinar uma sindicância. Se a pessoa não tivesse a carteira de trabalho assinada, davam um prazo de 30 dias para arrumar emprego. Se a pessoa fosse presa novamente e não tivesse empregada, ficava no registro como “vadio”. Quando indagada se ela acreditava se toda aquela violência e perseguição poderiam ter um fim de maneira civilizada, ela respondeu que era uma situação difícil, pois todo o aparato do Estado direcionava para aquele tipo de situação (aqui vale o lembrar que em alguns meses depois da entrevista a Operação Limpeza iria ser ainda mais truculenta). Para Alice, juízes, investigadores, promotores, policiais...estava tudo “entre família”. Por outro lado, ela também pensava que a sociedade estava acordando, muito motivada pelos movimentos sociais que chamavam a atenção para as violações de direitos humanos.

Se por um lado Alice explicou como funcionam as prisões de um ponto de vista mais indireto e técnico, as travestis Flávia e Tatiana mostraram na prática como era ter vivenciado o horror na própria pele. Além das prisões arbitrárias, elas contaram que não era incomum que fossem abusadas sexualmente pelos próprios policiais. Ou então pagar a liberdade com sexo:

*Flávia - às vezes o policial exige que a gente faça sexo pra soltar a gente. Com a polícia, com o carcereiro, com o...O carcereiro é quem solta, então eu tive que fazer muito programa pra ele me soltar. Aliás, não foi programa, foi assim um meio-programa, um meio termo de sexo. (Risadas). Muitas vezes, levam a gente a pras quebradas, e depois soltam. Não só eu: várias amigas vão juntas. E tem quatro policiais, geralmente. Eles escolhem quatro travestis, soltam as outras, fazem a festa e tchau. Às vezes, a gente está preso na cela, e aí vem um deles pra ver o tamanho do...*

*Alan - De que? Do selo? Do sexo?*

*Flávia - Não, do pinto...(Lampião, dezembro de 1979, p.7)*

Nesta entrevista, apesar do uso dos pronomes masculinos para se referir às travestis, há uma visível preocupação em denunciar as violências sofridas por elas diariamente nas ruas. Bem como na tentativa de compreender seus modos de sobrevivência. Uma parte desse olhar menos depreciativo e mais cuidadoso, se deve ao fato, em minha análise, de João Silvério Trevisan, um dos principais nomes do jornal, encabeçar a entrevista. Tanto neste, quanto em outros materiais sobre outras dissidências nos próximos capítulos, é visível a disposição dele em fazer um jornalismo combativo e debochado, sem deixar de ser respeitoso. É um perfil diferente de Aguinaldo Silva, por exemplo, que é aparentemente mais incisivo, mais colérico. Não à toa que em anos recentes, Aguinaldo, atualmente um teledramaturgo premiado, se envolveu em polêmicas com falas transfóbicas. Em uma delas, na morte de Jani di Castro no ano de 2020, em uma postagem nas redes sociais fez um texto de adeus à artista com tratamento no masculino<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Fofoca completa em: <<https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/celebridades/aguinaldo-silva-e-detonado-por-homenagem-jane-di-castro-falta-de-nocao-44693>>

### 4.3 Rogéria, a travesti popstar

Figura 15 - Reportagem da capa da Edição 32

**REPORTAGEM**

## Brasil: campeão mundial de travestis

Para de travesti, Rogéria, a travesti popstar

**Brasil: campeão mundial de travestis**

América Latina e Brasil, o campeão mundial de travestis, Rogéria, a travesti popstar, é a primeira travesti brasileira a ganhar o prêmio de melhor travesti do mundo. Ela venceu o prêmio de melhor travesti do mundo em 1988, em uma votação realizada por milhares de fãs em todo o mundo. Rogéria é considerada a primeira travesti brasileira a alcançar esse nível de reconhecimento internacional. Ela é conhecida por sua voz suave e sua beleza deslumbrante. Ela é considerada a primeira travesti brasileira a alcançar esse nível de reconhecimento internacional. Ela é conhecida por sua voz suave e sua beleza deslumbrante.

**Libélulas, mariposas, vampiras, damas da noite...**

“Eu sou diferente, não sou uma mulher”, diz Rogéria, a travesti popstar, em uma entrevista. Ela é conhecida por sua voz suave e sua beleza deslumbrante. Ela é considerada a primeira travesti brasileira a alcançar esse nível de reconhecimento internacional. Ela é conhecida por sua voz suave e sua beleza deslumbrante.

**LAMPISO de Espinho**

Figura 16 - Continuação da Figura 15

**REPORTAGEM**

**Brasil: campeão mundial de travestis**

América Latina e Brasil, o campeão mundial de travestis, Rogéria, a travesti popstar, é a primeira travesti brasileira a ganhar o prêmio de melhor travesti do mundo. Ela venceu o prêmio de melhor travesti do mundo em 1988, em uma votação realizada por milhares de fãs em todo o mundo. Rogéria é considerada a primeira travesti brasileira a alcançar esse nível de reconhecimento internacional. Ela é conhecida por sua voz suave e sua beleza deslumbrante. Ela é considerada a primeira travesti brasileira a alcançar esse nível de reconhecimento internacional. Ela é conhecida por sua voz suave e sua beleza deslumbrante.

**Libélulas, mariposas, vampiras, damas da noite...**

“Eu sou diferente, não sou uma mulher”, diz Rogéria, a travesti popstar, em uma entrevista. Ela é conhecida por sua voz suave e sua beleza deslumbrante. Ela é considerada a primeira travesti brasileira a alcançar esse nível de reconhecimento internacional. Ela é conhecida por sua voz suave e sua beleza deslumbrante.

**LAMPISO de Espinho**

**Vítimas da falta de espaço**

Como disse muito sabiamente um jornalista inglês: “O que não cabe no jornal não cabe no mundo”. É isso que acontece com as vítimas da falta de espaço. Elas são aquelas pessoas que não têm voz e não são ouvidas. Elas são aquelas pessoas que não têm espaço e não são respeitadas. Elas são aquelas pessoas que não têm voz e não são ouvidas. Elas são aquelas pessoas que não têm espaço e não são respeitadas.

**LAMPISO de Espinho**

Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

- A travesti da família brasileira!

Era assim que uma das figuras LGBTQIAPN+ mais conhecidas do Brasil, Rogéria, se autoproclamava. A frase foi dita diversas vezes durante entrevistas para veículos de comunicação de tudo que é tipo e também no documentário *Divinas Divas* (2016). Assídua nos programas de TV de variedades, Rogéria forjou seu nome por meio da arte: começou como maquiadora, vedete, virou performer, cantora e, no auge, atriz consagrada nos palcos e nas telas de cinema. Eloquente e muito carismática, chamou atenção, até o fim da vida, pela cabeleira dourada à la Marilyn Monroe, batom vermelho e falas sempre muito sinceras, em várias ocasiões, igualmente polêmicas.

**Figura 17 - Cena do Filme *Divinas Divas* com Rogéria**



Fonte: Filme *Divinas Divas* (2016)

Nascida Astolfo Barroso Pinto, como fazia questão de lembrar em suas aparições na TV, apesar de se orgulhar do título de “travesti da família brasileira” se identificava como bicha, uma bicha transformista. Era contra o beijo gay na televisão e via com maus olhos a cirurgia de redesignação sexual. Na edição número 32 do *Lampião*, como já adiantado há pouco, foi atribuída metonimicamente o título de Zico das travestis. Em uma entrevista *ping-pong* capitaneada por Aguinaldo Silva que ainda contou com convidados: Alceste Pinheiro, Antônio Carlos Moreira, Doloesa Rodrigues, Andréa Barreto e Cintia Martins.

Durante a entrevista, INACREDITAVELMENTE TRANSFÓBICA para o olhar de hoje, os jornalistas fizeram um bate papo com Rogéria enquanto tomavam drinks num hotel, no Rio de Janeiro. Antes do início das perguntas, Aguinaldo Silva destaca que o Lampião queria a entrevista com Rogéria desde o início do jornal, em 1978. Mas, só naquele momento, em 1981, foi possível o encontro para o jornal. Aqui, diferente das análises anteriores, quero também debater as perguntas dos jornalistas direcionadas à Rogéria, que respondeu cada uma sem papas na língua.

Figura 18 - Entrevista com Rogéria super star



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

Vou me apegar em três rodadas de perguntas e respostas. A primeira, já no início da entrevista, Aguinaldo Silva toma partido:

*- Há quem diga que os travestis que põem silicone, operam e o diabo, não são homossexuais, seriam uma outra coisa; o que você acha disso? (Lampião, janeiro de 1981, p.8)*

A pergunta, analisando o contexto daquele período, era válida. Como já coloquei, as imbricações de gênero e sexualidade ainda engatinhavam. Do ponto de vista informativo, é interessante discutir uma questão, como neste caso, dirigida a uma travesti, ou seja, usar uma fonte que vivencia na pele determinada existência. E, diferente de veículos de comunicação hegemônicos que, em vez de prezar pelo

respeito e informação nas pautas com LGBTQIANP+, ofereciam ao público materiais preconceituosos e que incitavam o ódio.

Para essa pergunta, Rogéria responde:

*- Só morrendo de rir. É tudo viado, querida, tudo a mesma coisa. Só que, de repente, as pessoas que se põem travesti, se vestem de travesti, que se colocam vestidos de mulher, são de um QI tão baixo, que isso me deixa muito triste. Hoje em dia, só marginal é que se veste de mulher. Marginal que eu digo é de assaltar. Botar navalha no bolso, revólver, e sair vestido de mulher porque ganha fácil — os homens estão dando dinheiro mesmo, né? Agora, se eu pudesse escolher no meio entendido várias pessoas pra vestir de mulher, nós seríamos várias Rogérias, porque seriam todas pessoas de QI altíssimo. (Lampião, janeiro de 1981, p.8)*

A resposta de Rogéria, apesar de polêmica, é interessante, porque diz muito respeito à questão identitária de cada vivência. Amara Moira (2017, p. 370-371), professora travesti e doutora em crítica literária pela Unicamp, fala que a identidade de gênero no campo das travestilidades encontra mais impasses quando comparada as outras identidades. Isso porquê:

Se perguntarmos a travestis o que elas são, a resposta pode variar entre: 1) “sou mulher, né?”; 2) “ah, nasceu com pênis é homem, não tem o que fazer” e 3) “nem mulher, nem homem, sou travesti”. Se fôssemos nos basear no que dizem, no que são capazes de dizer sobre si, seria impossível pensar maneira de localizá-las na sociedade, de definir-lhes um papel. Essa variação se dá, dentre outros motivos, porque não se cria ninguém, desde o berço, para ser travesti: o “não se nasce, torna-se” da Beauvoir assume um sentido todo particular em se tratando dessa categoria, pois não existe a opção “nascer” para nós, mas tão-somente a opção “tornar-se”. Faz diferença a travesti dizer-se “homem” ou dizer-se “mulher” diante das tantas violências a que estará sujeita? Deixará em algum dos casos de ser expulsa de casa, da escola, de ver as portas do mercado formal se fecharem, de encontrar na prostituição mais precária a quase que única possibilidade de subsistência, de ser brutalmente objetificada nas ruas, de ter sua expectativa de vida girando ao redor dos trinta e cinco anos? Não importa o que ela diga, nada será tão eloquente quanto o seu corpo em transmitir a mensagem do que ela é, do que ela não pode deixar de ser. “Homem” e “mulher” são palavras polissêmicas, palavras que comportam sentidos bastante divergentes, até contraditórios, fazendo-se então necessário todo um cuidado ao interpretá-las.

Com Rogéria, façamos um recorte: Rogéria é considerada pela sociedade travesti, apesar de se identificar como *viado*. Rogéria é branca. Rogéria é uma artista consagrada. Rogéria vem de uma família com capital cultural, teve acesso à

boa educação. De tantas características, podemos fazer uma crítica, por exemplo, às questões que falam de raça e classe social, um recorte interseccional.

Por mais que naquela época ela já fosse uma referência na representação de uma travesti, lógico que não falava por todas. Primeiro por ter o privilégio da branquitude. Segundo, por ser proveniente das classes média/alta carioca. Rogéria pode falar sobre sua única e exclusiva vivência, mas é perigoso tomar como norma. Essa ficção de si, que encontramos em reportagens, livros e até mesmo no universo acadêmico, é algo que Bourdieu, por exemplo, critica em “A Ilusão biográfica”:

O mundo social, que tende a identificar a normalidade com a identidade entendida como constância em si mesmo de um ser responsável, isto é, previsível ou, no mínimo, inteligível, à maneira de uma história bem construída (por oposição à história contada por um idiota), dispõe de todo tipo de instituições de totalização e de unificação do eu. (BOURDIEU, 1986, p. 186)

Ou seja, Rogéria despreza outras vivências de outras travestis que não tiveram os mesmos acessos e privilégios dela. Muitas, que precisaram ir para as ruas, expulsas de suas casas e recorrer à prostituição, prática inclusive que Aguinaldo Silva questiona durante a entrevista em mais uma pergunta:

*- Eu, por exemplo, sinto nestes travestis que fazem vida nas esquinas uma agressividade que é muito masculina; talvez porque sejam malandros, como você diz. Você olha e vê aquela mulher com aqueles peitos enormes, mas sente uma agressividade nela que é puramente masculina. (Lampião, janeiro de 1981, p.8)*

Eu li várias vezes essa pergunta, tantas, que perdi as contas. Talvez, porque quis ter a dimensão mais precisa no quanto avançamos no entendimento das transgeneridades. Por mais que seja fácil criticar hoje a pergunta de Aguinaldo Silva, também pondero quantos homens cisgêneros homossexuais e brancos, assim como ele, também não fariam essa mesma pergunta com um tom que flerta com o odioso. E, na pior das hipóteses, pensar também em quem perguntaria hoje?

Não passo pano para a pergunta transfóbica de Aguinaldo que associou travestis que recorrem à prostituição com malandragem. Mas, há de se ter isto em mente: quantas vezes nós já não fomos transfóbicos, seja por uma simples fala ou ideia? O que fazemos para combater a transfobia? Quantos de vocês, que estão lendo este texto, têm amigas trans? Que frequentam sua casa, que são convidadas

para almoçar aos domingos? Que são apresentadas para suas famílias? Como já mostrou Dumaresq (2016, p.126), “é muito comum que o interlocutor cisgênero queira atribuir todos os problemas da travesti na sociedade como se ele mesmo não tivesse vínculo algum com questões de transfobia onipresente”.

A pergunta de Aguinaldo Silva que, hoje, ainda é muito atual, também funciona como um disparador para pensarmos na nossa parte, por quem usufrui do privilégio cisgênero. No que fazemos para termos uma sociedade mais justa, mais igualitária, menos preconceituosa. Lembremos dos dados da Antra apresentados no início deste capítulo: o Brasil, em 2024, ainda é o que mais mata transexuais e travestis no mundo.

É inadmissível em um país que é uma República democrática, conviver com tanta violência e mortes. E a imprensa tem um papel vital na consolidação de lutas e na publicação de fatos e análises condizentes com a veracidade. O mesmo se aplica no universo acadêmico. Coloco-me neste espaço, tanto como jornalista, como também, pesquisador-cartógrafo que estuda as relações da imprensa com a sociedade no âmbito de gênero e sexualidade:

Pesquisadores que utilizam a imprensa como fonte não devem perder de vista que o mesmo nunca deve ser tomado com efeito de verdade absoluta, mas sim como representação de grupos sociais e da realidade que os cercam, e tem sido utilizadas como dados importantes para qualificar informações valiosas sobre o objeto que se pretende analisar. (BENEVIDES, 2024, p.32).

Para a pergunta de Aguinaldo, Rogéria, muito objetiva, mais uma vez, responde:

*- Se não fosse essa agressividade, elas não poderiam enfrentar a barra que é pegar clientes no meio da rua, no Brasil. Se não fossem máscaras. Não sou contra a prostituição, acho que cada um na sua. Agora, o que eu não aguento, é que elas saiam de navalha, cortando a cara dos clientes, roubando, fazendo estas coisas horróricas, que eu abomino. Acho que todo o mundo podia ganhar seu dinheirinho na esquina: tudo bem. Mas não vamos roubar nem matar ninguém. pelo amor de Deus! Pra ganhar um pedaço da esquina elas se digladiam, partem pra navalha, pra gilete. É um horror. Quando me falam sobre isso, me sinto envergonhada. Claro que não me sinto desprestigiada, porque de repente as pessoas sabem quem sou eu: um artista, um cara trabalhador. Trabalho honestamente, nunca passei ninguém pra*

*trás. Nunca fui prum canto de esquina. Nunca fui contra a prostituição, mas elas deveriam ser mais coerentes com elas mesmas. (Lampião, janeiro de 1981, p.8)*

Rogéria começa a responder a pergunta com uma dose de sensatez, mas, que se perde e reforça a questão da marginalidade colocada pelo jornalista. Sinto que Aguinaldo não tenha se atentado para o fato que travestis que trabalham nas ruas sempre estiveram expostas a todo e qualquer tipo de violência. No ano da entrevista, em 1981, a Operação Limpeza aterrorizava homossexuais, travestis e prostitutas com prisões arbitrárias, espancamento e até assassinatos. Green (2022), lembra que com o *boom* dos shows de travestis e clubes gays nos anos 1960, criou a curiosidade em como seria transar com uma estrela como Rogéria. Tal fato pode ter contribuído para a criação de um mercado nas ruas:

(...) onde os clientes eram provocados com a mensagem subliminar: “se você provar sei que vai gostar” (...) o crescimento do mercado foi tal que, em fins dos anos 70, o Brasil começou a exportar travestis para Europa, inicialmente para a Espanha e para a França, e depois para a Itália. (GREEN, 2022, p.418)

Se por um lado o mercado crescia, do outro, a truculência policial, também acompanhava o mesmo ritmo. Apesar da prostituição não ser crime, a polícia enquadrava as travestis sob a acusação de vadiagem, ato obsceno ou perturbação da ordem pública. Muitas eram detidas e precisavam apresentar documentos que comprovassem emprego remunerado. Dentro da comunidade LGBTQIAPN+ como conhecemos hoje, foram as mais perseguidas.

A despeito de já estarem nas ruas, em geral no trabalho com o sexo, como alvos privilegiados da violência do Estado e da sociedade, elas não encontravam acolhimento nos grupos que buscavam construir uma imagem “respeitável” de homossexual, demarcando diferenças em relação às travestis associadas ao submundo da prostituição e das ilegalidades. (QUINALHA, 2023, p.111-112)

Logo, será que tal agressividade colocada por Aguinaldo Silva na verdade não era (ainda é) uma defesa pela própria vida? Pelo direito de sobreviver apesar dos pesares? Jota Mombaça, bicha preta não-binária que pesquisa violência e estudos *queer*, coloca para o que a branquitude, especialmente cisgênera, aponta de agressividade dos corpos subalternos como uma redistribuição de desobediência civil:

Afinal, o que é um crime, quando o próprio modo de funcionamento da justiça se faz inseparável de um projeto de atualização perpétua da injustiça como fantasia de controle? O que é um crime, quando tudo o que se entende sob o guarda-chuva da normalidade e legalidade não cessa de reinscrever a presença da morte como expectativa de vida de comunidades inteiras, de gentes daqui e de toda a terra, humanas e não humanas? (MOMBAÇA, 2020, p.57)

Esse estereótipo de criminalizar travestis era tão forte que encontrava respaldo até mesmo dentro da própria comunidade. Por isso, fazer um recorte interseccional é tão importante, como coloquei na análise anterior. As inúmeras vivências passam por gênero, sexualidade, raça e classe social.

Ninguém passa incólume pela violência, e todas nós que fomos violentadas e injustiçadas ao longo da vida sabemos bem disso. A violência cria marcas, implica vidas, ela não é nunca um evento simples, é sempre complexa, multidimensional, e por isso requer cuidado. Desse modo, para que não se confundam com um embrutecimento, é preciso articular os processos de redistribuição da violência com outras formas de cuidado, partindo do princípio de que é tão fundamental abraçar a própria violência quanto tornar-se responsável por ela. (MOMBAÇA, 2020, p.73)

Ao final da entrevista, Aguinaldo e outro jornalista convidado, Alceste, entram na temática da hormonização e redesignação sexual, que serão temas de uma edição futura do Lampião:

*Alceste — Dizem que o hormônio causa muitos problemas, além desse, brochante, de ordem sexual... (Lampião, janeiro de 1981, p.8)*

*Aguinaldo — Parece que as bichas ficam atacadas, porque elas tomam muito. (Lampião, janeiro de 1981, p.8)*

*Rogéria - Se fosse assim, a Coccinelli estaria cancerosa. Foi a primeira a tomar, há 40 anos atrás. Morei com ela seis meses. No primeiro dia em que cheguei ao Carroussel, em Paris, ela estava lá. Agora tem 47 anos, trabalha na Alemanha, mas está muito gorda. Porque a pessoa opera e começa a engordar. Ela operou, se arrependeu muito. As pessoas que operam mudam o temperamento radicalmente, ficam apáticas, ai partem pra prostituição, pra ganhar dinheiro. (Lampião, janeiro de 1981, p.8)*

Nesse trecho abre-se a chance do jornal discutir, com mais afinco em outra edição, as trans operadas. Mais uma vez, Rogéria tece a crítica com meras opiniões sem que os jornalistas refutassem. Para ela, a operação não condizia com a vivência de

uma travesti. Até o fim da vida, falava que a operação soava como uma castração, mutilação.

Dois meses depois do Lampião colocar as travestis na capa, mais uma vez, em abril de 1981, na edição 34, o jornal dá destaque ao tema. Desta vez, com a chamada: “A bicha que virou mulher: com uma discussão sobre transexualismo”, com uma foto da transgênera Claudie, fonte principal de uma reportagem sobre redesignação sexual.

Figura 19 - Capa da Edição número 34



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

Antes da reportagem com Claudie, uma outra chama atenção: um texto intitulado “*Quem lucra com a operação?*”, no qual o jornal trata da ação do deputado e médico José de Castro Coimbra, que elaborou um projeto de lei no qual regulamenta as “*operações de transexualismo*”. O texto é assinado por Adão Costa, que disfer opiniões sobre a operação e a reduz a uma “*mutilação*”:

- “*Transexualismo? Corro até a estante e pego o dicionário Aurélio para tirar as dúvidas: nele, a palavra não existe. Mesmo assim, é o maior ibope na chamada classe guei: todo o mundo fala de transexualismo; todos comentam a tal operação; tem os prós e os contras, mas ninguém perde a chance de discutir o tema. Quanto a mim, tenho minhas dúvidas sobre os resultados desta mudança. O mais imediato,*

segundo informações que colhi de fontes fidedignas (quer dizer, bichas já operadas) é que, a partir da castração (ou ablação, como prefere o deputado Dr. Coimbra), o gozo se torna impossível. Eu, que gosto muito, mas muito mesmo, de gozar, fico chocado com uma notícia destas.” (*Lampião, abril de 1981, p.5*)

Figura 20 – Reportagem sobre redesignação sexual



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

No decorrer do texto, o jornal tenta debater a ideia do que está por trás da cirurgia de redesignação sexual. Para isso, usa argumentos médicos, psicológicos e sociais que não tem comprovação científica. São achismos e falas de boca-a-boca, como: *As bichas ganham um arremedo de xoxota, mas continuam com identidade masculina, ou seja, ainda são os senhores fulano de tal, e não as madames que gostariam de ser (Lampião, abril de 1981, p.5)*. Além das falas transfóbicas, o texto também é evidentemente machista. Essas falas, infelizmente, perduram até hoje. Se de um lado há críticas sobre mulheres trans cederam aos estereótipos cis, há também aqueles que não ainda não as reconhecem com redesignação ou sem redesignação. E aí nos deparamos novamente com a questão identitária de autoidentificação, precisamente dos corpos que cruzam as fronteiras do padrão. Moira (2017, p.368) propõe uma reflexão e um caminho interessante para isso:

A auto-identificação segue sendo importante para desdemonizarmos a escolha por cruzar a linha, a escolha por ceder a essa pulsão e nos deixar levar para além do que fomos criadas para ser (se não houvesse um mínimo de escolha, não haveria tampouco armário), mas já há muito mais do que esse testemunho, essa auto-identificação, para pensarmos as existências trans. Não se pode esquecer, aliás, que na maioria das interações sociais não haverá tempo hábil para você dizer o que é, seu

corpo tendo que se fazer capaz de transmitir a mensagem da forma mais inequívoca possível: isso não quer dizer, de forma alguma, que nós efetivamente nos sujeitamos ou devemos nos sujeitar aos estereótipos cis, imitá-los à perfeição, para poder exigir que nos respeitem, que nos deixem em paz, mas sim que existe todo um investimento na construção desse corpo, corpo que também é identidade, para diminuir o desgaste de ter que negociar, com quem interage com você, o que você é ou deixa de ser. Cede-se ao estereótipo o quanto fizer sentido para a pessoa e, com isso, vai-se tentando minimizar o desgaste, a violência de deslegitimarem sua existência: eis a ideia.

Há também um questionamento se o provável *boom* das cirurgias não seria para médicos enriquecerem. Ainda mais porque o projeto de lei foi aprovado sem discussão por um médico que realiza tais cirurgias. Para corroborar ou não com a ideia da reportagem, o jornal faz uma enquete com seis transgêneras do Gay Fantasy e cinco travestis que recorrem à prostituição. As opiniões são diversas.

Entre as do *Gay Fantasy*, cinco se dizem favoráveis ao procedimento e, uma, acha “uma loucura”. Já entre as travestis prostitutas, o resultado é inverso, apenas uma diz concordar com a cirurgia. Enquanto uma preferiu não responder e as outras três foram contrárias. Neste grupo, uma fala chama atenção por talvez explicar porquê a maioria das travestis que trabalham nas ruas é contrária à cirurgia: “*No momento o meu membro está como a picareta para o operário; sem ele não abro os buracos, sem abrir buracos não ganho dinheiro*”. (**Lampião, abril de 1981, p.5**)

Na página seguinte o Lampião traz a reportagem que virou a capa do jornal: “*Claudie: o transexualismo é um estilo de vida?*, na qual Odacy Costa entrevistou a franco-brasileira Claudie, uma mulher transgênera operada, filha de coronel, que namorava um argelino e frequentava as altas rodas da sociedade parisiense e carioca. Claudie fez a cirurgia no Marrocos aos 23 anos de idade. Na entrevista, ela fala sobre a operação, sobre amor, beleza, sexo e até de como seria um homem ideal.

Figura 21 - Reportagem com Claudie



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

Diferente do material anterior, esta realmente se aprofunda mais na temática de redesignação sexual de um modo informativo. Conseguimos captar a essência de Claudie, que se posiciona a favor da cirurgia: *“A gente não pode ter medo. Eu nunca me perguntei se iria ter problemas ou não, se poderia morrer. Eu tinha 23 anos quando decidi me operar. Sempre quis, um dia teria que me decidir. Fui pro Marrocos sozinha, e quando voltei tive problemas de infecção. Sofri bastante, tiveram que me abrir mais uma vez. E alguns meses mais tarde, vencida a infecção, voltei novamente ao Marrocos, para completar a primeira operação.”* (Lampião, abril de 1981, p.6)

Odacy escreve que pediu para entrevistar Claudie por ela ser *“uma pessoa interessante como poucas, inteligente, sensível, e muito consciente do mundo em que vivemos”* (Lampião, abril de 1981, p.6). A entrevistada denuncia um desagrado, a de não ser reconhecida como uma pessoa, mas, sempre como travesti. Não que Claudie refute a travestilidade, ela mesma se reconhece como tal. Mas, assim como Rogéria, se coloca em um lugar superior, de distinção das travestis que recorrem à prostituição. Mais um moralismo de quem também sofre com a moralidade. É irônico, pois o namorado de Claudie, Samir, viveu oito anos como gigolô na França.

#### 4.4 Rumo ao futuro transfeminista?

Gosto dos apontamentos da poeta, ensaísta, exibicionista, performer e transfeminista, Sayak Valencia. Especialista em organizar ideias e pensamentos que ainda não têm nome, ela nos convoca para o debate da masculinidade necropolítica, que mata mulheres todos os dias. Valencia clama pelo transfeminismo, que, mais que um diálogo, um caminho ou movimento social é, também, epistemologia.

A pensadora tem um olhar decolonial à América Latina e seus desafios resultantes de anos de subdesenvolvimento econômico e exploração pelos países do norte global. No âmbito das violências, ela aponta como um caminho possível o fortalecimento dos laços em comunidade:

Construir uma ideia de sustentabilidade da vida. Que não brutaliza, nem purifica, nem hierarquiza uma vida sobre as outras. Que faça um trabalho de constituição do comunitário através da desnecropolitização do pensamento e de nosso contexto.

Ao passar os olhos pelas capas e reportagens analisadas neste capítulo, conseguimos perceber o quanto o movimento de transexuais e travestis no Brasil cresceu e se reafirmou. E, mais do que isso, como se tornaram protagonistas de suas próprias ações. Porém, ainda há a violência. A brutalidade. Os crimes de ódio. As humilhações. O preconceito escancarado. Levantar o debate do transfeminismo é urgente e cabe não somente as corporalidades trans, como também, cis.

Jaqueline Gomes de Jesus e Hailey Alves, em “#Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais”, reivindicam um lugar em que lutam pela despatologização e o contra o emprego de noções meramente biologizantes nos corpos trans. Para isso, conclamam o transfeminismo como tática para reconhecer as lutas, a história e a busca por direitos da população trans:

Para além da ideia de uma mera participação no movimento LGBT, o feminismo transgênero promove, especificamente junto à população que integra a sigla T, a superação de restrições conceituais e políticas decorrentes da limitação de suas reflexões e ações à demandas do coletivo amplo formado pelos LGBT, em que LGB têm diferentes centralidades e demandas relacionadas a orientação sexual, não necessariamente coincidentes com as das/dos T, focadas em identidade de gênero. (JESUS; ALVES, 2012, p.15)

O que aprendemos com o lampião neste capítulo é: se de um lado encontramos nos materiais publicados pelo jornal fragmentos do machismo e da masculinidade hegemônica que reforçava estereótipos e até mesmo uma dose de moralismo contra as corporalidades trans e travestis, por outro lado, também conhecemos histórias de gente que não tinha medo de ser e existir como se é, em um tempo marcado pela opressão e por pouca informação. Que foram propulsoras de um movimento e enfrentamento político que perdura até hoje. Que escolheram ser líderes de suas próprias vidas e não viver na margem, na escuridão. E, que abriram caminhos para que as conquistas de hoje fossem possíveis. Assim, o jornal não oferecia dois caminhos distintos, o do estereótipo ou a da resistência, não era um ou outro, era um e outro, juntos.

## 5 OS POVOS ORIGINÁRIOS E A NEGRITUDE NAS PÁGINAS PURPURINAS DO LAMPIÃO

Uma carta em memória de:

Minha avó Lourdes,

Minha bisavó Lázara,

Minha tataravó, uma mulher que não sei o nome,

Aos invisibilizados, aos escravizados, aos silenciados, aos exterminados pelo Estado brasileiro.

Quando as humanidades experimentam catástrofes, fazem do canto e da dança a sua aprendizagem. Esses cantos de suspender o céu criam uma brisa, um ar que faz com que os humanos reestabeleçam a sua própria cura. Essa ideia ensina que o céu já caiu em outras épocas e os humanos desenvolveram formas de conversar com o céu, cantar para ele, cantar para o rio, para a montanha. Essas humanidades extraíram dessas experiências a poesia da vida, o canto para afastar a dor, o xamanismo, ou seja, poderes que nossos ancestrais passaram de geração em geração para nos constituirmos como filhos do organismo terra. (Cartas para o bem viver – Ailton Krenak, 2020, p.21)

Na última carta que escrevi, contei que nasci em uma cidade chamada Tupã, no interior de São Paulo, a 536 km da capital. Pacata, com muitas árvores e muitos rios que se cruzam no entorno. Foi onde nasci, onde cresci. Desde muito pequeno, quando aprendi as primeiras palavras, minha avó materna, Lourdes, contava histórias da fundação da cidade. Vovó era a matriarca da família e descendia também de mulheres matriarcais, que sempre tomaram as rédeas da família.

Ela nasceu oito meses antes de Tupã ser fundada, em 1929, em um rancho pequeno por aquelas bandas. Adorava escutar ela falando de como a vida era no passado. Da infância no meio do mato. De quando não tinha energia elétrica e as ruas eram iluminadas por lampiões. Da comida fresca que se fazia em torno de uma mesa grande de madeira e pedra maciça, onde as mulheres aproveitavam para falar da vida: compartilhavam sonhos enquanto sovavam o pão que ia para o forno à lenha; desabafavam dores enquanto depenavam uma galinha; riam da vida enquanto costuravam um vestido para ver Carlitos aos domingos logo depois da missa.

Meu bisavô, Domingos, um imigrante italiano e minha bisavó, Lázara, uma cabocla, junto com as filhas, foram uma das primeiras famílias tupãenses. Chegaram

atraídos, como tantas famílias naquele período, pela possibilidade de fazer fortuna, quem sabe mudar a realidade, escapar da fome e do trabalho extenuante nas lavouras de café. Minha avó, a terceira filha de cinco meninas, cresceu com as irmãs nadando nos rios. Brincando de esconde-esconde no pouco da mata até então virgem que havia sobrado após o processo de colonização. Ela adorava viajar. Conheceu muito do Brasil. Morou em São Paulo, Curitiba e Rio de Janeiro. Pisou em Manaus, Brasília e Rio Branco. Foi a única das cinco meninas que foi embora conhecer o mundo. Mas era Tupã que sempre teve seu coração. Voltou com os filhos já grandes e criados e um marido moribundo. Ficou viúva cedo e nunca mais se casou.

Contava para minha irmã, meus primos e eu, que quando pequena, viu um saci-pererê em uma clareira enquanto brincava com as irmãs mais velhas. A gente ria, mas, não parecia só fabulação. Até quando a doença que rouba as nossas memórias se instalou na velhice, ela se mantinha firme e sem nunca mudar ou acrescentar nada na história:

*- Eu vi mesmo. Nós três vimos. Ficamos assustadas e saímos correndo pela mata. Chegamos em casa esbaforidas. Contamos para nossa mãe, que ficou brava, disse que isso não existia. Mas que nós vimos...nós vimos. Naquele tempo a gente escutava coisas da mata que ninguém mais escuta.* - consigo lembrar dela falando isso, a voz mansa, sempre muito calma e com um sorriso no rosto...como uma anciã que já viveu muitas vidas dentro de uma só.

Por ser uma região onde havia presença de povos originários, as principais ruas de Tupã receberam nomes de etnias indígenas. Em 1966, foi criado o Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre como forma de preservar o passado dos povos dizimados para a construção da estação ferroviária no início do século XX que deu origem à cidade. O substantivo próprio Vanuíre, um nome que além do museu, também batiza a primeira escola estadual da cidade, mora no imaginário popular tupãense: o pouco que se sabe, é que era uma mulher com raízes indígenas que trabalhava em uma lavoura na região. Na história oral contada de geração em geração, foi a interlocutora entre os brancos e os povos originários que resistiam com a construção da linha férrea. Na escola, aprendi que Vanuíre foi uma pacificadora que uniu as culturas resultando na chegada do progresso e do desenvolvimento no sudoeste paulista. Há quem diga o contrário, que ela foi usada

pelos brancos para virar um falso símbolo de uma união entre povos que nunca aconteceu.

**Figura 22 - "Índia" Vanuíre**



Fonte: Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre

O crescimento de Tupã nas duas primeiras décadas de vida foi rápida e intensa, a cidade se tornou a principal rota ferroviária de escoamento de café no sudoeste de São Paulo. Minha avó cresceu junto à cidade. Acompanhou o desaparecimento da floresta que deu lugar às fazendas. Viu o chão de terra batido receber pela primeira vez pavimentação. Viu os lampiões desaparecendo aos poucos. Viu sua casa, vizinha da mata, ser rodeada por madeira, aço e concreto. Mesma casa em que um dia acordou sem o pai, que fugiu para Bahia com outra mulher, deixando a esposa e as filhas.

Minha bisavó, Lázara, criou as cinco meninas sozinhas. Apesar do destino desafortunado que fora colocado para ela, viveu quase um século. Era filha de uma mulher indígena que minha família pouco sabia a respeito e um homem bravo, único adjetivo que ela mesma usava para descrever o pai. Tenho pensado muito, nos últimos anos, na mãe dela, minha tataravó. Que não sei o nome. Não sei onde nasceu. Como viveu. Como morreu. Minha bisavó fugiu de casa muito cedo e deixou

o passado para trás porque sofreu muito com o pai que batia nela e na irmã. Escolheu deixar a violência para trás, soterrada no passado.

A única informação que minha família tem da minha tataravó é esta: uma mulher indígena que fugiu muito nova de casa e casou-se com um homem bravo que trabalhava em uma fazenda. Minha avó sempre tentou especular, descobrir mais informações da própria avó. O mais perto que consegui foi uma foto do início dos anos de 1920 que se perdeu no tempo. Me surge à cabeça quantas famílias brasileiras eurocêtricas como a minha, que tem na árvore genealógica, pelo menos uma raiz indígena ou negra, passaram por um processo de invisibilidade e embranquecimento.

Como minha avó, apesar do pai italiano, era filha de uma mulher cuja mãe era indígena. E quando conheceu e se apaixonou pelo meu avó, um homem nascido no Brasil, mas filho de italianos, o casamento quase não aconteceu. Meus avós fugiram e casaram escondidos. Meu bisavô, pai do meu avô, um italiano de Turim, não aceitava que o filho mais velho se casasse com uma mulher que não fosse italiana “legítima”, ou filha de pais italianos nascidos na Itália. Para ele, minha avó era uma mestiça. Com o passar dos anos, ele aceitou o casamento. Mas só em seu leito de morte que pediu desculpas para minha avó.

Esses casos de família, não são mero acaso, muito menos, raros, pelo contrário. Muitas famílias brasileiras, como já coloquei, passaram e passam pelo mesmo. A branquitude sempre encontrou lugar para fazer seu domínio e manter uma hegemonia poderosa construída e mantida há séculos. É grande a ideia do embranquecimento em um país, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde 56,7% dos brasileiros se declaram não-brancos, e, desse número, 55,5% afrodescendentes. Questão que a psicóloga e pesquisadora brasileira Cida Bento alertou em “o Pacto da Branquitude”. Peço licença para a autora e incluo os povos originários também como os “não europeus” quando ela se refere à população negra, na citação a seguir, para explicar os efeitos da exclusão social em quem não é branco:

Analisando a visão do europeu sobre os não europeus, pode-se concluir que aquele ganhou em força e em identidade, uma espécie de identidade substituta, clandestina, subterrânea, colocando-se como o “homem universal”, em comparação com os não europeus. Assim, foi no bojo do processo de colonização que se constituiu a branquitude. Os europeus,

brancos, foram criando uma identidade comum que usou os africanos, negros, como principal contraste. A natureza desigual dessa relação permitiu que os brancos estipulassem e disseminassem o significado de si próprios e do outro através de projeções, exclusões, negações e atos de repressão. (BENTO, 2022, p.17)

O Brasil foi forjado por invasão de terras, pela violência e por séculos de escravidão por mãos brancas. Um país diagnosticado com uma doença crônica em não olhar o que foi associado a uma tremenda dificuldade em reparar o passado: assim foi na ditadura, assim foi na escravidão, assim ainda é quando matam um preto achando que é bandido, assim ainda é quando uma travesti é assassinada brutalmente, assim ainda é quando um pai espanca o filho gay, assim ainda é quando viramos as costas para extermínio indígena, população que sofre com a falta de direitos e condições básicas, veja os yanomamis. Entretanto, como sociedade, não achamos que seja um problema nosso. Mas, é, também é um problema nosso.

Como também é o racismo, a homofobia, a transfobia, o machismo. Neste ano de 2024 lembramos os 60 anos do golpe de 1964. Escutamos muito: é preciso lembrar para não acontecer de novo. Todavia, acontece. Todos os dias. Talvez porque varremos as violências produzidas e reproduzidas por décadas, por séculos, para debaixo do tapete: sempre foi mais fácil, entretanto, nunca foi o justo, o correto, o direito, como deveria ser.

Em 2016, presenciamos um deputado federal em uma votação durante um processo de impeachment na Câmara Federal, reverenciar um torturador para debochar da primeira presidenta mulher eleita pelo país, reconhecida por uma história de luta contra o autoritarismo. O mesmo deputado virou presidente quatro anos depois, ganhando a eleição em 2018. Este ano, 2024, com um novo presidente, agora do campo progressista, que já governou em outros dois mandatos no início deste século, se esperava o mínimo, o bom senso, mas, em um país onde os três poderes republicanos são movidos pelos interesses privados e patriarcais, fez uma fala triste ao dizer para não “remoer o passado”, em um comentário à imprensa sobre a ditadura. O mesmo presidente que com oito dias empossado, em janeiro de 2022, sofreu um ataque antidemocrático e viu o planalto central virar um campo de guerra civil, pelas mãos dos apoiadores do ex-presidente derrotado nas urnas.

Peço perdão se parece pessimismo, raiva, ressentimento. Como é difícil falar sobre sentimentos. Ainda mais em uma pesquisa, é muita subjetividade, muitos pensamentos que não cabem em palavras, não se encaixam na linguagem. Mas, a psicanálise ajuda um pouco a explicar: o ressentimento é um sentimento que não mente. Eu vejo esta análise, feita aqui nesta pesquisa, como um realismo, um realismo que encontrou na poética um modo de se fazer viva. Tenho sim um otimismo, mas um otimismo com os pés no chão, pois a realidade sozinha é insuportável. É preciso um pouco de lirismo, um pouco de desobediência dos padrões para tirar o gosto amargo do real. E não que seja assim sempre. Há respiros. Há avanços. Há superação. Há também felicidade e rodas de samba. Todavia, é preciso mudar o jogo, as regras. Jogar com regras criadas por nós, por dissidentes.

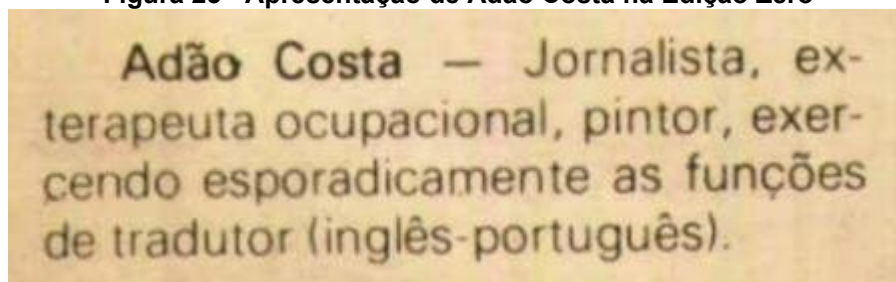
Não tem como continuar usando os corpos subalternizados como moeda de troca institucional ou em conchavos meramente políticos. As pautas identitárias não são perfumaria. É preciso limpar a grossa poeira de autoritarismo e controle impregnado no fundo da memória de um país que é tão lindo. Um país que já foi Pindorama, a terra das palmeiras, em tupi-guarani. Para se ter de volta hoje, uma nação que foi arrasada pelas consequências da ditadura com o aumento dos conservadores e das violências na última década. É preciso lembrar de onde viemos. De quem viemos. De quem somos como nação.

Em uma peça que vi ano passado no Festival Internacional de Londrina (FILO), "Karaíba: um musical originário", tem uma maciça participação indígena em cena. Das 27 pessoas que na ficha técnica, 17 descendem dos povos originários. Os quatro atores principais são indígenas. O espetáculo é uma adaptação livro do escritor e ativista indígena Daniel Munduruku "O Karaíba: uma história do pré-Brasil". Em um momento da peça, fala-se sobre a imaginação. O poder de imaginar e fabular para fazer acontecer, tornar real. Que reconstruamos, então, essa nação de terra arrasada. Que o solo se torne fértil para receber sementes frutíferas. Da minha parte, quero dizer, desta pesquisa, vejo assim: uma semente que floresce à medida que o passado é reparado paulatinamente.

## 5.1 A praça é dos negros?

Antes de começarmos nossa análise minuciosa sobre os principais materiais com a temática racial nas páginas purpurinadas do Lampião, é importante lembrar que no conselho editorial formado por 11 gays, apenas um era negro, a bicha Adão Costa, apresentado na edição de estreia do folhetim como:

**Figura 23 - Apresentação de Adão Costa na Edição Zero**



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

O primeiro material com uma pauta da negritude publicada pelo jornal foi na quarta edição, em agosto de 1978, por coincidência, a mesma que nos debruçamos no capítulo anterior e que trouxe na capa pela primeira vez, a temática das travestis. Na edição em questão, há uma entrevista especial no estilo *ping-pong*, na qual João Silvério Trevisan e Aguinaldo Silva entrevistam Clóvis Moura, na época, presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas (IBEA), que comentou sobre um ato inédito no país, um protesto público que reuniu três mil pessoas, na frente do Teatro Municipal de São Paulo, contra a discriminação racial. Para contextualizar, o ato foi convocado por causa de agressão a um homem negro nas dependências da polícia paulista e, junto a uma denúncia de discriminação contra quatro atletas negros, no Clube Tietê.

Lélia Gonzalez (1982), antropóloga preta considerada um dos grandes nomes do feminismo negro, escreveu em *O lugar do preto*, uma passagem sobre a negritude e a ditadura, em que ela diz que “o negro brasileiro também é prisioneiro político, na medida que é colocado como suspeito e preso pelo simples fato de ser negro” (P. 60). Hoje, parece que muita coisa não mudou a esse respeito. Segundo um levantamento inédito feito entre 2021 e 2022, pelo Condege, entidade que reúne defensores públicos de todo país, apontou que os negros são as maiores vítimas de prisões injustas: com um número assustador de 83%.

Figura 24 - Reportagem "A praça é dos negros"



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

Com o título "A praça é dos negros", o material lampiônico ocupa uma página do jornal: meia página com a fotografia acima e a outra metade com texto. A entrevista traz um parágrafo introdutório com o *lead* contextualizando a notícia, apresentado o entrevistado e posteriormente 11 perguntas. A primeira é de João Silvério Trevisan, que pede para Clóvis explicar como o movimento negro chamou e conseguiu organizar uma manifestação com um número expressivo de participantes.

Se por um lado os militares e a elite empresarial do país criaram com a ditadura um domínio de vigilância e proibição das liberdades individuais na população brasileira, por outro lado, vemos o início do fortalecimento organizacional no âmbito de luta e política dos movimentos considerados minorias, como a população LGBTQIAPN+, mulheres, pessoas pretas. Essa última, o centro das atenções deste capítulo, já tinha uma história de enfrentamento e engajamento por direitos iguais. Desde o período escravocrata brasileiro temos registrado movimentos e figuras importantes que lutaram contra o regime vigente.

Os Quilombos são um exemplo de resistência da negritude escravizada no Brasil que data do século XVII. Um dos mais conhecidos, o Quilombo dos Palmares, liderado por Zumbi, chegou a ter uma população de 20 mil pessoas, negros e negras

que fugiram da crueldade da escravidão e abrigaram-se em comunidade para ajudar outras pessoas escravizadas e, também, não deixar de exercitar a ancestralidade africana, a religiosidade, a comida, as histórias, os modos de vida. Apesar da importância para a memória coletiva do povo brasileiro, os quilombos foram deixados de escanteio:

A história dos quilombos, assim como a de muitos importantes levantes ou revoltas que ocorreram antes da abolição, forçando o fim da escravidão, é omitida na historiografia oficial. Isso pode ter ocorrido para não ferir a imagem de país da suposta democracia racial ou, ainda, para não reconhecer o protagonismo da população negra na história nacional. (BENTO, 2022, p.22).

Como não lembrar de um samba de Lecy, uma entrevistada preta e sapatona ilustre do Lampião:

Zumbi, o teu grito ecoou

No Quilombo dos Palmares

Como um pássaro que voou

Tão liberto pelos ares

Um grito de dor e de fé

Ficou registrado na nossa história

Pela luta, pelo axé

pela garra, pela glória

Voltando à entrevista em análise, Clóvis responde João Silvério com uma frase que atualmente vemos como um marcador histórico importante para a história do Movimento Negro brasileiro:

*- Várias organizações negras, em São Paulo, estão começando a surgir e a se organizar: o IBEA, do qual sou presidente, e outras entidades. Cada uma delas tinha o seu programa muito deles divergentes, até que surgiram dois casos que motivaram a polarização em torno deles: a discriminação de quatro atletas negros (...) Isso criou um clima de protesto dentro da comunidade negra, porque o fato fundamental que determinou essas arbitrariedades foi o racismo, a discriminação. (Lampião, agosto de 1978, p.6)*

Barbárie, violência, preconceito, indiferença. Palavras que são denominadores comuns para e eclosão dos movimentos das corporalidades dissidentes, seja de raça, sexo, gênero, classe e capacidades. É quando nos chocamos, quando o que pensamos que seria o impossível acontece é que nós nos movimentamos para exigirmos o mínimo, o inegociável: o direito de ir e vir, de ser e existir. Assim foi com o movimento feminista, com o movimento negro e com a comunidade LGBTQIAPN+.

Adiante, na entrevista, Aguinaldo Silva pergunta a Clóvis como o IBEA lidou com as rivalidades dentro do próprio Movimento Negro que ainda não tinha um caráter unificado. Para a pergunta, o entrevistado disse que era necessário trabalharem com uma ideia em comum, mas, respeitando a autonomia de cada grupo que pensasse e agisse de formas diferentes na militância. Gonzalez (1982) tem uma crítica para a ideia de que a negritude brasileira precisa ser uníssona. Ela defende que a população negra que veio escravizada tem origem em diferentes países africanos, com diferentes etnias, culturas e até mesmo linguagens. Assim acontece também com os indígenas. Logo, é perigoso reduzir a negritude a uma população homogênea. Soa racista à medida que desconsideramos a multiplicidade de uma série de culturas que foram vítimas de um sistema escravagista violento que deixou marcas que ecoam ainda atualmente.

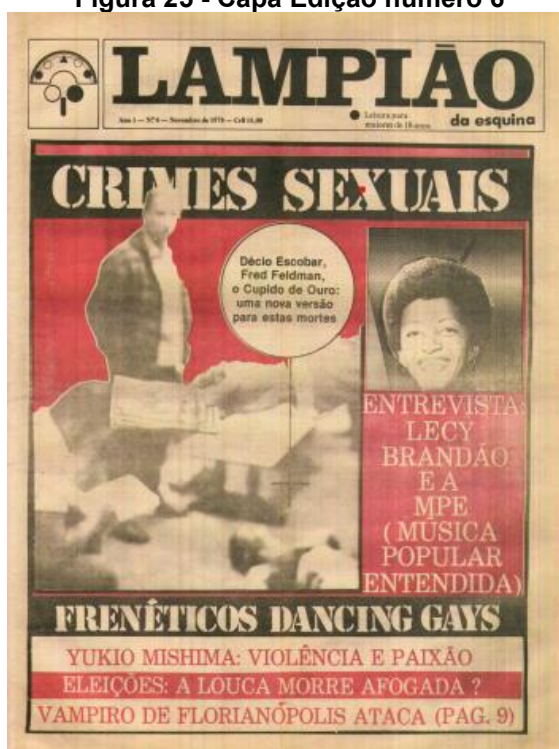
Mais a frente na entrevista, Clovis continua: *“Porque a injustiça da discriminação, que está aí acontecendo diariamente, já era considerada uma coisa normal dentro da vida brasileira...”*. (**Lampião, agosto de 1978, p.6**) Se eu não tivesse lido essa frase no Lampião, poderia dizer que é de hoje (a denúncia de Clóvis naquela época, infelizmente, ainda é atualíssima). Mesmo com dispositivos criados pelos três poderes, com leis e ações afirmativas, como as cotas em universidades, serviço público e adesão até por empresas privadas, a questão racial no Brasil ainda é uma problemática urgente.

Só para pensarmos, vou mostrar um dado de um âmbito da vida que é de direito de qualquer cidadão: a educação. Em 2022, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Educação), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, dos jovens de 14 a 29 anos fora da escola, 70% eram negros e 28% brancos.

É interessante ver o Lampião levantar a pauta da luta do movimento. De forma competente, a entrevista com Clóvis Moura abre a temática racial no jornal com coerência à linha editorial proposta, de levantar assuntos e acontecimentos de grupos perseguidos socialmente. Arrisco dizer que o Movimento Negro foi uma referência nos anos seguintes no fortalecimento da comunidade LGBTQIAPN+ como um grupo organizado. E, quem sabe, no caso do Lampião, uma inspiração para tratar de outros grupos, outras demandas e histórias, pois como veremos a seguir, é possível encontrar uma vasta cobertura do assunto durante os anos de publicação do jornal gay.

Em novembro de 1978, na edição número 6, o Lampião traz na capa um grande nome da música brasileira: Lecy Brandão, uma mulher negra e lésbica assumida. Na chamada, uma foto da artista com o texto: Lecy Brandão e a MPE (Música Popular Estentida).

**Figura 25 - Capa Edição número 6**



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

No miolo do jornal, nas páginas 10 e 11, uma entrevista *ping-pong*, clássica do Lampião, com mais de 40 perguntas e comentários em um clima de bate papo, acompanhadas de 4 fotos. Conversaram com Lecy, José Fernando Bastos (colaborador), Antônio Chrysóstomo (lampiônico) e o fotógrafo Maurício Domingues (colaborador). A verdade é que vamos analisar mesmo este material no próximo

capítulo, no qual abordarei feminismos subalternos. Então, aqui e agora é só um aperitivo. O foco da entrevista não é falar sobre negritude. As perguntas são direcionadas sobre a carreira de Lecy no samba e da questão de ser mulher negra e lésbica em um universo masculinizado.

Lecy Brandão, nascida e criada no Rio de Janeiro, foi a primeira mulher a integrar a Ala de Compositores em uma Escola de Samba. Foi na Mangueira, no início dos anos de 1970 que a cantora com mais 40 sambistas (todos homens), iniciou no carnaval carioca. Quis trazê-la neste capítulo por ela ser uma expoente do Movimento Negro. Vale a nota que, no futuro, por quatro mandatos consecutivos, foi eleita deputada estadual de São Paulo pelo Partido Comunista Brasileiro, em 2010, 2014, 2018 e em 2022, no último pleito.

Na entrevista, tem uma pergunta mais específica que aborda a racialidade. Antônio Chrysóstomo indaga se Lecy não teria medo das pessoas a olharem diferente por ser negra, mulher e homossexual declarada.

Lecy responde:

*- (...) Eu teria medo dos outros se não fosse nada disso e estivesse fazendo um trabalho supérfluo ou alguma coisa simulada, se estivesse mentindo para vender disco. Mas como eu estou fazendo verdade dessas três condições, achei que fica tudo bem. Assumo minha cor e minha condição feminina porque nasci assim e nunca usei isso como argumento, como “me ajuda que sou preta, mulher e fraca”: para pedir favor aos outros. Que nada! Por ser preta e mulher é que trabalho muito, desde pequena. Agora assumo também a minha condição de gostar de outra mulher. Isso pintou na minha vida porque tinha que pintar...” (Lampião, novembro de 1978, p.11)*

Gosto dessa entrevista e, como disse, cruzaremos com ela mais uma vez no próximo capítulo. É um material muito rico em termos de vivência e pesquisa, um verdadeiro tesouro encontrado no Lampião. Porque aborda um tema interseccional de várias opressões: racialidade, gênero, classe e sexualidade. Mas, Lecy, por si só, é um ícone da representatividade, uma mulher que puxou um movimento importante que teria força organizativa nas próximas décadas, quando era tabu se autoafirmar sapatão. Imagine, uma mulher preta não ter medo de ser quem é em um tempo de ditadura e pouca informação e formação a respeito das identidades.

A singularidade da condição racial da mulher negra e a categoria raça serviram no momento inicial como moeda simbólica para, frente às feministas “brancas”, criar a diferenciação – moeda da condição mulher (gênero) como instrumento de questionamento ao movimento negro a respeito das posições secundárias assumidas e impostas às lideranças femininas no seio das entidades dos vários segmentos do movimento negro (MOREIRA, 2011, p. 116-117).

O feminismo negro, no final da ditadura, mostrou um tensionamento nas relações raciais e de gênero. Figuras como Lecy e a própria Lélia são nomes que frutificaram naquele período e que abordaram questões como a interseccionalidade. Que abriram caminhos para pensar tanto o feminismo como a negritude, como temáticas que precisam também ser pensadas em forma conjunta.

## 5.2 Indígenas no jornal...ué, mas cadê eles?

Começando o último ano da década de 1970, em janeiro de 1979, pela primeira vez, o *Lampião* trouxe a questão indígena, na edição número 8, com chamada na capa.

Figura 26 - Capa Edição número 8



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

Com a palavra “ÍNDIOS” em caixa alta, seguida pelo texto na chamada “eles eram puros, saudáveis e transavam numa boa, aí chegou o homem branco e então...”, o jornal traz na sessão “Reportagem”, quatro textos que abordam as questões indígenas. Aqui, vale uma nota: atualmente, desde 2022, com a Lei

14.402/22, aprovada pelo Congresso Nacional, o termo “índio” não é mais usado para se referir a alguém que é originário, pois a palavra é carregada de estereótipos e generalizações. Assim, o correto é o vocábulo “indígena”, que significa natural do lugar em que vive, de onde nasceu.

O primeiro material é um texto opinativo breve não assinado na página 5, uma espécie de editorial, em que o jornal reafirma o compromisso feito na primeira edição do *Lampião*, a de defender e apoiar todo tipo de minoria. O material defende que ao contrário do então ministro do Interior, Rangel Reis, que defende o desenvolvimento econômico dos povos originários pelo governo, quando na verdade, para o jornal, são os indígenas que devem reger suas próprias vidas e comunidades. No trecho final, o *Lampião* reforça seu posicionamento:

*...o índio deve ser apresentado não como um ser mítico, o senhor da floresta, mas como um povo que tem sua cultura própria. Uma cultura cuja base principal é a harmonia com a natureza, uma harmonia tão completa que abrange o sexo: entre eles, esta é fonte de alegria e prazer em todas as suas formas.”. (Lampião, janeiro de 1979, p.5)*

Em seguida, o segundo recebe o título "Terra Papagalorum", de caráter opinativo e assinado pela pintora inglesa naturalizada brasileira Katie van Scherpenberg, que ao chegar ao Brasil, morou no Amazonas e teve contato com povos originários. Katie traça um rápido panorama da questão indígena no Brasil. Da invasão portuguesa em 1500 até o tempo atual que ela escreveu para o *Lampião*, em janeiro de 1979. Ela denuncia o genocídio indígena em quase 500 anos que os povos originários foram praticamente massacrados pelos brancos que colonizaram o país.

Assim como o texto analisado acima, Katie é contrária ao plano de emancipação do governo, que acredita na assimilação da cultura branca pelos povos indígenas remanescentes. Em outras palavras: uma colonização compulsória da cultura, dos modos de vida, da linguagem e da vivência hegemônica branca. Ela também relembra a primeira tentativa do Brasil como República de defender a causa indígena, como em 1910, com o decreto 8.052, criando o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), cujo objetivo era solucionar conflitos entre invasores de terras indígenas e os verdadeiros donos da terra, os indígenas.

Katie não deixa de mencionar a criação da FUNAI em 1967 (no texto do Lampião a criação data erroneamente de 1968), que substitui o SPI. Nesse momento do texto, a autora critica a falta de recursos, tanto financeiros como de pessoal, para gerir com seriedade as demandas existentes. Por fim, critica o descaso do governo sobre o tema:

*- É incrível, como destaca o professor C. Moreira, que o Governo não possa garantir as áreas que são reservadas ao índio, quando a posse da terra é assegurada aos grandes proprietários se invadidos por agricultores. O fato é que talvez enquanto pensamos que estamos discutindo a emancipação dos índios, na realidade estamos falando da invasão de terras brasileiras pelos grandes capitais estrangeiros. E o Brasil, PÁTRIA AMADA, para onde vai? (Lampião, janeiro de 1979, p.5)*

Depois de Katie van Scherpenberg, outro texto opinativo também critica o projeto de emancipação do ministro do Interior, dessa vez, quem assina é o antropólogo Silvio Coelho dos Santos, que pesquisa etnologia, com foco na região sul do Brasil. No texto com o título “Nas raízes da tragédia” Silvio chama atenção para a valorização de minorias e de povos originários ao redor do mundo. E, que no caso do Brasil, diferente do resto do mundo, o governo comete um “etnocídio” ao querer transformar o “índio em não índio”, incorporando-os como “cidadãos plenos”, matando sua cultura.

Após a introdução, o autor foca na questão indígena no sul brasileiro, denunciando a exploração de terras indígenas para enriquecimento. Ele usa como exemplo a extração de madeira e a construção de barragens, que afetam pelo menos 11 grupos indígenas entre a fronteira do Brasil e o Uruguai. Apesar dos indígenas do sul terem expulsado os invasores, a questão não ficará sem o governo interferir nas terras. Silvio acredita que o projeto emancipador do ministro Rangel Reis vai, na verdade, tirar a maior parte da área dos indígenas e destinar pequenos lotes para os grupos que ali residem.

O autor pergunta, mas “o que pensam os índios disso?”, indagação para a qual ele mesmo responde:

*- Posso garantir que os índios do Sul estão cansados da servidão a que se acham reduzidos, pela incapacidade da FUNAI em aplicar a Lei e pela montagem*

*ostensiva de um aparelho burocrático para explorar o patrimônio que a eles pertence legitimamente. À FUNAI, como tutora, cabem críticas extremamente severas. Mas, os indígenas estão cada vez mais cientes de seus direitos e de modo algum pretendem abdicar de suas terras e da ajuda que o Governo lhes deve para que continuem como povos diferenciados, para esta luta todos a partir de agora estão convocados.” (Lampião, janeiro de 1979, p.6)*

Ao final, Silvio rechaça mais uma vez o projeto emancipador e diz que é preciso repensar a questão indígena no país: *“O índio tem direitos definidos na legislação interna qual o Brasil é signatário. Ele também tem o direito de deixar de ser índio, se quiser. Entretanto toda decisão deve partir dele e não ser outorgado a ele” (Lampião, janeiro de 1979, p.6).*

Por fim, o último texto dos quatro que dividem duas páginas nesta edição do Lampião sobre a temática indígena, é a tradução de um trecho do livro *Keep the river on your right*, do pintor americano Tobias Schneebaum, que passou um tempo (não é mencionada a temporalidade) com indígenas peruanos adeptos do canibalismo. A tradução é de João Silvério Trevisan e traz duas fotografias.

**Figura 27 - Fotos do livro *Keep the river on your right***



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

João traduz dois trechos pequenos do livro que narra os hábitos da aldeia estranhos aos brancos. Schneebaum escreve em primeira pessoa suas experiências. Sem surpresa, os indígenas são descritos sob estereótipos. Daqueles que a gente ainda encontra hoje, no século XXI: uma visão de que os povos originários são exóticos, primitivos, desorganizados, inferiores. Mesmo que o autor

do livro mostre uma boa intenção em mostrar uma cultura pouco conhecida, escorrega no senso comum.

A pauta indígena saiu no jornal, foi contemplada como pauta e incitou a discussão. Mas, ficam perguntas, dúvidas a serem respondidas: nenhum indígena entrevistado? Nenhum relato de alguém originário? As relações dos povos indígenas, assim como dos LGBTQIAPN+ com a ditadura são questões muito recentes do ponto de vista histórico. E não estou dizendo que no período ditatorial essas temáticas não eram faladas. Mas não chegam a um conhecimento em nível nacional, que realmente quebrasse as bolhas intelectuais e de grupos militantes dessas causas. Além do mais, os indígenas sempre foram tratados como um problema a ser resolvido, tratamento que lhes tirou a humanização:

Ao longo da segunda metade do século XX, o Estado adotou políticas indigenistas e integracionistas baseadas no princípio jurídico da tutela, tratando os indígenas como incapazes de viver, conviver e sobreviver em meio à sociedade nacional. O Estado se impôs como tutor dos indígenas por meios dos órgãos indigenistas, inicialmente, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e, depois, a Fundação Nacional do Índio (Funai), vigente até os dias atuais. (Vozes indígenas na produção do conhecimento, 2022, p.9)

Em 2012, por conta da Comissão Nacional da Verdade (CNV) foram encontrados rolos de filme, sob o nome “Arara”, de uma formatura da primeira e única turma da Guarda Rural Indígena. Sim, você não leu errado. Em 1970 os militares treinaram um grupo indígena, que marchou fardado no pátio de uma delegacia para uma cúpula militar. Da descoberta nasceu o documentário “A farda e a flecha” (2018), dirigido por Miguel Antunes Ramos, que tenta desvendar a narrativa por trás daquelas filmagens. E, assim como esta pesquisa, busca rememorar os acontecimentos violentos em corpos subalternizados, olhando não só para os gritos, mas, também, para os silenciamentos. Lampião, onde ficaram as vozes indígenas?

### **5.3 Pro dia nascer feliz...essa é a vida que eu quis!**

Em março de 1979, na edição número 10, o Lampião coloca um tema interseccional com a chamada “minorias exigem em São Paulo: **FELICIDADE DEVE SER AMPLA E IRRESTRITA**”.

Figura 28 - Capa da Edição número 10



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

A primeira de duas reportagens sobre a possível união entre as minorias que o jornal leva na capa recebe o título de “Negros, mulheres, homossexuais e índios nos debates da USP: Felicidade também deve ser ampla e irrestrita”. O material aborda uma semana de debates sobre minorias realizada na Universidade de São Paulo (USP), em fevereiro de 1979, com a participação de entidades e figuras representativas dos grupos de gays, mulheres, negritude e povos originários.

Figura 29 - Reportagem sobre o debate das dissidências na USP



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

Assinado por Eduardo Dantas, colaborador do *Lampião*, a reportagem frustra pelo conteúdo escrito, não pela pauta, que é importantíssima. Quando lemos o título da matéria, imaginamos um material que aborde as ditas minorias elencadas: negros, mulheres, homossexuais e índios. Porém, ao lermos o texto, encontramos um direcionamento voltado a questão homossexual. Expectativas frustradas! O autor da reportagem pontua os momentos mais calorosos e importantes, segundo ele, de um dos dias de debate durante aquela semana, que contou com a participação de ao menos 300 pessoas, entre estudantes, professores e integrantes do grupo Somos<sup>9</sup> e do próprio *Lampião*, representado por João Silvério Trevisan e Darcy Penteado. Dantas dá a entender que aquele dia era mais direcionado à homossexualidade, uma incoerência com o título da matéria.

O evento, pelo descrito no texto, foi tomado por uma discussão política intensa, em um debate que questionou qual lado a homossexualidade estaria: direita ou esquerda? Dantas conta que um participante levantou e ponderou que, para a direita, os gays representam um perigo à moral e à família. Enquanto, para a esquerda, são a decadência da burguesia. A discussão vai por esses argumentos. Chegam até a tentarem deduzir onde as bichas seriam mais ou menos aceitas. Ditadura de esquerda? Ditadura de direita? Em nenhum momento é colocado, pelo menos na reportagem, menção às lésbicas, ou dissidências raciais, como negros e indígenas. Um acontecimento do debate que Dantas destaca a fala de um participante que quase ninguém conhece, mas que teve destaque em seus apontamentos.

*- É lógico que muitos homossexuais já têm uma posição política definida, e já devem estar engajados nessa luta mais ampla. Mas acredito que, nesse momento, a ação política mais consequente é mostrar à imensa maioria dos homossexuais o estado de alienação em que eles estão, e mostrar isso como um igual. Nunca como um intelectualzinho com o rabo cheio de cultura, mas como um ser com o mesmo tipo de problema e necessidade de libertação. (Lampião, março de 1979, p.9)*

Já no fim da reportagem, depois de Dantas colocar as discordâncias e os pontos altos da discussão da “minorias gay”, ele chega a uma conclusão: seja de qual

---

<sup>9</sup> Grupo de Afirmação Homossexual reconhecido pela defesa dos direitos LGBTQ+, fundado em 1978, e considerado o primeiro grupo brasileiro em defesa desses direitos.

forma for, o que ficou evidente no debate é a importância da união das minorias em uma luta conjunta no Brasil para a “tal felicidade, ampla e irrestrita, para todos”. Só não colocou as outras “minorias sociais” no texto.

Diferente dessa reportagem, a segunda, assinada por João Silvério Trevisan, meu lampiônico favorito, lembra das outras minorias que participaram da semana de debates. Com o título “Quem tem medo das “minorias”?” e, em um tom realmente jornalístico, explica com precisão o ponto alto da semana: o dia 8 de fevereiro de 1979, data em que bichas e lésbicas romperam publicamente a invisibilidade em que se encontravam. Trevisan inicia o texto falando que bem ou mal, o debate na USP ficaria na história, pois, pela primeira vez, grupos marginalizados pela sociedade se uniam para falar sobre suas reivindicações, suas “ansiedades”, como ele mesmo coloca.

**Figura 30 - Reportagem "Quem tem medo das minorias?"**



Fonte: Acero Grupo Dignidade (2023)

A seguir, ele descreve o último dia de debate, quando representantes das minorias realmente participam mais efetivamente, colocando suas ideias e pensamentos. Trevisan lamenta a falta de indígenas, que segundo ele, foram representados por antropólogos. Nesse ponto, vemos como naquela época pouco se tinha noção da invisibilidade indígena dentro dos espaços sociais onde se predominava (apesar de avanços, hoje ainda é assim) a branquitude, como a universidade. E por serem invisíveis, não tinham direito sequer de terem suas vozes ouvidas.

Trevisan conta que durante a semana de debates ficou evidente a polarização entre de um lado, a esquerda branca que só tinha olhos para as questões econômicas com fidelidade monogâmica à luta de classes; e do outro, os discriminados, as chamadas “minorias sociais”. Mesmo com as ideias diferentes, as dissidências não deixaram de se colocar para a esquerda tradicional exigindo uma “luta maior”, defendida principalmente pelos homossexuais e movimento negro. A reportagem, inclusive, denuncia que o grupo da esquerda mais ortodoxa presente no evento “foram abandonando o salão à medida que sentiam a determinação dos negros em não se enquadrar nas análises prontas que pretendiam diluir sua luta”. Isso porquê o Movimento Negro, apesar de defender uma luta ampla, também viu a necessidade de um espaço de discussão para si próprio, em um âmbito mais organizado politicamente.

Como já jogou luz sobre o tema, a pesquisadora e professora da UFBA, Carla Akotirene (2018), fala da importância da localização geográfica quando discutimos interseccionalidade. Então, pensar nos debates da USP que a reportagem pauta, urge posicionar a racialidade como um disparador, visto que no Brasil, a base da população é a miscigenação de negros e índios. Os efeitos do autoritarismo nesses corpos, que sofreram violências que atravessam meio milênio, são intensificados. Pensar nas engrenagens do sistema colonial, implica também, por meio interseccional, colocar na mesa a questão racial junto com outras identidades:

Não existe hierarquia de opressão, já aprendemos. Identidades sobressaltam aos olhos ocidentais, mas a interseccionalidade se refere ao que faremos politicamente com a matriz de opressão responsável por produzir diferenças, depois de enxergá-las como identidades. Uma vez no fluxo das estruturas, o dinamismo identitário produz novas formas de viver, pensar e sentir, podendo ficar submetidas a certas identidades insurgentes, ressignificadas pelas opressões. (AKOTIRENE, 2018, p. 29).

Sobre as discussões entre feministas, Trevisan chamou atenção para o tom machista e patriarcal com que a esquerda tratou a pauta. É interessante notar aqui, em uma reportagem que reúne as dissidências, o não lugar que esses grupos são colocados. Na ditadura, não é necessário nem comentar. Mas, na esquerda, uma colocação progressista, na qual se espera maior entendimento e compreensão das demandas socioculturais, também enxergamos, mesmo que menos que a direita liberal, o preconceito, que é diferente, mais sutil. *“Nesse sentido, um dos maiores equívocos da platéia “esquerdista” foi exatamente recusar o status de luta política tanto ao feminismo quanto aos demais grupos discriminados - falava-se em simples*

*"discussão existencial", num evidente tom de descaso." (Lampião, março de 1979, p.10) - escreveu Trevisan.*

Como um avanço da semana de debates na USP, a reportagem aponta que foi uma oportunidade para os grupos subalternizados que participaram falar, finalmente, sobre suas especificidades, individualidades e demandas. Assim, foi possível entender que, na verdade, a luta das "minorias sociais" é uma "luta da maioria". Trevisan encerra o texto tecendo uma crítica a palavra "minorias". Para ele, o próprio significado do substantivo minoria remete a algo pequeno, secundário, tacinho. Quando, como ele exemplifica na reportagem, não é. Na época, as mulheres representavam pelo menos metade da população no Brasil. As pessoas negras, por questão de estatísticas classificatórias eram subnotificadas: contava-se como negro apenas retintos. E os de pele mais clara? O mesmo com os homossexuais, como contariam se grande parte estava no armário:

*- Em resumo: a definição de "minoria" já denuncia uma repressão implícita na própria designação, que minimiza a importância social dos grupos atualmente discriminados. Acredito que convém começar pelas bases da opressão: destruindo as definições consagradas pelo sistema. (Lampião, março de 1979, p.10)*

#### **5.4 De novo...cadê os indígenas?**

Na edição 12, em maio de 1979, a pauta indígena ganhou mais dois materiais no Lampião: uma reportagem e uma nota, na seção Esquina. Com o título "Vozes no fundo do seringal", o texto da reportagem é assinado pela antropóloga Beatriz Medina, que denuncia o descaso do governo e a ineficácia da FUNAI com a questão indígena. No primeiro parágrafo, ela conta que uma manifestação organizada pela Comissão Pró-Índio, no prédio da Sede da Imprensa, no Rio de Janeiro, foi censurada. Como? Era de praxe a polícia abafar atos que contrariavam o governo usando o terror. Segundo Medina, os policiais chegaram no momento da manifestação com um "estranho aviso" de uma denúncia que no sétimo andar do prédio teria uma bomba que poderia explodir a qualquer momento. Claro que era mentira.

No decorrer do texto, a antropóloga mostra que a dissolução do movimento indígena não é exclusividade da cidade carioca. Ela narra as desventuras dos indígenas no Acre, que ao montarem uma cooperativa de indígenas para extração

de *látex*, se deparam com os “donos dos seringais”, que cobram taxas abusivas, chegando ao valor de 70 kg de borracha, para poderem realizar a extração. Depois, ainda compravam mercadorias fruto do trabalho indígena por mixaria e vendiam aos seringueiros com lucro médio de 500%.

Mas, com a ajuda de um jornal “nanico” da região chamado “Viradouro”, os indígenas da cooperativa conseguiram apoio de comerciantes locais, investiram em uma bolsa e outros produtos e ganharam mais autonomia, conseguindo levar suas mercadorias aos seringueiros que começaram a comprar direto deles. Foram sete meses de boa sorte, até que os “donos das terras” conseguiram influenciar o mercado local e voltaram a boicotar os indígenas. A alternativa foi denunciar na sede da FUNAI em Rio Branco, mas, a entidade proibiu levar o caso para Brasília ou para o Rio de Janeiro.

A situação era cruel na região: os indígenas, além de explorados, também tiveram suas terras invadidas e, quando não, depredadas. Sem dinheiro devido às condições econômicas, as mulheres indígenas precisaram recorrer à prostituição. Muitas, ainda eram meninas. Medina relata que há casos de garotas com 13 anos encontradas em bordéis na beira da estrada. Tudo isso não foi o suficiente para chamar pelo menos a atenção. O máximo que conseguiram foi relatar à Comissão Pró-Índio para o ato no Rio que não escapou, mais uma vez, de outra violência, dessa vez, a censura.

**Figura 31 - Reportagem sobre a situação indígena**



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

Ao lado da reportagem, o *Lampião*, estupefocado com a situação indígena no país, publicou uma nota. Com uma foto de Aritana, um dos chefes indígenas do Parque Nacional do Xingu, o jornal reafirma seu apoio pela causa e convoca os leitores a lutarem pela demarcação de terras indígenas. E conclama:

*- Já se vê, em cidades como Rio e São Paulo, muitos automóveis que ostentam em seus pára-brisas o adesivo da Comissão Pró-Índio que pede essa demarcação. LAMPIÃO - Jornal de minorias, reafirma, aqui, sua posição nesta campanha: que se cumpram os acordos e promessas, garantindo a terra dos índios brasileiros. (Lampião, maio de 1979, p.6)*

### 5.5 O *Lampião* contra o senhor do engenho Gilberto Freyre!

Em junho de 1979, na edição 13, na página número 2, do editorial, o *Lampião* traz um artigo de opinião assinado pelo professor da USP, Jorge Schwartz, especialista em estudos latino-americanos:

Figura 32 - Artigo de Opinião sobre Gilberto Freyre



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

O texto é, na verdade, uma resposta a um artigo publicado na Folha de S. Paulo, em seis de maio de 1979, pelo antropólogo Gilberto Freyre, em que o mesmo minimiza o racismo no Brasil e fala sobre uma "harmonia racial". O termo, não é de se espantar se você tem conhecimento da obra freyriana. Para dar um contexto (não vale a pena me debruçar por um intelectual com teses racistas), Gilberto Freyre, de uma família da elite pernambucana, é dono de um extenso currículo com obras no mínimo questionáveis. Ele defendeu, por exemplo, que no sistema colonial brasileiro

na época da escravidão, havia uma relação de classes entre senhores e escravos formando o que ele chama de democracia racial.

O fato é que o pensamento de Freyre é polêmico. Tanto que agora voltando ao texto do Lampião, ele provocou com o artigo na Folha a indignação daqueles que lutavam contra o racismo. Schwartz diz que não precisa ser um sociólogo para saber que o racismo no Brasil existe, sim. Em um tom inteligente sem ser pedante, desaprova o fato de Freyre ser um aristocrata que nunca vivenciou a realidade. Partindo para o fim do texto, o autor escreve, “Isto é um possível resultado de ter escrito a respeito de racismo no Brasil dentro da "Casa" e não dentro da "Senzala". Sustentaria as mesmas teorias o nosso conceituado sociólogo caso ele fosse negro?”, em uma crítica mordaz a um dos principais livros de Gilberto Freyre, “Casa-Grande e Senzala”. O final, pede aos lampiônicos se conscientizarem as demandas da causa antirracista e pedem boicote aos intelectuais que como Freyre, se iludem na branquitude.

Na edição seguinte do Lampião, a número 14, de julho de 1979, uma reportagem com o título também forma de pergunta: “E o negro, é “beautiful?””.

**Figura 33 - Reportagem  
"E o negro é beautiful?"**



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

O texto aparece na sessão “Reportagem”, mas não é assinado e tem um tom que flerta com o editorial. A pauta trata de um possível enfraquecimento da

negritude, quando comparada ao movimento homossexual, feminista e indígena, como é exemplificado no primeiro parágrafo. Chegasse a falar que a negritude brasileira não conseguiu emplacar um jornal alternativo como o próprio *Lampião da Esquina*. A causa seria o dogma freyriano defendido pelas classes mais dominantes de que não existe racismo e que há poucos negros no Brasil (Freyre defende também que a miscigenação negra com branca deu origem aos mulatos, que não visão dele não são propriamente negros). Mas, há outra causa também, Bento (2022), foi certa de dizer que os povos brancos de origem europeia sempre colocaram o tom da pele para evocar status:

Analisando a visão do europeu sobre os não europeus, pode-se concluir que aquele ganhou em força e em identidade, uma espécie de identidade substituta, clandestina, subterrânea, colocando-se como o “homem universal”, em comparação com os não europeus. (BENTO, 2022, p. 17).

Com esse homem universal que tudo sabe e tudo conhece, aqueles que fossem ao contrário, eram reduzidos como bárbaros, selvagens, sem inteligência. Aliado a isso, o jornal também lembra que desde 1950 o governo tirou do recenseamento o item raça, hoje, sabemos, como uma forma de invisibilização. A questão é que durante a ditadura, os dados estatísticos apontavam uma população de 11% negra, pois só os negros retintos, chamados naquela época de “puros”, entravam na porcentagem. Lógico que um disparate sem tamanho. No texto, essa questão é vista como uma forma daqueles que defendem Freyre, como uma forma de defender interesses obscuros de um governo que não acreditava no racismo e que os indivíduos não tinham cores, todos eram iguais perante as leis.

Outro ponto que o texto traz para explicar um possível esfriamento da causa negra, é a falta de bibliografias de origem africana nos currículos e na academia. O jornal cita como exemplo a falta de estudos no Brasil sobre o iorubá, que contribuiu para as religiões de matriz africana como o candomblé. É criticado também o academicismo pedante muito letrado (pensei aqui comigo: o *Lampião* defendia uma escrita decolonial?) das elites intelectuais, que atingia até a negritude inserida no contexto universitário. O ponto da falta de bibliografia africana que décadas depois ainda é motivo de demanda em muitos lugares no Brasil. Vimos recentemente que,

em março de 2024, alguns estados proibiram a leitura de um livro com temática racial em escolas públicas<sup>10</sup>.

O texto termina com uma crítica ao movimento negro em tentar se adequar à branquitude para ser aceito. E finaliza com um chamado para o movimento negro:

*- Talvez seja esse rancor moralista e obsoleto que até o momento tenha mantido os negros longe de Lampião, jornal aberto a todas as minorias. Alô, Quilombo, Atenção, Instituto de Pesquisas de Cultura Negra, Instituto brasileiro de Estudos Africanos, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Movimento Negro Unificado- estamos aí, que não se encolham por falta de convite. Sem chauvinismos. (Lampião, junho de 1979, p.08)*

## 5.6 O lugar da negritude

Na edição número 15, em agosto de 1979, o Lampião, mais uma vez, traz na capa mais discussões sobre a negritude. A manchete, “NEGROS: QUAL É O LUGAR DELES?”, com uma foto do de Abdias Nascimento com outra chamada, “Abdias Nascimento: democracia racial é o governo de minoria branca”.

Figura 34 - Capa da Edição número 15



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

<sup>10</sup>Os governos de Mato Grosso do Sul, de Goiás e do Paraná pediram para as escolas recolherem os exemplares do livro “O Averso da Pele”, de Jeferson Tenório, publicado em 2020. Entre os argumentos para o “pedido”, alega-se “expressões impróprias para menores de 18 anos”. O livro venceu o Prêmio Jabuti em 2021 e aborda a história de um filho que teve o pai assassinado em uma abordagem policial. A obra dialoga com questões raciais, como o racismo estrutural, a violência policial e a sexualização dos corpos negros. primeiro grupo brasileiro em defesa desses direitos.

É a edição mais completa sobre negritude encontrada no Lâmpião da Esquina, pois traz diversos materiais entre notas, reportagem e uma grande entrevista especial no formato *ping-pong*. Praticamente metade da edição do jornal trata sobre questões da negritude. A principal, que salta os olhos, é a entrevista *ping-pong* com Abdias Nascimento, artista e intelectual negro, um dos grandes nomes dos estudos afro-brasileiros no país. Nascido em Franca, no interior de São Paulo, Abdias, com a redemocratização do Brasil pós-ditadura, ocupou o cargo de deputado federal e senador da República.

**Figura 35 - Reportagem  
"Quanto vale o negro brasileiro?"**



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

Essa reportagem tem um valor simbólico intenso, pois além de ser uma das maiores feitas pelos lâmpiãoicos, surgiu após a publicação do material que analisei anteriormente, “E o negro, é “beautiful”, em julho de 1979, no qual o jornal convida, aliás, convoca, o povo negro a ter espaço no jornal. O que acontece. Com o título “Qual é o lugar dos negros do Brasil: Abdias Nascimento responde”, o primeiro parágrafo conta dos bastidores para a produção da pauta:

*- Esta foi a mais catimbada de todas as entrevistas que já fizemos. Começou a ser discutida na reunião de pauta o mês de julho, em São Paulo; e foi definitivamente transada, no Rio, por algumas pessoas do Instituto de Pesquisas da Cultura Negra: eles decidiram procurar o LÂMPIÃO após ler o artigo "E o negro, é beautiful?", de João Carlos Rodrigues, publicado no número 14 do jornal, foi o próprio João Carlos Rodrigues, amigo de Abdias, que procurou-o para falar do*

*LAMPIÃO e de nossa intenção de abrir espaço para todos os grupos estigmatizados. (Lampião, agosto de 1979, p.10)*

**Figura 36 - Foto do encontro na casa de Abdias**



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

A entrevista foi feita em uma noite de quarta-feira, na casa de um amigo de Abdias, Geraldo de Mello Mourão, outro nome intelectual negro. Ainda estavam na casa Elisa Nascimento, companheira de Abdias e Jurema Marques do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN). Do Lampião, participaram da entrevista: Francisco Bittencourt, Adão Acosta, Aguinaldo Silva, João Carlos Rodrigues. Na entrevista, Abdias responde todas as perguntas sem titubear, com muita sinceridade e, principalmente, criticidade e relação as demandas do movimento negro.

Abdias defende o que chama de “quilombolismo”, que seria um novo conceito científico-histórico para repensar a liberação do povo negro, a maior parte da população brasileira. Essa temática, inclusive, seria tema de um livro de Abdias, “O quilombolismo: Documentos de uma militância Pan-Africanista”, publicado pouco depois da entrevista, em 1980. Um dos lampiônicos, Francisco Bittencourt, questiona se o quilombolismo não seria criar um Estado Negro, um Estado Quilombola. Para o questionamento, Abdias responde que é, na verdade, o Estado da maioria populacional no país. João Carlos retruca, e lembra do imbróglio do Movimento Negro com o IBGE, inclusive nas páginas anteriores analisou um material do Lampião que chama atenção da problemática do censo demográfico. A questão, para Bittencourt, é de como provar que a maior parte da população brasileira é negra:

- João Carlos - Mas como é que a gente vai provar de modo oficial que a maioria é negra no Brasil? O censo de 1970 aboliu a amostragem por raça, e no censo de 1980 vai acontecer a mesma coisa. **(Lampião, agosto de 1979, p.10)**

- Abdias - Eu acho que isso é uma coisa muito negativa para a luta do negro, mas é mais negativo ainda pro Brasil. Porque o Brasil, com isso, está fazendo exatamente aquilo que eu denunciei no meu livro "O Genocídio do Negro Brasileiro"; aqui, todas as instituições procuram erradicar o negro de qualquer maneira. E o censo é a parte mais visível dessa ideologia. Pra mim isso não só é lamentável, como é um crime contra o conhecimento do Brasil, não se pode melhorar este país senão primeiro conhecê-lo; e para conhecê-lo, é preciso aceitar o fato de que nele existe uma maioria negra. **(Lampião, agosto de 1979, p.10)**

A resposta de Abdias é uma discussão crucial para pensarmos a sociedade brasileira. Como escrevi na carta que abre este capítulo, é fundamental termos a noção do país em que vivemos e de quem veio antes de nós. Perceba, esta pesquisa não trabalha com o tempo pensado de uma forma linear, mas, circular, que vai e que volta. Causas e consequências que desmontam as regras físicas de transpor a temporalidade.

Deixando muito evidente seu posicionamento, Abdias pensa que a negritude brasileira, assim como a influência do resto da sociedade, é direitista, e até mesmo, para ele, a esquerda comunga com o reacionarismo. Ele explica aos lampiônicos que os progressistas precisam entender que a luta negra sempre existiu no país e sempre lutou contra a exploração e violência. Que quando se fala na necessidade de uma "luta maior" de todas as "minorias", o próprio movimento negro já lutava há muito tempo. Então, Adão, o único lampiônico negro, pergunta:

*Adão - Nós estamos falando sobre tudo isso, mas a questão é que maioria negra não tem consciência dessa situação. Tanto que muitos dizem que não existem problemas pra quem é negro no Brasil; como você vê esse problema da falta de conscientização do negro? (Lampião, agosto de 1979, p.11)*

Para a pergunta, Abdias fala que por isso é importante o negro se educar e conscientizar. Ele lembra que existe todo um aparato político e ideológico que colocou a negritude de lado. Nesse momento da entrevista, não deixei de pensar na importância da decolonidade. Me remeteu uma frase de Ballestrin (2013, p.109),

“decolonizar a teoria, em especial a teoria política, é um dos passos para decolonização do próprio poder”. Uma frase que traz uma ação importante que os movimentos de corpos subalternizados já refletiam no fim da ditadura. E que vemos muito cristalino nos dias de hoje. Produzir sua própria ciência. Sua própria política. Sua própria cultura.

Abdias também lembra que desde o término do tráfico de escravos em 1850, o Estado não falou mais de África e que a negritude se conformou com a inferioridade que lhe foi colocado após tanta violência. Ele também reflete:

*Abdias - Esta é a maior prosa da perfeição a que chegou o racismo luso-brasileiro: fazer com que a própria vítima assuma aquelas coisas negativas que o opressor diz dele. E por isso que eu digo que o racismo no Brasil é muito pior que nos Estados Unidos, e até na África do Sul. Porque lá eles têm consciência que são explorados, oprimidos e que podem lutar contra isso. No Brasil foi tudo tão sutil que o negro, aqui, nem sequer sabe o que está acontecendo com ele. (Lampião, agosto de 1979, p.11)*

O final da década de 1970 foi um verdadeiro divisor para os movimentos ditos “minorias”. No caso do movimento negro, os intelectuais começam a perceber a urgência de reconstruir o país do autoritarismo, violência e preconceito. Ainda na entrevista com Abdias, Jurema, do IPCN, pergunta se a organização política dos negros seria pelo caminho do movimento quilombolista. O entrevistado responde que não somente, mas junto de geração negra que vinha surgindo. Que é necessário criar um sistema de educação próprio, diferente do que é ensinado nos maiores centros de estudos do país. Ele cita a USP e a UFBA, e diz que até mesmo essas instituições não trabalham para melhorar a vida do negro, pelo contrário, comungam ainda com ideias como as de Freyre. Aguinaldo Silva pergunta se foi Gilberto Freyre que codificou o racismo no Brasil. A resposta:

*Abdias - Exato: ele colocou em ensino de ciência. O tal luso-tropicalismo, meta-racismo, esses neologismos que ele criou: tudo isso são metáforas domesticadoras. (Lampião, agosto de 1979, p.12)*

Após muitas perguntas nesse intenso debate político e sociocultural, o final da entrevista caminha para outro lado. Comentam sobre o lugar da mulher negra, a qual Abdias relaciona com o protagonismo no movimento negro. Ele até exemplifica que

em certas etnias africanas, são as mulheres que lideram. Lembra também que foi na África que surgiram as primeiras rainhas.

Os entrevistadores entram no campo da sexualidade e citam o tal mito da potência sexual do negro e da sensualidade da mulata, o que Abdias relaciona a uma ideia que relaciona a negritude como algo selvagem, animalesca. Ele não diz esta palavra, mas pela explicação, é compreensível como um estereótipo que a branquitude jogou aos negros.

Nas últimas perguntas, que parece um grande bate-papo entre todos que estão na casa acompanhando a entrevista, com foco para Abdias e sua companheira Elisa, Adão questiona:

*Adão - Veio uma notícia dos Estados Unidos sobre as dificuldades, dos homossexuais negros de participarem do movimento negro; de que seriam rejeitados, inclusive porque os negros se preocupam demais com a preservação da raça, e o homossexual, sexualmente, é "Improdutivo". É verdade? (Lampião, agosto de 1979, p.12)*

*Abdias - Eu não vejo isso como uma atitude geral, nem específica. Existem organizações negras que condenam o homossexualismo, mas há outras que são abertas aos homossexuais... (Lampião, agosto de 1979, p.12)*

*Elisa - Não tem sentido, isso, é claro que sempre há discussões que envolvem a dois lados, principalmente sobre a forma de participação dos homossexuais: se no movimento negro, ou no movimento guei. Mas não faz sentido restringir. (Lampião, agosto de 1979, p. 12)*

*Abdias - Vejam o caso de James Baldwin um escritor, negro e homossexual norte-americano: antigamente havia muita reserva quanto à participação dele no movimento negro. Mas hoje em dia isso acabou. (Lampião, agosto de 1979, p.12)*

Esse trecho de pergunta e resposta é o pavio aceso para o jornal iluminar o Lampião para sua maior causa, a homossexualidade. João Carlos, o que escreveu aquele artigo "E o negro, é "beautiful", em julho de 1979, chamando os negros para se juntarem ao tabloide, faz uma pergunta em um tom de denúncia, como que para tirar satisfação. Ele fala para Abdias que chegou ao seu ouvido que há uma certa

resistência de partes do movimento negro em se juntar ao Lampião, por ser um jornal de bichas.

Abdias diz que isso é “bobagem”, que todo espaço cedido ao movimento negro deve ser aproveitado para levantar a causa. A pergunta de João provoca tumulto na entrevista. Todos querem falar. São feitas outras perguntas. Até que chegam mais duas pessoas: Henrique, filho de Abdias acompanhado de Eliane Guerreiro, filha do intelectual negro Guerreiro Ramos. Ela se surpreende ao ver o Lampião entrevistando Abdias. Tenta falar um grupo de “hom...hom...”, mas não termina a frase. Francisco perde para ela terminar a frase, falar a palavra que não consegue (homossexual). Até que ela desfere:

*Eliane - Eu acho que não tem nada a ver. Vocês não são discriminados como os negros, por exemplo. (Lampião, agosto de 1979, p.12)*

Aguinaldo Silva, o dono da língua mais afiada e ferina do Lampião, não deixa barato:

*Aguinaldo - O problema, meu bem, é que a discriminação contra nós é bem mais sutil. Ela se revela, por exemplo, quando pessoas, como você, não conseguem sequer pronunciar a palavra que, ao mesmo tempo, nos designa e nos estigmatiza. (Lampião, agosto de 1979, p.12)*

O clima azeda e fica um mal-estar com todos olhando para Eliane como uma agente infiltrada. Quem desfaz esse possível mal-entendido é o marido, Henrique:

*Henrique - Pois olha, eu acho que a atuação de vocês, neste jornal, é a mais guerrilheira de todas; porque vocês ao mesmo tempo em que atuam como parte da minoria homossexual, são, igualmente, membros de outros grupos - mulheres, negros, etc, junto aos quais funcionam como espécie de ponte de ligação para uma luta comum. (Lampião, agosto de 1979, p.12)*

A entrevista acaba e a última frase do texto é após a resposta de Henrique:

“Sorrisos felizes de todo o Grupo LAMPIÃO. E fim de papo.”! **(Lampião, agosto de 1979, p.12)**

Cinco edições depois da analisada anteriormente, entramos nos anos de 1980, em janeiro, revendo uma reportagem publicada em janeiro daquele ano na edição número 20:

Figura 37 - Reportagem "IBGE dá o golpe nos negros"



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

Com o título “IBGE dá golpe”, a pauta tratada diz respeito a um tema levantado no material analisado anteriormente, a crítica quanto ao trabalho do IBGE que suprimiu a palavra “cor” nas categorias de análise do Censo. A preocupação denunciada na matéria é com a próxima pesquisa que vai marcar a população brasileira no início da nova década. Com o texto assinado por Rubem Confete, um griô radialista e sambista carioca, expõe a hipocrisia do governo em relação à população preta. Como também, explica a importância dos dados do Censo para a elaboração de políticas públicas que atendam as demandas de grupos sociais:

*- O censo demográfico é um repositório de informações básicas sobre a estrutura social do país. Não pode ficar exposto às decisões burocráticas de quem quer que seja. Seus resultados pertencem a toda população. Devem, em qualquer país, estar disponíveis para o sério estudo por parte da comunidade científica. São requisitos necessários para a elaboração de políticas sociais que visem à eliminação de discriminações e à redução de desigualdades. (Lampião, janeiro de 1980, p.16)*

Rubem também relembra que a base da pirâmide social brasileira é composta por negros e mestiços. E menciona a violência sofrida por esse grupo. Como exemplo, ela fala da dificuldade que seria fazer a amostra do Censo na Cidade de Deus, onde viviam na época 70 mil pessoas. Ele cita que até a própria imprensa tradicional carioca começou a fazer denúncias sobre a onda de violência e descaso que atinge aquele lugar.

Sobre o IBGE, o *grió* diz que é inconcebível um instituto tão importante servir os políticos e classes dominantes como instrumento para não “admitir o caráter preconceituoso e discriminador de alguns setores enquistados nos órgãos de decisão e poder, que insistem em ignorar a realidade...”. Nos três parágrafos seguintes, Rubem dá uma verdadeira aula sobre a história da negritude que construiu com sangue e suor a nação brasileira. Rememora o fetichismo dos colonizadores brancos que abusavam sexualmente das mulheres negras. Traz também, mais uma vez no jornal, o repúdio ao pensamento de Gilberto Freyre, a quem chama de “senhor do engenho” que estuda “sandices” nas horas vagas que só serviram para alimentar a democracia racial que orienta a elite.

Ao final do texto, coloca o ex-diretor do IBGE, Isaac Kcaternestky, responsável pelo último censo em 1976, como um seguidor das ideias de Freyre, como um provocar uma confusão racial nos dados da Instituto. E, como consequência, ridicularizou não só o povo negro, como todo brasileiro. Rubem espera que para o próximo recenseamento, marcado para o segundo semestre de 1980, o novo diretor então empossado do IBGE, Jessé Monteiro, reveja o item cor:

*- O jogo está feito, a miséria amplamente instalada nas camadas inferiores da população brasileira, constituída principalmente pela raça negra, se alastra, atingindo a classe média. Al surge o IBGE e dá o golpe no negro e na consciência nacional (...) mais uma vez os políticos e as autoridades acadêmicas desconhecem o negro. (Lampião, janeiro de 1980, p.16)*

### **5.7 “Ônus para uns e bônus para outros...”**

A frase desse subtítulo é uma frase de Cida Bento (2022), ao final da obra “Pacto da Branquitude”. Assim como ela, como Lélia, como Akotirene, como Lecy, como Abdias, como Adão, como Krenak...como tantos outros não brancos, precisamos ver que o lugar do negro, do indígena, é onde eles quiserem. Deveria

ser. Nos principais materiais selecionados e coletados neste capítulo, conseguimos ter uma breve dimensão do tamanho da problemática da luta da negritude e dos povos originários neste país que foi Pindorama.

Estudando o curto período, de 1978-1981, que o Lampião da Esquina saiu nas bancas, foi possível encontrar histórias e narrativas de não brancos nas páginas do jornal das bonecas. Materiais que educaram, denunciaram, alfinetaram...e também erraram, ou pior, silenciaram. Porém, dado o tempo que foram publicados, sem provocar anacronismos, os lampiônicos cumpriram de certa forma a ideia que publicaram no início do jornal, falar também sobre minorias como a dos negros e dos indígenas.

É visível nas páginas anteriores o compromisso com a pauta da negritude. Lógico que fica a sensação de que poderia ter sido mais. Mas, há também um tensionamento importante que eu só percebi na edição número 15, na grande entrevista com Abdias. Quando João fala dos rumores que alguns integrantes do movimento negro tinham receio ou preocupação de sair em um jornal como o Lampião. Ser associado a ele. Um jornal gay. Feito por gays. Para gays. E corpos dissidentes ou pessoas que se interessavam pelas temáticas tratadas pelo tabloide.

Quanto aos indígenas, é difícil encontrar palavras. Não porque não quero, mas pela ínfima quantidade de materiais em 38 edições do jornal. Apesar da explicação lógica, o silenciamento e a visão tacanha sobre os indígenas como um povo que precisa ser tutelado e por isso, eram vistos como incapazes de dar uma entrevista ou escrever sobre sua realidade, é triste ver a falta dessas vozes. Mais triste ainda é que há quem continue a compactar com esse pensamento, apesar de avanços, como o ingresso dos povos originários nas universidades e até mesmo na ocupação de cargos públicos, nas áreas da educação, saúde, cultura...ou o triunfo do Brasil ter, pela primeira vez, uma pasta ministerial só para discutir as questões dos verdadeiros donos desta terra que agora é Brasil. E, ter uma mulher originária, Sônia Guajajara, como ministra.

Da ditadura até aqui, acompanhamos os avanços desses grupos, mas, o preconceito e a hegemonia de uma sociedade branca ainda fazem morada confortável. Um sistema que precisa ruir para que outro, com equidade, seja construído:

*Brasil é selva, nós é demais pro seu quintal*

*Pra nós segue normal, cês é cachorro de madame*

*Revolta pra nós é um estado natural*

*Disposição nós tem até na falta de incentivo*

*Mente blindada, originalmente original*

*Em prol da pane do sistema*

*(...)*

*Nas favelas da Maré, Vila Isabel e Mangueira*

*Nasce uma nova líder popular*

*O morro tá cansado de aturar a polícia entrar e atirar*

*E, antes de ir embora, deixar no chão o corpo de uma mulher preta*

*Enquanto a família brasileira tá distraída com séries, redes sociais e sites de fofoca*

*Se entopem de droga*

*Televisão, celular, iFood e Coca-Cola*

*Tem um favelado sendo assassinado agora*

*Menos presídios, mais escolas*

*Mais livros e menos pistolas*

*Ou seremos Zé do Carroço, ou vamos todos puxar carroça*

*O sistema sorri, favela chora, querem apagar nossa história*

*Aos antepassados, glórias, glórias*

*E atravessando as águas igual Harriet*

*Cantaremos nossa vitória*

*Porque a favela quer viver*

*A favela quer viver*

*A favela quer viver*

*Mas a burguesia não se importa*

(Favela Vive 5 (part. ADL, Major RD, MC Hariel e MC Marechal), Leci Brandão)

## 6 FEMINISMOS SUBALTERNIZADOS EM UM JORNAL DE BONECAS

### Uma carta-reflexão aos homens pensando nas diversas mulheres do Brasil:

Pretas,

Branças,

Indígenas,

Transgêneras,

Sapatonas,

Prostitutas,

Cientistas,

Donas de Casa (...)

Autoritarismos que se reciclam ou se renovam permanentemente, se apropriam de nossas lutas, de nossos sonhos e de nossas conquistas, subvertendo-os e colocando em xeque as noções de democracia, de liberdade e a possibilidade de construção da igualdade. Como se recicla o machismo, por exemplo? (CARNEIRO, SUELI, p.96)

Escrevo esta carta no início de junho, é fim de um outono atípico. O tempo está diferente esses dias. Cheguei em casa cansado depois de um dia desgastante no trabalho. Já é tarde da noite e, mesmo esgotado, não consigo dormir. Deito-me na cama, tento forçar o sono, mas ele não vem. Acordo cedo amanhã...na minha cabeça, um turbilhão de pensamentos. Especialmente um me atormenta mais, o assunto do dia que foi pauta nos noticiários e inundou as redes sociais. É a discussão do Projeto de Lei 1904/2024<sup>11</sup>, ou “PL do estupro”, de autoria dos deputados ultraconservadores Sóstenes Cavalcante do PL/RJ e Evair Vieira de Melo do PP/ES.

O PL 1904 equipara o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples, inclusive nos casos de gravidez resultante de estupro. Com trâmite votado em regime de urgência na Câmara dos Deputados, a proposta altera o Código Penal que atualmente não pune o aborto em caso de estupro e não

---

<sup>11</sup> Com informações da Câmara dos Deputados: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2434493&fichaAmigavel=nao>> Acesso em: 25 de jun. de 2024.

prevê restrição de tempo para o procedimento nesse contexto. O Código Penal também não pune o aborto quando não há outro meio de salvar a vida da gestante. Em uma entrevista ao canal por assinatura Globonews, o autor do projeto, deputado Sóstenes, falou sem pudor:

*- O presidente (Lula) mandou uma carta aos evangélicos na campanha dizendo ser contra o aborto. Queremos ver se ele vai vetar. Vamos testar Lula<sup>12</sup>.*

Em mais um capítulo da trágica e frágil política brasileira, o corpo e os direitos da mulheres são colocados como moeda de troca, seja na configuração de rearranjos partidários; seja por interesses de grupos específicos, como a crescente comunidade evangélica nas últimas duas décadas que não reconhece a laicidade do Estado salvaguardada pela Constituição Federal de 1988; seja por interesses intrínsecos ao próprio neoliberalismo econômico que vê nos corpos das mulheres uma máquina de reprodução do sistema hegemônico; e o pior, seja pela própria e pura perversidade de uma sociedade criada e reproduzida por e para os homens.

Não é de agora que mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ são usadas como escambo em conchavos e transações políticas. Mas, assusta e preocupa o crescimento dos movimentos extremistas anti direitos capitaneados por líderes religiosos, especialmente os ligados às igrejas neopentecostais, que quando na política, legislam pela bíblia, em nome de “Deus, pátria e família”, mesmo lema pelo qual o ex-presidente Jair Bolsonaro foi eleito em 2018. Poucos minutos após o resultado daquele pleito, uma imagem ficou gravada em minha memória. É de praxe depois do resultado o então candidato eleito se pronunciar à sociedade com um discurso seguido de uma entrevista coletiva à imprensa para o país.

Mas, daquela vez foi diferente. Bolsonaro, que durante a eleição atacou as dissidências, as mulheres e inclusive disse que a própria e única filha foi resultado de uma “fraquejada” por não ter nascido homem, promoveu no momento de sua vitória um culto evangélico televisionado. Ao lado de seus apoiadores de maioria religiosa como o pastor Magno Malta, então senador pelo mesmo partido do presidente recém-eleito, que liderou a oração pela vitória de seu “messias” e pelo Brasi, um estado laico. O registro é muito simbólico porque além dos signos

---

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2024/06/12/autor-do-projeto-que-equipara-aborto-a-homicidio-diz-que-bancada-que-testar-lula-sobre-veto.ghml>> Acesso em: 25 de jun. de 2024.

religiosos que iriam ditar o Brasil nos próximos anos, é também a representação da masculinidade hegemônica, pois dentre vários homens, apenas duas mulheres, a esposa que viraria primeira-dama e uma intérprete de libras:

**Figura 38 – Culto religioso bolsonarista televisionado**



Fonte: TV GLOBO

Apesar de real, o episódio acendeu um alerta e me fez lembrar do futuro distópico do romance “O conto de aia”, da escritora canadense Margaret Atwood, que narra a queda de um Estado democrático para dar lugar a outro de caráter teocrático e totalitário comandado por um facção ultra religiosa, um país renovado, a nação *Gilead*. Na obra, livros, universidades e direitos são destruídos. Mas, a maior violência é contra as mulheres e LGBTQIAPN+ que perdem totalmente seus direitos e sua liberdade.

As ideias reacionárias e fundamentalistas da extrema direita podem nos guiar a lugares perigosos como Atwood ficcionaliza descrevendo *Gilead*. É curioso como a ficção e a realidade, mais do que gostaríamos, se encontram. Como se entrelaçam e formam um novo olhar sobre o mundo em que vivemos. Atwood escreveu “O Conto de aia” em 1985, mas o livro ficou reconhecido mundialmente após as eleições americanas de 2016 que elegeram o conservador Donald Trump presidente dos Estados Unidos. Mesmo homem que serviu de inspiração para Bolsonaro dois anos depois em solo brasileiro. A misoginia, a masculinidade hegemônica, o reforço e a materialização da ideia do homem como macho alfa, bruto, forte, impiedoso, “imbrochável”, “imorrível”, “incomível”, um provedor natural com poderes terrenos e divinos colocado no mundo para liderar seus seguidores em nome da moral e dos bons costumes é sobreposta à realidade patriarcal.

São homens assim e ideias assim que reproduzem e recriam o machismo cotidianamente. Que influenciam outros homens e também mulheres a pensarem e fazerem da mesma forma. O mundo controlado pelos desejos dos homens produz violência. Só no Brasil, por exemplo, em 2023, pelo menos 586 mulheres foram vítimas de feminicídio, o que corresponde a um caso a cada 15 horas, segundo dados do boletim *Elas Vivem*, da Rede de Observatórios da Segurança<sup>13</sup>.

Se você reparar bem, eu disse “pelo menos”, pois muitos estados brasileiros ainda sofrem com casos subnotificados, dada a complexidade do cumprimento com rigor das políticas públicas e da própria lei do feminicídio, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em 2015. Aliás, mais uma observação interessante: o Brasil precisou de uma mulher na presidência para criar e sancionar uma lei para proteger juridicamente mulheres do feminicídio. Mesma mulher que teve o cargo usurpado por um congresso dominado por homens. Mesma mulher que foi torturada e presa durante a ditadura. Mesma mulher que durante o primeiro mandato na presidência da República sancionou a Lei 12.528/2011, em 18 de novembro de 2011, instalando oficialmente a Comissão da Verdade em 16 de maio de 2012. A Comissão, nos bastidores da política, é colocada como um dos motivos de insatisfação dos militares das Forças Armadas com a presidenta, que viram a necessidade de intervir novamente na política de alto clero. Hoje, sabemos aonde isso chegou. Dilma caiu por ser mulher. Dilma caiu porque não se intimidou com as Forças Armadas, que sabemos que é um fetiche para homens, a tal militarização. Dilma caiu porque escolheu tomar as próprias decisões em seus mandatos em um país que sempre foi governado por homens.

Se uma mulher branca, cis, heterossexual, de classe média alta e com nível superior, assim como Dilma, ainda lutou e luta, resiste e sente na pele as consequências do embate contra a hegemonia do patriarcado, imagine as mulheres periféricas, as pretas, as indígenas, as sapatonas, as mulheres trans, as mães solas, as prostitutas: mulheres subalternizadas. Quando converso com amigas sobre o assunto, não há uma que não compartilhe pelo menos uma história de assédio, violência e dor. Penso na parte que verdadeiramente os homens têm para lutar contra isso. Ao homem quando nasce são dados como uma herança vitalícia os privilégios da masculinidade.

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://observatorioseguranca.com.br/> Acesso em: 15 de jun. de 2024.

A masculinidade molda os homens desde pequenos. Somos ensinados a não chorar ou demonstrar sentimentos. Somos incentivados à violência, como se fosse biologicamente inerente a todo e qualquer um que nasça com um pênis. Somos direcionados à liderança. É uma engrenagem que roda na estrada da história. Mas, há também um certo sofrimento, a de não poder errar, ser emotivo ou fraco. Não à toa, conforme dados atualizados da Organização Mundial de Saúde (OMS), apontam que 78% dos casos de suicídio tiveram homens como vítimas. Retrato de um modelo social que precisa mudar. E nada melhor que começarmos por nós mesmos, homens, ao enfrentarmos nossas falas e atos machistas. Ao nos educarmos e educarmos também quem estiver ao nosso lado. A reconhecermos que só pela nossa existência, em maior ou menor grau, oprimimos. Quando converso isso com outros homens, o diálogo nem sempre é fácil. Um dia, um amigo falou que não via essa opressão inerente a ele porque sempre respeitou as mulheres. Então, eu dei um exemplo que um dia uma amiga compartilhou comigo:

Ela andava sozinha em uma rua voltando para casa à noite. Percebeu que um homem a seguia. Entrou em desespero. Apertou o passo e pediu para a colega que dividia apartamento esperar na frente do edifício. Ela chegou. O homem que a seguia, também...ele morava no prédio ao lado. Me contando essa história, minha amiga disse que o homem não deu nenhum indício de fazer algo, mal fizeram contato visual. Mas, era um homem. E para uma mulher sozinha à noite é representação de perigo iminente. Ela só conseguia pensar ali no hora que esse homem poderia atacá-la, assediá-la, fazer sabe-se lá o que e não teria ninguém para ajudar. Teria que gritar, sair correndo aos berros pedindo ajuda. Perceba, o contrário não ocorre. Até em uma situação assim, o homem usufrui de seu privilégio: não sentir medo de uma mulher que só está andando na rua voltando pra casa depois de um dia cheio...

### **6.1 Mulheres do mundo inteiro?**

Se você chegou até aqui, já sabe que o conselho editorial do Lâmpião da Esquina era formado apenas por homens e que eventualmente, em alguns materiais, mulheres assinavam alguns textos e fotografias. Mas, como eram abordadas as pautas em relação às mulheres, como as reivindicações feministas. Como o feminismo era visto pelos olhos do jornal? De qual ou quais mulheres os lampiônicos falavam nas páginas do tabloide feito por bonecas? São indagações

que serão abordadas neste capítulo. Para Sonia Alvarez (1998), elas, as mulheres, tiveram um papel crucial na redemocratização do país. Segundo a autora, a participação delas no escopo da política nos anos de 1960 e 1970, período da ditadura, possibilitou mudanças e quebrou padrões naquele momento marcado por intensa repressão aos corpos e liberdades individuais.

É possível observar que na estreia do *Lampião*, na famosa edição número Zero, o jornal deixa bem claro o porquê de não ter nenhuma mulher no conselho editorial. Que falta fez uma Maria Bonita, ou melhor, uma *lampiônica*, nas páginas do tabloide de forma fixa e contínua, com mais espaço e maior periodicidade. A justificativa veio em forma de uma nota xoxa assinada por Aguinaldo Silva com o título “Mulheres do mundo inteiro”, escrita em dois parágrafos:

**Figura 39 – Nota  
“Mulheres do mundo inteiro”**



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

Segundo a nota, as mulheres foram convidadas para compor o conselho do jornal, mas recusaram participação. Aguinaldo inclusive relembra que a recusa também ocorreu com a visita do jornalista estadunidense Winston Leyland, o papa gay da época e editor da *Gay Sunshine*, que visitou o Brasil pouco tempo antes do *Lampião* começar sua atividade. Leyland veio à América do Sul coletar trabalhos de autorias de homossexuais latino-americanos para uma antologia. As mulheres não

só recusaram como algumas sequer quiseram falar com o jornalista. Mesmo assim, Aguinaldo finaliza a nota dizendo que o Lampião pretendia sim levantar a pauta do “feminismo” e das “mulheres homossexuais”, visto que sofrem uma discriminação “mais complexa”. Na edição seguinte, a número 1, de maio de 1978, o jornal traz, pela primeira vez, um material abordando o feminismo. É um texto curto intitulado “Feministas com a palavra”:

Figura 40 – “Feministas com a palavra”



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

O texto sem assinatura trata de um embate entre feministas e o jornal Movimento, publicação também da imprensa alternativa que junto ao Pasquim e Opinião, lutou contra a ditadura. Em uma reportagem do referido jornal, uma entrevista com o sociólogo brasileiro José de Souza Martins causou desavença com o movimento feminista. Como narrado pelo Lampião, o sociólogo colecionou “pérolas” ao falar asneiras, como ao afirmar que as mulheres não eram exploradas pelos maridos, mas sim, pelos patrões deles. Em resposta, feministas enviaram cartas ao Movimento. Dentre as que enviaram uma resposta à José de Souza Martins, a socióloga Heleieth Saffioti chamou a atenção do Lampião. Na carta em que ela escreveu ao Movimento, o Lampião destacou três trechos breves nos quais ela defendeu que uma mudança social que realmente abrace a igualdade de gêneros só seria possível pelo caminho do socialismo.

Heleieth Saffioti, renomada nos estudos marxistas e de violência de gênero, defendeu durante sua trajetória como militante e pesquisadora que o capitalismo por um lado oprime as mulheres e de outro, também mutila homens ao exigir que sejam

fortes e tenham êxitos econômicos, logo, ela sugeriu não a libertação somente da mulher, quando na verdade, a sociedade precisava da libertação do ser humano ao capitalismo, sistema econômico que apresenta “*pouca tolerância para com o homem crítico; nenhuma com relação à mulher crítica*”.

A fala de Saffioti é contemporânea ao chamado feminismo desenvolvimentista da década de 1970, período que segundo a cientista política e ativista Françoise Verges (2019), autora do livro “Feminismo Decolonial”, viu um número expressivo de mulheres adentrando o mercado de trabalho e tornando-se assalariadas. Se por um lado as mulheres começaram a ocupar mais postos de trabalho como nunca visto, do outro, foi observado também a ampliação das desigualdades:

As transformações do capitalismo oferecem uma oportunidade decisiva para a explosão de baixos salários e para a precarização, sobretudo por meio da feminização, em escala mundial, dos empregos subqualificados nas zonas de abertura econômica e na economia informal. Durante essa década, os progressos observados na feminização dos empregos são acompanhados pelo aumento muito evidente das desigualdades no mundo. O conflito entre uma abordagem revolucionária da libertação das mulheres e uma abordagem antidiscriminatória, que visa às reformas na lei e à integração das mulheres no capitalismo, ganha, pois, intensidade. (VERGE, 2019, p.56)

É preciso tomar cuidado com as narrativas, pois o próprio sistema econômico percebendo as consequências de seus atos, logo usurpou para seu bel-prazer a pauta do feminismo. Verges (2019) chama atenção para o feminismo civilizatório, entre as décadas de 1970-1990, em que da direita à esquerda, entendeu-se a importância de falar de empoderamento feminino. Naquela época o mercado usou de figuras ocidentais do norte global, como Hillary Clinton, e que na cultura de massas em séries e filmes, no *mainstream*, fizeram surgir figuras de mulheres representadas por heroínas com o tal *girl power*, a mulher padrão: “o feminismo deve permanecer sensato, não mais ser comparado às “militudas”, “histéricas”, “anti-homens”, “sapatões” e “mal comidas” (VERGES, P.61). Narrativas assim dificultaram ultrapassar os mecanismos de exploração da mulher, especialmente as do sul global e racializadas.

## 5.2 Mulheres na redação!

Duas edições depois, na número 3, em agosto de 1978, o *Lampião* trouxe a mulher na capa pela primeira vez. A chamada em uma página azul, branca e preta, vem escrita em letras garrafais: “Mulheres na redação - Lúcia Rito e Zsu Zsu Vieira”.

Figura 41 – Capa da Edição número 3



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

Na época, Lúcia era uma jovem jornalista cultural que anos depois se consagraria escritora, publicando seu primeiro livro em 1984, de caráter autobiográfico. Nos anos seguintes, escreveu a biografia de grandes nomes do teatro da televisão brasileira, como Fernanda Montenegro, Ney Latorraca e Marieta Severo. Já Zsu Zsu Vieira, também jornalista, foi a primeira mulher a escrever um editorial para o *Lampião*, a “A doença infantil do machismo”:

Figura 42 – Editorial  
 “A doença infantil do machismo”  
 A doença infantil do machismo



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

No texto, Zsu Zsu, como já adianta no título, tece uma crítica mordaz ao machismo, dando como exemplo o homem brasileiro, a quem ela diz que é na verdade um *“pobre coitado...com problemas terríveis de virilidade”* (Zsu Zsu foi cirúrgica aqui). Para ela essa ideia de *“machão”* que os homens se autoproclamam é na verdade para esconder sua fragilidade, uma delas, como a autora coloca, na dificuldade dos homens conseguirem fazer uma mulher ter um orgasmo na relação sexual.

Ela disse que segundo pesquisas recentes (sem nomear a fonte), apenas dois por cento das mulheres chegavam a conhecer *“a plenitude do orgasmo”*, fato que em muito recai a culpa, de acordo com Zsu Zsu, dos homens. Mais adiante, ela ainda critica a criação das mulheres, que na sociedade, desde a infância, são colocadas em um lugar de submissão. Em seguida, ela volta novamente ao tópico da relação entre homem e mulher:

- (...) o relacionamento homem e mulher não consegue encontrar nenhum registro senão no princípio da incerteza que, gerada pelo condicionamento opressor continua difícil. Como era nos tempos idos o preconceito, as religiões, o medo são fatores que atingem homem e mulher. (Lampião, agosto de 1978, p.2)

É essencial lembrar que até os anos de 1970 o orgasmo e o sexo pelo prazer não era assunto que tinha acesso fácil entre as mulheres. Afinal, seguindo a

lógica capitalista cristã, o sexo era para reprodução, para a mulher gerar filhos e constituir família - a tradicional - sendo bela, recatada e do lar. Como lembra Pedro (2012, p. 242), “durante muito tempo, acreditou-se que a “mulher distinta”, “respeitável”, não sentia desejo, nem prazer, pois todo o seu ser deveria destinar-se à maternidade”.

Zsu Zsu também critica as mulheres, visto que na visão dela, em geral muitas ainda eram “alienadas de seus direitos e de sua força”, mas que felizmente também havia uma parcela que por causa do movimento feminista tinha ideias e pensamentos mais modernos e que já estava cansada dos machões. Falando em macho, Zsu Zsu acredita que até mesmo eles, os homens, estavam cansados de ser machões. Porém, pelo “falso moralismo” da sociedade, não iriam dar o braço a torcer, com certeza.

No fim de seu texto a jornalista fala que muitas mulheres estavam tão cansadas dessa figura do macho que buscavam por um outro tipo, o homem que orbitava o “fronteiriço” do “homossexualismo”. Ela quis dizer que as mulheres buscavam homens sensíveis e dóceis como os gays, que eram “geralmente amáveis, delicados, mais chegados à sensibilidade feminina”. É engraçado ler isso com os olhos de hoje, pois fica cristalino como na época o homem gay era relacionado de forma estereotipada à figura feminina, à sensibilidade, à delicadeza, ao inverso da opressão. Ainda hoje essa visão deturpada figura, mesmo que em menor nível, na sociedade. Sabemos que o homem gay pode sim ser tudo ao contrário desse estereótipo. E que muitas vezes reproduz sim o machismo, a violência e a misoginia.

Para fechar, Zsu Zsu diz que na verdade é a liberdade que importa, tanto dos homens quanto das mulheres. E que essa liberdade é encontrada no nosso próprio corpo, que usamos para sermos livres, para nos satisfazer, talvez, como ela mesma diz, nosso corpo é o nosso único direito:

*- O corpo é a nossa casa, nosso abrigo, é nosso direito legítimo. Podemos usá-lo e dispor dele, sem a obrigatoriedade de limitações, prestações de contas, submissões e pressões. (Lampião, agosto de 1978, p.2)*

Essa é a última frase do texto. Apesar de concordar totalmente, sabemos que isso não acontece na prática, na realidade e no dia a dia. Pelo menos não para a

grande maioria das mulheres (talvez para nenhuma?), para os corpos dissidentes, LGBTQIAPN+. Em suma, são os corpos brancos e heterossexuais que usufruem em um maior grau de liberdade e com outro recorte, o socioeconômico, que exclui as camadas mais pobres.

Na mesma página do editorial assinado por Zsu Zsu, vem o texto de Lúcia Rito logo abaixo, sob o título “Do Regina Coeli às coisas da vida”:

Figura 43 – Texto de Lúcia Rito



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

O texto é na verdade uma chamada para a reportagem especial que Rito escreveu para o Lampião, sobre a vida das prostitutas cariocas no “Mangue”. A jornalista inicia o texto compartilhando sua vivência de mulher que também foi criada na ordem religiosa de ver o sexo como pecado, profano, algo sujo e imoral. Rito conta que estudou e foi interno de um colégio de freiras, local onde até mesmo na hora do banho as meninas precisavam usar uma camisola para esconder o corpo. Essa lembrança fez com que ela fosse até o Mangue saber como era a vida das putas.

O que ela descobriu e que vou adentar mais na análise da referida reportagem a seguir, é que as prostitutas são mulheres como qualquer outras, que a prostituição é só um trabalho, uma forma de ganhar dinheiro, obter seu sustento. E que depois do trabalho, são como, também qualquer outra. Têm seus afazeres, sua casa, sua família, às vezes filhos e um cotidiano normal, que segue o fluxo da vida.

O texto termina com Rito chamando para a reportagem na “página 8” (na verdade é na 7).

**Figura 44 – Reportagem  
“Esta zona vai acabar”**



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

Com o título “Esta zona vai acabar”, a reportagem de página inteira traz ainda registros fotográficos por Válder Firmo, que mostram ao estilo documentário, a vida das prostitutas no prostíbulo conhecido popularmente como “Mangue”, no Rio de Janeiro. Com um tom de jornalismo literário, Rito adentra a vida do local que está com os dias contados. As 60 casas onde circulam 1500 prostitutas (número que já chegou a sete mil) serão desapropriadas para revitalização da área pela prefeitura da cidade. Mesmo com o fim próximo, as mulheres ainda continuam trabalhando ali.

No decorrer da reportagem, Rito apresenta algumas personagens, como Dona Leda, “senhora loira e gorda, de 36 anos, mãe de quatro filhos”, uma cafetina que chegou a administrar oito casas na região. Na época da reportagem, administrava apenas uma, com 35 prostitutas. Apesar de não revelar quando ganhava, a jornalista acreditava que deveria ser um valor alto. Rito aproveita a casa de Leda para descrever como eram as moradias do Mangue:

*- Nos cubículos há apenas o essencial: pequenas camas de solteiro cobertas por lençóis ou colchas imundas, uma mesinha com rolo de papel higiênico e uma*

*lata de banha, onde é jogado o lixo. Não há vestígio de água ou material de higiene por perto e, quando terminam os encontros, as prostitutas se dirigem para os fundos da casa, onde fica o banheiro. Em média os encontros duram 10 minutos e o preço varia dos 70 aos 600 cruzeiros, dependendo da tara dos fregueses. (Lampião, agosto de 1978, p.7)*

Pelo Mangue Rito conhece Vandete, uma “morena magrinha” que deita com homens em uma faixa etária que varia dos 11 aos 70 anos. Em um dia bom, com bastante movimento, chega a atender 30 fregueses. Vandete confia que leva uma vida “recatada” quando termina o expediente. Gosta de cuidar dos filhos, corrigir a lição de casa e assistir novelas. Diz que escolheu a prostituição pela facilidade em ganhar dinheiro.

Rito logo escreve que muitas mulheres ali não tiveram opção senão se prostituírem. Um caminho ainda cedo, quando muitas meninas, para escapar da miséria. Ela dá o exemplo de outra mulher, Vera Lúcia, que trabalhava como doméstica e ganhava um salário baixíssimo vivendo praticamente no regime de escravidão no antigo trabalho. No Mangue, conseguiu juntar dinheiro e comprar o próprio barraco, muito simples, mas dela. Vera Lúcia é como as inúmeras e diversas mulheres que chegaram ali para mudar de vida:

*- Na zona do Mangue, embaladas pelas músicas de Agnaldo Timóteo, Benito di Paula e Roberto Carlos, sempre tocando nas rádios vitrolas, fazem a vida também muitas mulheres que vieram de outros estados tentar a sorte. Analfabetas, mineiras, baianas e pernambucanas encontram ali uma fonte segura de renda. Chegam jurando que vão ficar por pouco tempo, mas são raras as que conseguem sair depois que entram. E se saem, acabam voltando, desiludidas com os homens. Talvez por isso tenha caído bastante o índice das que têm "cafetão". Elas descobriram que não valia a pena se estragar para sustentar um homem (...)*  
**(Lampião, agosto de 1978, p.7)**

Diferente dos tempos áureos em que circulavam sete mil prostitutas, o Mangue que Rita encontrou, desaparecia aos poucos. O aumento da violência nos últimos anos afugentou muitos fregueses que vinham de regiões mais abastadas do Rio. O Mangue virou sinônimo de perigo e grande parte da parcela de clientes eram operários que trabalhavam ali na região. Algumas garotas também reclamam que

não se pagava mais como antes pelo sexo. No fim da reportagem, Rito apresenta Débora, de 45 anos sendo 30 só de profissão. Débora culpa também a tal da “liberdade sexual”, motivo que a fez se sentir passada para trás. Disse que os garotos começaram a perder a virgindade com suas namoradas e que só restaram para as prostitutas, operários e homens insatisfeitos em seus casamentos. Mesmo assim, ela acredita que sempre terá um homem procurando uma “zona”. O Manguê pode até acabar, mas outro há de nascer.

### 6.3 “...a questão homossexual vende revista, disco, jornal”

Ela já foi devidamente apresentada no capítulo anterior, o mesmo em que prometi trazê-la novamente neste que você agora acompanha. Uma das maiores sambistas do Brasil e ainda, como cereja do bolo, sapatão. Falo de Leci Brandão, que entoou clássicos do carnaval e do samba brasileiríssimo. Leci junto com Ney Matogrosso, arrisco dizer, foram os maiores nomes artísticos de alcance nacional que figuram no Lampião. Na edição número seis, em novembro de 1978, a sambista ganhou uma capa para chamar de sua, “Entrevista Lecy Brandão e a MPE (Música Popular Entendida)”:

Figura 45 – Capa Edição número 6



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

A capa com uma foto em miniatura da cantora chama para uma reportagem ao estilo clássico de entrevista do Lampião, feita em *ping-pong*, em duas páginas inteiras. Entrevistada por José Fernando Bastos (colaborador do Lampião), Antônio Chrysóstomo (do conselho editorial do jornal) e com registros em imagem pelo

fotógrafo Maurício Domingues, Leci recebeu o grupo com duas amigas que acompanharam a entrevista, como vemos na foto da primeira página do material:

**Figura 46 – Reportagem com “Leci”**



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

Na época, como lembra o próprio jornal, Leci já era uma figura reconhecida pela militância *“abertamente sobre a sua tríplice - e nem sempre fácil - condição de mulher, negra e homossexual”*. A artista já tinha lançado em 1975 o LP *“Coisas da meu pessoal”*, como músicas que abordam as vivências de Leci no meio gay, como a faixa *“Ombro Amigo”*, que exprime a dificuldade de um amor homoafetivo naquele momento da sociedade:

*Você vive se escondendo*

*Sempre respondendo*

*Com certo temor*

*Eu sei que as pessoas lhe agridem*

*E até mesmo proibem*

*Sua forma de amor*

*E você tem que ir pra boate*

*Pra bater um papo*

*Ou desabafar*

*E quando a saudade lhe bate*

*Surge um ombro amigo*

*Pra você chorar*

*Num dia sem tal covardia*

*Você poderá com seu amor sair*

*Agora ainda não é hora*

*De você, amigo, poder assumir*

*Por isso tem que vir pra boate*

*Pra bater um papo*

*Ou desabafar*

*E quando a saudade lhe bate*

*Surge um ombro amigo*

*Pra você chorar*

Voltando à reportagem, os jornalistas José Fernando e Chrysóstomo focam, no início, na carreira de Leci no samba. A cantora foi a primeira mulher a integrar a Ala de Compositores de uma Escola de Samba, em 1971, na verde e rosa Mangueira. Em uma das perguntas, José Fernando questiona se Leci sofreu algum preconceito. A sambista respondeu:

*- No princípio não foi um problema de discriminação, foi de surpresa. Porque eu, que não nasci e nem fui criada no morro, querer me enturmar com eles, deu uma desconfiança, né? Aí o presidente da Ala, na época o José Brogogério, pediu que eu escrevesse uma carta, solicitando minha entrada oficial. Escrevi e disse que queria ir pra lá a fim de adquirir a cultura deles, saber o que era exatamente um partido-alto,*

*um samba de roda, as estruturas melódicas, rimas e métricas. (Lampião, novembro de 1978, p.10)*

Depois de direcionarem perguntas mais técnicas de composição durante a passagem de Leci pela Mangueira, Chrysóstomo adentra a temática homossexual e indaga sobre as músicas que ela compôs que têm cunho gay, como a própria “Ombro Amigo”. Para Leci, as músicas foram feitas em um momento de “sensibilidade” e “honestidade” extrema. Ela ainda revelou que compôs pensando principalmente em seus amigos gays.

A seguir, Chrysóstomo faz mais uma pergunta, pedindo para Leci responder sobre o relacionamento dela com os homossexuais, se é “platônico” ou “participante”. Leci prontamente responde sem titubear:

*- Platônico e participante!*

Não satisfeito com a resposta, Chrysóstomo insiste:

*- Em que sentido?*

E Leci, mais uma vez responde, dessa vez, autoexplicativa:

*- Quer ver? Por exemplo, o fato de eu ser homossexual é uma coisa que não me incomoda, não me apavora, porque eu não devo nada a ninguém. As coisas todas que eu fiz foi com muito sacrifício. Tudo que eu consegui foi através de uma batalha de muito tempo. Tenho dignidade, fui venal, nunca paguei a ninguém para tocar os meus discos nas rádios. Esse é o meu lado participante . Se sou peito aberto com os outros porque eu não vou ser comigo mesma? E platônica eu sou porque desde o momento que eu conheci o lado guei, conheci pessoas maravilhosas, que me amam como eu sou, não por causa da fama, essas bobagens. A gente conversa, a gente é franco um com o outro, não precisa estar deturpando ou armando jogadas, nada disso. É por isso que eu transo o meu povo homossexual. (Lampião, novembro de 1978, p.11)*

Adiante, Leci é questionada se aceita o papel de “porta-voz guei”. Ela responde que não vê problema, desde que seja encarado como algo “digno e sério”, e não como “coisa jocosa”, que “não se dá o respeito”. Apesar de toda importância e peso da figura de Leci Brandão já naquela época, essa fala é perigosa. Do tipo que a gente escuta ainda hoje nos dias atuais, sabe aquele amigo, aquele tio, aquele

parente que fala “ah, eu não sou contra os gays, mas também não precisa demonstrar, desmunhecar...”. É um nível de preconceito muito fino e perspicaz que passa até escondido. Incomodado com a resposta, José Fernando retruca então qual seria o comportamento certo.

Leci responde:

*- O negócio é bem diferente. Por exemplo, jornalistas de nome se unem e fazem um jornal como o LAMPIÃO, a que se pode dar crédito. Artistas se unem e fazem um espetáculo guei, de consistência. De minha parte faço minha música e meu canto. Quero continuar cantando livremente todas as minhas preferências, inclusive as sexuais. Sempre falando e cantando de uma forma nova, bonita. A gente pode falar de cama e sexo de uma forma limpa e criativa, pois o sexo também pode ser limpo e criativo. Uma coisa de classe. (Lampião, novembro de 1978, p.11)*

Esses dois trechos que trouxe de Leci figuram como uma reação até comum de lésbicas e viados para se distanciarem das ideias pré-estabelecidas com estereótipos homossexuais que foram colocados historicamente como anormais, lascivos (como heterossexuais também pudessem ser), sujos e hiper sexualizados. O que acontecia muito naquela época em que o conceito de identidades e até mesmo de um movimento social, era ainda pouco evidente. Uma desatenção para a qual Foucault (1996) chamou atenção. Puxando para a homossexualidade, no jogo de poder entre ser o que se é, há o perigo de reproduzir a lógica heteronormativa. Como nesse mesmo discurso de Leci ao ser e fazer a “coisa com classe”. Qual classe? A reproduzida pela heterossexualidade? A higienizada? A normativa?

Se é sabido que a construção da homossexualidade passa pelo processo da experiência de uma sociedade heterossexual, é esperado em certo aspecto que se reproduzam e recriem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminação. É um jogo complexo que envolve muitas peças e engrenagens que às vezes nem mesmo a teoria consegue dar conta. Foucault (1996) coloca que os movimentos homossexuais se apegam à reivindicação sexual no que ele coloca como uma preocupação do “direito sexológico”, ou seja, do fazer sexual. O que para ele é normal, já que a prática é condenada pela sociedade. Superada essa questão no cerne da identidade, Foucault (1981) também coloca que não cabe a essa

identidade homossexual criar barreiras, imposições, regras na prática sexual como o modelo heteronormativo faz.

Chrysóstomo, durante a entrevista, parece querer compreender com mais afinco a figura de Leci e essa ideia um pouco torta que escorrega pelas mãos. O que a meu ver é natural, dado o contexto social e político da época e da própria cantora ser o que é: negra, lésbica, mulher. Em mais uma pergunta, dessa vez com um caráter totalmente caro ao debate interseccional, Chrysóstomo indaga se a cantora não tem receio das pessoas a olharem diferente por exatamente como colocado ser “negra, mulher e homossexual declarada”. Leci responde que só teria medo se ela estivesse fazendo um trabalho “supérfluo”, o que segundo a própria cantora, não era o caso. Ela ainda completa:

*- Assumo minha cor e minha condição feminina porque nasci assim e nunca usei isso como argumento, como "me ajuda que sou preta, mulher e fraca" para pedir favor aos outros. Que nada! Por ser preta e mulher é que trabalho muito, desde pequena. Agora assumo também a minha condição de gostar de outra mulher. Isso pintou na minha vida porque tinha que pintar. Ninguém obrigou, induziu, nada disso. Como eu estou fazendo tudo de verdade, de cabeça, não tenho medo do preconceito das pessoas. Quando alguém tem consciência do que faz só tem a ganhar. Quando você acredita em você - e sabe porque está acreditando - não existe motivo para medo nenhum. (Lampião, novembro de 1978, p.11)*

Apesar de uma ou outra fala problemática na questão de identidades, Leci com certeza foi na época do fim da ditadura uma importante força de representação homossexual, do feminismo e da negritude. Que assumiu quem era quando ainda era raro o fazer. Isso lembra um pouco da fala de Hall (2016) ao refletir sobre o sujeito e a representação de Foucault, em um tipo de sujeito que tem consciência e autoconhecimento da própria identidade. A entrevista de Leci ao Lampião, apesar de certas contradições, beira esse grau de representação do sujeito, que é coerente com o que pensa e com o que vive.

#### 6.4 Mulher não, mulheres! Feminismo não, feminismos!

A edição número 11 do *Lampião*, de abril de 1979, é a que o jornal dá maior destaque para a luta feminista, que está em busca de direitos e equidade. Na capa, o jornal traz a chamada “Lesbianismo, machismo, aborto, discriminação - são as mulheres fazendo política”:

Figura 47 – Capa Edição número 11



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

No miolo do jornal, são quase quatro páginas dedicadas exclusivamente às discussões inerentes ao feminismo. O principal material é uma reportagem que vem com o título “No Rio e São Paulo, mulheres em assembleia contra o mito do sexo frágil, em busca do próprio caminho”. O texto é assinado pelo lampiônico Francisco Bittencourt e com fotos creditadas para Ana Vitória (o jornal não apresenta informações sobre a fotógrafa). O gancho da matéria é o primeiro Encontro Nacional de Mulheres, organizado pelo Centro da Mulher Brasileira (CMB), realizado no Centro Cultural Cândido Mendes, em Ipanema, no Rio de Janeiro, em 8 de março de 1979. O evento recebeu 347 inscrições. Naquele momento, como lembra Teles (1993), era uma década efervescente para as mulheres que já figuravam ativamente na luta pela democracia e por seus direitos, especialmente em um campo mais alinhado à esquerda.

**Figura 48 – Reportagem sobre assembleia feminista**



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

Bittencourt logo no início do texto já tece uma crítica ao encontro, para ele, a impressão é de que foi um encontro muito mais “feminino” do que “feminista”, pois as discussões geraram muito mais em torno de questões ligados à política nacional, como a criação de departamentos femininos no MDB, debate sobre o arrocho salarial e luta pela anistia ampla e irrestrita. Segundo ele, a palavra “machismo” sequer foi mencionada no microfone e um pequeno grupo de homens que acompanhavam o encontro receberam homenagem em forma de aplausos, um pedido da deputada Heloneida Studart, para o que ela chamou de “esses mutantes, os novos feministas, os homens”. Sem comentários, né.

Sexo, prazer e orgasmo também foram esquecidos. Apenas um grupo pequeno de 21 feministas que apresentaram um documento abordando a liberação do corpo, mas, foi preterido pela maioria das mulheres por se tratar de uma causa tida como pequena no âmbito das discussões. Após a crítica, Bittencourt diz que pelo menos houve discussões importantes, apesar dos pesares. Como a de Edyla Mangabeira Unger, representante da União Brasileira das Mães, que relatou o desespero das mães que tiveram os filhos presos ou mortos pela ditadura. E das que também lutaram e foram vítimas da violência, como Zuzu Angel.

Como contraponto, Bittencourt ressalta um dos pontos altos do evento, o importante debate iniciado pela socióloga Lélia González, que falou dos problemas da mulher negra e por associação, de todas as mulheres. Mas, foi atacada e

acusada de revanchismo. Enquanto ela falava, uma mulher se levantou e disse que uma coisa não tinha a ver com a outra. Em um trecho, Bittencourt escreve:

- *Por sua vez, uma outra paulista disse: "Meu marido era burguês, loiro e economista e morreu nas mãos do delegado Fleury. A repressão não respeita ninguém". Lélia replicou afirmando que "a classe operária tem preconceito contra o marginal" e que "unidade não significa encobrimento dessa situação". (Lampião, abril de 1979, p.9)*

Uma pena que Bell Hooks só escreveria *"Ain't I a Woman: Black Women and Feminism"* em 1981, pois seria com certeza uma leitura importante e obrigatória para as mulheres e homens brancos que implicassem com a negritude nas discussões feministas. Hooks defendeu durante sua trajetória que para pensar na superação do racismo e do sexismo ambos precisavam estar entrelaçados. A história do ocidente é uma história de colonização, especialmente das mulheres, como colocou outra ativista e escritora, Silvia Federici, em o "Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva" (2021). Porém, nessa colonização há quem seja mais explorada, as mulheres negras:

Desde o início do meu envolvimento com o movimento de mulheres fiquei incomodada pela insistência das mulheres brancas liberacionistas que a raça e o sexo eram duas questões separadas. A minha experiência de vida mostrou-me que as duas questões são inseparáveis, que no momento do meu nascimento, dois fatores determinaram o meu destino, ter nascido negra e ter nascido mulher. (HOOKS, 1981, p.12)

Essa universalização proposta pelas mulheres brancas não dá conta da opressão vivida pelas mulheres negras. Sueli Carneiro fala que as contradições das mulheres brancas ao não compreender as demandas das mulheres negras fez surgir uma nova identidade política:

A luta das mulheres negras contra opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira. Isso representa uma nova identidade política decorrente da condição específica de ser mulher negra. (CARNEIRO, 2006, p. 247)

O encontro seguiu com inúmeras contradições e tabus, mas voltou ao tema inicial de democracia, economia e anistia. Bittencourt ficou incomodado com a falta de prostitutas, “faveladas”, empregadas domésticas e mulheres mais oprimidas. Insistiu nessa questão:

*- As respostas foram evasivas: as prostitutas não tinham sido contatadas, as empregadas domésticas não tinham querido vir e duas faveladas apareceram, mas logo foram embora. Mulheres negras vi apenas três. E as lésbicas? Segundo uma integrante do CMB havia quatro participando de grupos e da mesa, mas nenhuma falou de seu problema específico. A que conclusão chegar diante de tal quadro? Que se tratou de uma reunião da alta classe média liberal aliada a algumas representantes da classe operária, ou seja, um microcosmo do pacto social brasileiro em evolução neste momento. (Lampião, abril de 1979, p.9)*

A escritora e professora Adrienne Rich (2010), uma acadêmica sapatão, traz uma reflexão interessante acerca do feminismo heterocentrado que encontramos nesta reportagem do Lampião e que ainda produz seus mecanismos atualmente. Rich (2010) fala que as feministas que não veem legitimidade na pauta lésbica como integrante do próprio feminismo, não reconhecem a totalidade do movimento. É preciso reconhecer que a base do feminismo vai além da emancipação e da luta por direitos: é também repensar a heterossexualidade compulsória colocada às mulheres ideologicamente, como complementa Rich. Hoje, o movimento feminista evoluiu e tenta ponderar nessa questão no cerne de seu movimento. Mas, na época do Lampião, em que falamos de um Brasil que passava por muitas mudanças e rupturas, as lésbicas ocupavam um não lugar. Não “pertenciam” ao feminismo, como também não “pertenciam” ao movimento homossexual.

Adiante no final da reportagem, a deputada Heloneida Studart, a mesma que pediu aplausos para os novos feministas (os homens) ainda no início, disse algo pelo menos mais sensato dessa vez:

*- Não há mulher, mas mulheres, assim como não há feminismo, mas feminismos. Estamos dentro da luta geral do povo brasileiro. A Classe permeia tudo. E cada classe tem seus problemas, inclusive de violência. Cada mulher tem a sua sexualidade. No Brasil, a pobreza liga tudo. A mulher tem de primeiro atingir a*

*condição humana básica, para depois lutar para ser mulher. (Lampião, abril de 1979, p.10)*

Após a matéria, Bittencourt ainda escreveu um texto breve, o “Perfil de uma feminista brasileira”:

**Figura 49 – “Perfil de uma feminista brasileira”**



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

No texto, Bittercourt em um tom literário, descreve como seria a representação de uma feminista brasileira. Ele começa descrevendo as características físicas, *“na casa dos 30 anos. Alta, bem vestida, educação superior”*. Diz que vem de uma classe superior e nos debates é sempre escolhida pelas “companheiras” para falar. Uma líder nata, ou, como o próprio Bittencourt menciona, uma líder “por fatalidade”, que herdou do “pai”, do “avô”, do “irmão”. Após a breve descrição, o texto entra em primeira pessoa, como se ele incorpora essa mulher, ou, fosse realmente um depoimento de uma mulher de carne e osso. Não sabemos:

*- Fazem exatamente quatro anos. Eu estava sentada num sofá, lendo uma carta de uma amiga estrangeira que me falava de suas experiências no movimento feminista de seu país. De repente, como num filme, toda minha vida pregressa começou a passar diante dos meus olhos. A mãe autoritária, o pai autocrático, o irmão desinteressado, o marido utilitário, os filhos possessivos. Todos cobrando de mim comportamentos de vida diferentes. Eu não era ninguém, ou melhor, apenas um objeto usado de acordo com os interesses de uns e outros. (Lampião, abril de 1979, p.10)*

O texto mostra o desenvolvimento dessa mulher que começa a questionar a própria vida. Os rumos. As escolhas. A herança da “repressão caseira” passada pela mãe. Percebe que no universo burguês, não passa de mais uma peça dominada pelo homem, que deposita suas “frustrações masculinas” e nos momentos de distração, “também seu sêmen”. Com essa epifania do que é ser mulher neste mundo burguês, a mulher separou-se e começou até mesmo a questionar os próprios filhos. O processo foi “muito difícil”, mas, apontou que ela tinha um projeto

próprio, uma vida própria. Começou a participar de reuniões e debates com “espírito comunitário”. Ao final, uma experiência que funcionou e que gostaria de ver em “escala brasileira”.

Esse perfil traçado na *Lampião* é interessante porque desenha muito bem a feminista branca *burguesinha*, que desconsidera a interseccionalidade do movimento. Que tece a crítica, mas que só consegue enxergar o seu mundo. Diferente do feminismo negro como coloca Akotirene (2019), “a interseccionalidade é recurso metodológico descartado da semântica e não do conteúdo da filósofa, pois as feministas negras já imbricam raça, gênero e classe”. A filósofa a quem faz essa fala é Sueli Carneiro (2006), que não usa o termo interseccionalidade como semântica em suas análises, não porque não concorda, mas porque para a mulher negra o pensamento interseccional já está localizado de uma forma natural na vivência. Retornando à Akotirene (2019, p. 24):

A interseccionalidade permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem.

Ainda na mesma edição, o *Lampião* traz, como um contraponto ao perfil, um texto assinado por ninguém menos que uma das maiores expoentes do feminismo negro brasileiro: Lélia González. O material é colocado na retranca “reportagem”, mas o texto lembra um perfil ou uma crônica da vida de uma mulher negra, quem sabe a vida da própria Lélia. Isso não fica evidente no texto, mas as coincidências entre as palavras colocadas ali e a trajetória da socióloga parecem andar de mãos dadas.

Figura 50 – “Mulher negra: um retrato”



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

“Mulher negra: um retrato” começa com Lélia narrando a história de uma menina que mudou de Minas Gerais para o Rio de Janeiro com a mãe e com os irmãos. Deixaram a roça para morar em uma favela que já foi “quilombo”. No Rio as oportunidades poderiam ser melhores, deixaram o casebre de terra batida em terras mineiras para uma casa de verdade. O pai ficou para trás com outra mulher e outra família. A empolgação com o novo e com as diferentes possibilidades se misturaram com a dura realidade de uma família pobre em uma das principais capitais do país:

*- A vista lá de cima é linda, dá pra ver o mar, o Cristo, as casas grã-finas das madames lá de baixo e também quando o camburão vem pra dar uma blitz no morro. Primeiro a gente fica com medo, mas depois se acostuma. Quê que se pode fazer, né? Triste foi quando houve aquele tiroteio e mataram o filho da vizinha ali de cima. Só tinha dezoito anos. Custaram pra levar pro necrotério e ele ficou ali caído, uma porção de moscas em cima. (Lampião, abril de 1979, p.12)*

A narrativa acompanhava a vida nova no Rio, que é marcada por desigualdades e preconceitos. Lélia consegue de uma maneira poética mostrar a vida injusta das milhares de famílias das favelas. Geralmente negras e conduzidas por mulheres. Ela também denuncia a dificuldade de mudar de vida, estudar, crescer, dar uma vida melhor à família:

*- A gente vê pelos filhos dos patrões da gente. Todo mundo estuda e vira doutor. Por que então a gente não ia querer que os filhos da gente estudem? Ao menos o primário completo né? Aí já dá pra conseguir um empreguinho melhor, ganhar o salário, carteira assinada e até fazer o ginásio depois. Tem muita gente que estuda de noite e trabalha de dia. Aqui mesmo no morro, tem muita gente que faz isso. Eu até que tentei também. Mas não deu não. Já estou muito velha pra aprender essas coisas de escola: vou fazer vinte e sete anos. Criança é que tem cabeça fresca pra isso. (Lampião, abril de 1979, p.12)*

Neste texto de Lélia para o Lampião, não há como não lembrar de Gloria Anzaldúa (2000) com “Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo”. Que eu gosto de cartas e as estou usando como saber científico, você que está lendo, já sabe. Mas, me interessa e me inspira a forma como Anzaldúa (2000) destinou palavras para as “mulheres de cor, companheiras no escrever” (p. 229), no intuito de incentivar a escrita como forma de poder, de emancipação, de atravessamento. O que Lélia muito bem o faz. Em um trecho de sua carta, Anzaldúa (2000, p.229) reforça o movimento de não repetir os padrões. Mesmo que direcionado às mulheres de cor, como ela coloca, penso que também calha para as dissidências, para quem não se encaixa, na cabe e não consegue respirar nos quadros herméticos da norma:

Minhas queridas hermanas, os perigos que enfrentamos como mulheres de cor não são os mesmos das mulheres brancas, embora tenhamos muito em comum. Não temos muito a perder — nunca tivemos nenhum privilégio. Gostaria de chamar os perigos de “obstáculos”, mas isto seria uma mentira. Não podemos transcender os perigos, não podemos ultrapassá-los. Nós devemos atravessá-los e não esperar a repetição da performance.

Diferente do “perfil de uma feminista brasileira” analisado anteriormente, que mostra uma mulher burguesa e branca que teve acesso e pôde fazer suas escolhas amparada pelo movimento feminista, Lélia fala da solidão da mulher preta:

*- E, sentada na porta do barraco, continuou mergulhada naqueles pensamentos, perguntando por que de tantas coisas. Quem a visse de longe talvez se perguntasse sobre o que aquela figura trágica lembraria. E a resposta não era difícil de ser encontrada: a mulher sentada na porta do barraco era a própria Solidão. (Lampião, abril de 1979, p.12)*

Essa mesma “Solidão”, escrita assim como um substantivo próprio, com inicial maiúscula, personifica esse sentimento da mulher negra que desprovida de boas colocações no mercado de trabalho acabam exercendo funções subalternas que as desumanizam (Gonzalez, 1984). Não é pensado também no afeto a essa mulher, que é colocada como uma alguém que não possa ser desejada e amada (Carneiro, 2003). Bell Hooks que além do ativismo também se dedicou ao falar sobre o amor em sua carreira, escreveu uma reflexão importante para o que Lélia denunciou:

O amor precisa estar presente na vida de todas as mulheres negras, em todas as nossas casas. É a falta de amor que tem criado tantas dificuldades em nossas vidas, na garantia da nossa sobrevivência (...) E para viver plenamente as mulheres negras não podem mais negar sua necessidade de conhecer o amor. (HOOKS, 2000, p.197)

A ideia de Hooks é tão bonita. Amplio esse entendimento para as dissidências que vistas como seres abjetos, acabam não se achando dignas de serem amadas. Que triste e injusta é a vida sem conhecer o amor.

### 6.5 Por mais sapatas, caminhoneiras e machonas!

O Lampião estava inspirado na temática feminina em 1979, pois a edição seguinte da analisada anteriormente também trouxe como destaque a pauta sobre mulheres. Desta vez, na edição número 12, em maio de 1979, trouxe na manchete: “Amor entre mulheres (elas dizem onde, como e porquê)”.

Figura 51 – Capa da Edição número 12



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

Na parte principal do jornal, na retranca reportagem, um material especial de cinco páginas sobre lesbianismo. Antes da reportagem começar, um texto curto abre a reportagem. É uma espécie de um pequeno editorial com o título “A quem interessar possa”:

**Figura 52 – Reportagem  
“Nós também estamos aí”**



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

Esse texto introdutório, ao que dá a entender, escrito por um grupo de mulheres lésbicas que não se identificam, fala das dificuldades em falar sobre a homossexualidade entre mulheres. O medo do preconceito, a falta de espaço nos veículos de imprensa, a invisibilidade. Em uma sacada editorial muito boa, a última frase do texto de abertura se encaixa ao título da reportagem: “Nós estamos chegando atrasadas no Lampião. Mas...Nós também estamos aí”.

A reportagem também sem assinatura e escrita pelo mesmo grupo sem identificação, retoma o texto introdutório e desenvolve um encadeamento de ideias que explica a ausência das sapatonas no jornal. Nesta edição, o Lampião completava um ano de existência. Elas falam que até então não deram as caras porque tinham medo da repressão. Que escolhiam estar invisíveis “como cagaço de viver o que somos”. Esse trecho é um exemplo de como os gays, pelo privilégio de serem homens, conseguiram se agrupar e se fortalecer politicamente antes como movimento. Elas chegam a ponderar a dupla violência que é ser mulher e lésbica:

*- A repressão perpassa todas as esferas do nosso existir. O fato de sermos mulheres homossexuais duplica a repressão. Além de mulher, ser homossexual é muito, né? Quer ver muito mais? Mulher, negra, homossexual, Quer ver mais? Nós estamos atrasadas porque os valores garantidos pelos esquemas repressivos têm conseguido um desempenho eficaz. Nós estamos atrasadas porque eu, você, aquele ali, aquela outra, nós enfim, também assimilamos essa repressão toda. Nós estamos atrasadas..., mas nos propondo, na atualidade e parafraseando Caetano, a — meter o cotovelo e ir abrindo caminho. O tempo passa, mas na raça nós chegamos lá. As coisas têm de mudar... (Lampião, maio de 1979, p.7)*

O texto continua e elas garantem que é a primeira vez na história do Brasil que um grupo de mulheres se unem para falar sobre homossexualidade, no caso, a homossexualidade feminina, a qual elas denunciam o esquecimento, a repressão e a submissão que a sociedade machista impõe para que cumpram com seus “papéis naturais”: casar-se com um homem, ter filhos, constituir família naquele padrão tradicional que a gente já cansou de falar aqui nesta pesquisa.

O pensamento de Witting (2006) em que coloca a heterossexualidade como um meio de submissão das mulheres aos homens pode ser exemplificado neste contexto em que as lésbicas brasileiras queriam ser vistas, ouvidas e deixarem de ser invisíveis, submissas aos caprichos de uma sociedade na qual os homens sempre estabeleceram as regras. Não só socialmente, mas também nas discussões entre as feministas que as rechaçavam e das bichas que as jogavam para o escanteio.

Adiante, na reportagem, elas reforçam a atenção para a recusa no movimento feminista, em que mulheres heterossexuais ainda reproduziam as relações de afeto, de poder, amor e sexo dominantes vivendo em subordinação ao patriarcado. Um lado muito diferente das lésbicas, que segunda elas, vivenciam várias formas de “sentir, praticar, viver a homossexualidade”. Elas falam que cada mulher lésbica é diferente da outra, que existem “homossexualismos”, sem definições ou diagnósticas. Naquele momento, para elas, a única coisa que as uniam era a “repressão” que toda mulher independente da orientação sexual sofria. Nesse trecho final não tem como deixar de falar do pensamento de Tânia Navarro Swain (2015), que se debruça na compreensão dos tensionamentos entre feminismo e

lesbianismo. É interessante o modo como ela questiona como o movimento feminista enxerga o ser lésbica:

De uma forma muito geral e com a pertinência que podem conter as generalizações, o lesbianismo aparece no movimento feminista como a radicalização extrema na recusa de um mundo patriarcal, propondo o separatismo na vida social, a criação de espaços de onde os valores masculinos seriam extirpados, uma utopia moderna onde a violência e o poder não teriam lugar de existência ou expansão. (NAVARRO SWAIN, 2015, p. 109)

Embora possa parecer, Navarro Swain não coloca feminismo e lesbianismo como antagonistas. Mas, como sujeitos que juntos, podem criar mecanismos para dissolver a norma, criar resistência, até porque, como ela mesma diz, “de toda maneira não existe lésbica onde não existem mulheres” (SWAIN, 2015, P. 119).

Na edição 13 de junho de 1979, uma reportagem de denúncia chama atenção: “Ninuccia é acusada de homicídio, mas só provam que ela é lésbica”, com assinatura de Aguinaldo Silva.

**Figura 53 – Reportagem sobre Ninuccia**



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

A reportagem acompanhou dois dias no fim de maio de 1979, no Rio de Janeiro, os depoimentos de acusação e defesa do caso “processo de Nino, o italianinho”. O processo acusa de homicídio a secretária Ninuccia Bianchi, com alegação de que teria empurrado a companheira Vânia da Silva Batista do prédio em que moravam. Segundo Aguinaldo, não havia “a menor evidência” que Ninuccia

realmente tivesse cometido o crime. Então, ele percebeu que um “clima” estava sendo “montado” para acusá-la usando o fato de ser lésbica. Durante os depoimentos, tanto o promotor como o advogado de acusação, criaram uma narrativa para vilanizar a ré:

*- Na história que eles improvisaram - após desmontar os depoimentos das testemunhas de defesa, no dia 18, e reforçar os das testemunhas de acusação, no dia 24 - aparecem, com estarrecedora frequência, palavras como "pervertida", "anormal" — doente — e expressões como "festinhas de embalo": é o vocabulário - que o uso constante ainda não desgastou com que o sistema mantém pessoas como Ninuccia, mesmo que não submetidas a uma suspeita tão grave como ela, permanentemente condenadas: são as palavras que o júri encarregado de julgá-la brevemente formado lídimos e bem pensantes cidadãos da classe média - gostaria de ouvir. (Lampião, junho de 1979, p.8)*

As duas se conheceram em um terminal de ônibus e pouco tempo depois já viviam juntos em um apartamento em Jacarepaguá e, viviam, “de acordo com estereótipos”, como ressalta Aguinaldo: Ninuccia, a ré, era como colocado o “homem” do casal, mais dura e decidida. Já Vânia era mais feminina, “a mulher”, chegou até a concorrer a coroa de Miss em duas ocasiões. O grande imbróglio se deu quando, diziam vizinhos e pessoas mais próximas, que Vânia teve um caso com um homem, Altemir, como quem inclusive estaria esperando um filho quando foi morta (informação colocada apenas no meio da reportagem).

Aguinaldo diz que Vânia seria uma dessas pessoas que não aceitavam a própria sexualidade:

*- (...) pode-se até dizer - mas sempre à base da suposição - que sua aventura com Altemir tenha sido uma tentativa de resgatar sua “normalidade”, para usar o jargão, Vânia seria um desses homossexuais "que não se aceitam", e aí estaria a origem a crise que a levou ou à morte. (Lampião, junho de 1979, p.8)*

Para o advogado e o promotor o caso se fechava de uma forma simplista: Vânia tinha remorso de ter um caso com uma mulher, Ninuccia, esta, por sua vez, não aceitava a amada com outro homem o que a fez cometer um crime. Perceba que em nenhum momento a justiça colocou a dúvida que Altemir poderia ter cometido o crime. A narrativa construída pela acusação foi culpabilizar diretamente

Ninuccia, que virou ré apenas porque descobriram uma carta se declarando para Vânia, onde ela assina “Nino, o italianinho”, provavelmente, um jeito que o casal se tratava intimamente.

Vilanizar uma mulher é muito mais fácil do que culpabilizar um homem. Ainda mais se a mulher for lésbica. Em uma sociedade presa à lógica dos binarismos, à religião e ao conservadorismo, o que difere do padrão é demonizado. Vira algo grotesco, imoral, perverso, mau. Navarro Swain (2015) coloca Donna Haraway no debate quando fala sobre a materialização dos corpos sexuados: o binário é aceito, os múltiplos, descartados:

O *apparatus* de construção do corpo enquanto significante geral do ser define as fronteiras do sexo biológico do qual não nos desfazemos sem ameaçar a ordem instituída. Mas neste sentido, assumir a representação social da inversão e o nome dado às práticas “desviantes” legitima a norma que determina as zonas de exclusão. Muitas vezes, aliás, os casais de lésbicas reproduzem uma divisão generalizada de papéis, num mimetismo cujo efeito de espelho é uma *mise en abîme* da assimetria e da hierarquia. (NAVARRO SWAIN, 1999, p.118)

Vânia e Ninuccia eram um casal. Assim, pela lógica heteronormativa, uma desempenhava o papel de mulher (Vânia) e a outra de homem (Ninuccio...Nino). Logo, Vânia era bela, delicada e desprotegida. Enquanto Ninuccia era firme, austera, possessiva. A princípio, a morte de Vânia foi tratada como suicídio, depois da carta, tudo mudou. Não se sabia com exatidão se ela fora empurrada ou se jogara. mesmo assim, sem evidências concretas, Ninuccia foi acusada. Aguinaldo pondera no texto que ela até poderia ter cometido o crime, mas, a polícia não iria conseguir provar. A via mais fácil e sórdida era fazer o que a sociedade fazia e ainda faz com pessoas como Ninuccia: ser o bode expiatório. Como finaliza a reportagem:

*- Ninuccia pode ser até culpada - embora, como diz, com tranquilidade seu advogado, Georgiano Mulier, nada exista que a incrimine; o que não se pode é condená-la a partir da única prova que a Justiça tem contra ela: o fato de que ela é lésbica. (Lampião, junho de 1979, p.8)*

## 6.6 Homens matam mulheres!

Em outubro de 1979, na Edição 17, uma das chamadas traz a preocupação com os homicídios contra as mulheres: “Corre, que lá vem os home! - estão matando mulheres”.

Figura 54 – Capa Edição número 17



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

No miolo do jornal uma reportagem de página inteira, “Estão matando mulheres”, narra os meandros sórdidos em torno da investigação do assassinato brutal de uma mulher de nome Regina (não é citado o sobrenome e a idade da vítima), uma prostituta que dividia um apartamento com uma amiga, Rosely. O gancho da matéria é o descaso nas investigações da morte de Regina, pois “ninguém se chocou com o crime”: ela foi jogada em um bueiro e depois incendiada. Na época, não havia nenhum dispositivo no âmbito do poder judiciário favorável às mulheres que sofriam violência. Como colocado no início deste capítulo, só em 2015 que a Lei 13.104 entrou em vigor colocando a configuração do feminicídio quando há morte de uma mulher "por razões da condição de sexo feminino". Antes disso, só a Lei nº 11.340, de 2006, que oferecia suporte à mulher. Popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, foi criada com o objetivo de proteger mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. A lei recebeu esse nome devido à Maria da Penha

Maia Fernandes, farmacêutica que sofreu anos de abuso e violência do ex-marido e trilhou uma trajetória de luta por reparação e justiça.

**Figura 55 – Reportagem  
“Estão matando mulheres”**



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

Na reportagem do Lampião, ficou evidente que as únicas pessoas que se preocupavam e tentavam de alguma maneira exigir justiça por Regina eram as amigas. O assassino? Dan Martin Blum, o nome de playboy não disfarça, o rapaz era filho de um joalheiro milionário da capital paulista. Os jornais e a polícia esqueceram que Regina também era um ser humano e a mataram, mais uma vez, por ser uma prostituta. Só queriam saber da versão do herdeiro, que à imprensa disse que teve um lapso de “disritmia cerebral”, fazendo cometer tal atrocidade. Para a sociedade Dan era um pobre homem rico, ele sim a verdadeira vítima que caiu nas garras de uma mulher desqualificada daquela.

Décadas se passaram e a narrativa é sempre a mesma: a mulher assassinada é sempre colocada contra a parede e julgada pela opinião pública. Não é raro ainda escutar o absurdo “crime passional” da boca dos advogados de defesa para defender os homens que matam as mulheres, mesmo não existindo tal definição no Código Penal brasileiro. Na reportagem do Lampião não há indícios que a justiça tenha tratado o caso como passionalidade, até porque desqualificaram Regina por ser prostituta: não usariam da falsa passionalidade comumente usada em crimes contra mulheres porque uma prostituta não era digna de amor. Então, o caminho foi tratar o réu como alguém que passava por episódios delicados e sofria

com distúrbios, loucura, explosão de sentimentos. Jeitos de tentar explicar o inexplicável, o ato violento de matar. O Lampião reforça durante o texto assinado por três colaboradores (Paula Tini, Mané Perca e Jurema), que o crime:

*- (...) ganha as manchetes dos jornais, mais pela sua violência e pela posição social do jovem assassino, do que pela própria vítima. Afinal, tratava-se de uma prostituta. A maioria dos jornais outra coisa não fez senão repetir a versão de Dan, tomando subrepticamente o seu partido, ao ressaltarem seus problemas psicológicos, traumas e disritmia cerebral. Há um esforço em retratá-lo como alguém irresponsável perante às leis. (Lampião, outubro de 1979, p.8)*

A peça-chave da reportagem é a amiga que dividia apartamento com a vítima. Rosely morava há três anos com Regina e sentiu falta dela em um dia sem notícias da amiga. Não era normal, as duas nunca ficavam longos períodos de tempo sem dar notícias. Logo percebeu que algo estava errado, contactou a polícia, falou o que sabia. Dan era um homem conhecido e igualmente temido pelas prostitutas. Era frequentador assíduo da Rua Major Sertório, onde saía com as mulheres. Estudante de veterinária da USP, aos 25 anos, já tinha uma clínica veterinária em Campos de Jordão. Também era noivo e gostava de excentricidades na cama. Era o tipo de homem que precisava ser “imediatamente servido”.

Não contente em matar Regina, começou a ameaçar Rosely, que contou tudo o que sabia à polícia. A coragem e a vontade de encontrar a amiga viva, fez com que também se tornasse vítima. Começou a receber ligações anônimas para mudar seu depoimento. No auge do desespero, o próprio Dan fez uma ligação e ofereceu dinheiro. Mas, Rosely queria justiça, uma palavra irrelevante para muitos homens. Quando o círculo se fechou, Dan deu sua versão. A reportagem contou o que o playboy contou à polícia:

*- (...) Regina havia cheirado clorofórmio e, como passou a sentir náuseas e tonturas, ele, com a intenção de socorrê-la, resolveu injetar-lhe "Plasil". "Estava preparando a dose quando viu um frasco de T-61 (usado para matar animais) e não resisti. Mudei o remédio e a matei, movido por uma vontade incontável". Ainda segundo o seu depoimento, após o crime colocou o cadáver no Fiat amarelo de Regina, conduziu-o até a av. Brig. Faria Lima - movimentadíssima - onde o deixou por três dias. Nesse período, viajou com a sua noiva para Campos do Jordão e, na*

*volta, percebeu que o carro se encontrava ainda no mesmo local, como o havia deixado. (Lampião, outubro de 1979, p.8)*

Com medo de ser descoberto, Dan queimou o corpo de Regina e a jogou em um bueiro. Na reportagem, há uma crítica contundente à imprensa que sequer chegou a publicar algo sobre a vida de Regina. Ela foi reduzida à prostituição. Não contaram a sua história. De onde ela vinha. Das dificuldades financeiras que passava, Nos últimos parágrafos, a reportagem reflete sobre a exploração das prostitutas, a quem a sociedade brasileira, hipócrita que é, inclusive até mesmo por pessoas dissidentes, que:

*(...) só se consegue pensar a prostituição como uma fatídica realidade. Nossas mentes formadas em cima dos velhos preconceitos só conseguem reproduzi-los como é o caso da grande imprensa, por exemplo. Como é o caso de todos os que concebem a prostituição como um grande mal e vêem como único remédio a sua extinção. Mesmo tendo pontos de identificação com outras minorias marginalizadas, no aspecto da repressão, a prostituição continua sendo a mais estigmatizada. (Lampião, outubro de 1979. P.8)*

## **6.7 Jogam bosta nas dissidências**

Caríssima(o) leitora(o), este amontoado de ideias, palavras e subjetividades (muito objetivas) que eu também chamo de pesquisa, chega agora no último material analisado do Lampião da Esquina. Desde início, você sabe, o conteúdo do jornal colocado na mesa para conversar com o presente foi escolhido pelo grau de importância que o próprio Lampião deu ao tema: matérias que saíram na capa, ou que não tratavam apenas da temática homossexual, considerado o cerne do jornal. Mas, esta última abaixo também foi escolhida por outro motivo: ela engloba muito do que já foi escrito até aqui. Assinado por João Silvério Trevisan, em abril de 1980, na edição número 23, a reportagem de duas páginas “Congresso das Genis: esquerda joga bosta nas feministas”, acompanha o II Congresso da Mulher Paulista, em março daquele ano.

Figura 56 – Reportagem “Congresso das Genis”



Fonte: Acervo Grupo Dignidade (2023)

Trevisan como sempre com aquele jeitão analítico e muito direto ao ponto sem medo de sofrer críticas, desenha com riqueza de detalhes (e muita criticidade) como foram os dois dias de debates entre as mulheres nas dependências da Pontifícia Universidade Católica (PUC). Só pelo local que o congresso foi realizado a gente já ganhou uma pista do que estaria por vir. O texto começa com uma citação da filósofa e professora da USP, Marilena Chauí, retirada de uma entrevista dela à imprensa na época: *"A vanguarda brasileira é moralista mesmo. Trocou o convento pela célula política"*. A frase poderia resumir muito bem a visão de João Silvério Trevisan sobre o congresso.

Nos primeiros parágrafos, o leitor encontra uma contextualização do evento comparado à sua primeira edição, um ano antes. Se o primeiro contou com pouca participação de mulheres misturadas aos homens, o segundo congresso superou as melhores expectativas. Foram registradas mais de três mil mulheres “de todas faixas sociais”, da capital e do interior do estado. Desta vez os homens foram separados, o que rendeu protestos por alguns que se consideraram “discriminados”. Para eles, as mulheres disseram que não precisavam de apoio ou proteção masculina, mas, que reconhecessem “seu papel como seres culturalmente repressores”.

Estruturalmente o evento foi tão grande que a organização abrigou 600 crianças em 12 creches e um berçário. As mulheres foram divididas em 80 subgrupos para discutir a pauta feminista e suas demandas. Mas, *“conchaves”* foram

nitidamente criados, ao que Trevisan comparou como um “congresso da UNE”, com uma tensão no ar. Aqui vale lembrar que a reportagem é datada do início do ano de 1980, ou seja, era o início de uma nova década. No Brasil, a esperança de reconstrução da democracia já havia tomado os movimentos sociais. Especificamente naquele período, novas organizações surgiram e se fortaleceram. O quadro político depois de uma década e meia afogada na ditadura finalmente recebia força para voltar à superfície. O que não significa que não havia discordâncias entre aqueles que clamavam por direitos e cidadania, como o próprio movimento feminista que, naquele momento já mais maduro, ao final da chamada segunda onda feminista, colocava na pauta de reivindicações a equidade nos postos de trabalho, o controle de natalidade, o direito ao aborto seguro e o acesso à educação.

Logicamente essas demandas não eram consenso, o que provocava as discussões mais acaloradas como visto por Trevisan durante o congresso. Mas, além disso, ele colocou outro ponto importante que ajuda na compreensão das desavenças entre as feministas daquele período, que seria a participação da política partidária:

*- Havia tentativas visíveis de manipular os debates; certas mulheres premeditadamente tomavam a palavra e faziam inflamados discursos políticos, tomando tempo e esvaziando as discussões, numa manjadíssima tática de política estudantil. Eram os contingentes do PMDB atacando - acredite quem quiser! Tinham se infiltrado, organizadamente, nos sub-grupos, para tentar encaminhar as posições tiradas pelo partido (ou apenas setores dele, que se identificavam sob enormes faixas e com um hino que pretendiam impor como o hino do Congresso). Às vezes, chegavam a ditar suas posições diretamente para as Coordenadoras, sem sequer debater com as demais mulheres do grupo. (Lampião, abril de 1980, p.6)*

Entre as participantes que não faziam parte de grupos partidários a fofoca era que as mulheres do PMDB que foram para “tumultuar” eram na verdade do “ressuscitado MR-8”. O Movimento Revolucionário 8 de Outubro, o MR-8, ficou conhecido como uma organização de luta armada contra a ditadura, e teve como uma das principais ações o sequestro do embaixador estadunidense Charles Elbrick, em setembro de 1969. Fofoca passada pra frente, a questão é que o tal partidarismo minou o congresso, que terminou dias depois do previsto apenas entre as

coordenações. Após os embates calorosos, muitas mulheres foram vistas tristonhas, desanimadas, algumas até foram embora chorando.

Trevisan escreveu que se o congresso não conseguiu discutir e tirar andamentos importantes para o movimento, como a pauta colocada como principal, a violência contra a mulher, que pelo menos então servisse de reflexão: descobriram *“inimigos disfarçados de aliados”*. Com isso, ele quis dizer que a esquerda estava rachada em grupos que não encontravam unidade. No caso específico do movimento feminista, de um lado mulheres partidárias e do outro, mulheres do movimento. Naquele período, diferente do cenário atual, os movimentos sociais não eram comumente associados aos partidos, até porque a estrutura partidária como conhecemos hoje estava se estruturando e tomava forma mesmo com a constituição de 1988.

Logo, assim como vimos nos capítulos anteriores com o próprio movimento negro, entre as trans e as bichas, talvez o grande desafio das ditas “minorias” não era a luta e a resistência, mas, a própria organização interna como um movimento uníssono e fortalecido. E que difícil é formar consenso quando percebemos que na verdade é impossível. Mesmo dentro de um movimento há pessoas muito diferentes, há recortes interseccionais e vivências únicas, o que não significa que não seja possível escolher pautas que possam ser dialogadas em união.

No caso das mulheres, Trevisan dá exemplos de como isso acontece na prática, fora das teorias, dos livros, dos academicismos. Em um grupo que discutia durante o congresso sobre liberdade sexual e aborto, senhoras católicas da periferia achavam que esse tipo de pauta era *“manha de mulher rica”*. Outras senhoras em um outro grupo que falava sobre homossexualidade, ficaram horrorizadas com as lésbicas, que tiveram que escutar das normativas, *“não pensam em outra coisa que não seja sexo”*.

Já no meio da reportagem, Trevisan fala que o que gerou todo esse choque foi uma “briga velha” entre a “esquerda maior” (mulheres homens que foram ao congresso pelo PMDB) e a “esquerda menor” (mulheres do movimento feminista). O embate começou no ano anterior no congresso da USP que o Lampião cobriu e cujo material foi analisado no capítulo anterior, em que as chamadas “minorias” se

reuniram e foram repudiadas pela esquerda tradicional. Quase um ano depois e no congresso das mulheres o racha se intensificou:

*- Agora, neste Congresso, as coisas ficaram mais claras: setores da esquerda evoluíram para a manipulação organizada, chegando até mesmo à agressão física. Muitas feministas levaram porrada de verdade dos grupos ligados ao PMDB, que acabaram invadindo a Mesa de Trabalhos com uma tropa de choque composta por machões de ambos os sexos (os masculinos nem procuravam se esconder, porque afinal não se pode discriminar os homens). Aliás, a líder delas portava um megafone como quem carrega uma metralhadora (nostalgia romântica ou é pra gente se cuidar mesmo?). (Lampião, abril de 1980, p.6)*

A esquerda maior não queria discussões ou subgrupos para debater a vida das mulheres negras, lésbicas e periféricas, das mulheres subalternizadas. Queria sim que todas as mulheres aceitassem o rótulo de “simples cidadãs”, que deveriam se filiar ao PMDB e fazerem parte de diretorias e sindicatos. Trevisan pondera que a culpa em dissolver as discussões caras as feministas não foram das participantes do MR-8, que na verdade só *“levaram às últimas consequências um preconceito generalizado entre os demais setores esquerdistas”*. Por outro lado, entre as mulheres do movimento ainda eram poucas as com consciência de que não havia uma mulher, mas, várias. Logo, outros feminismos. Outras opressões que muitas não viviam ou sofriam. Trevisan achava um absurdo, por exemplo, em pleno 1980 as feministas não terem conseguido encabeçar uma campanha ampla e nacional sobre o aborto (ah, se eu pudesse voltar no tempo a avisá-lo o futuro que aguarda o Brasil nessa pauta).

*- Graças a esses mesmos argumentos é que também foram boicotados no II Congresso os problemas da mulher negra, da lésbica, das prostitutas, mães solteiras e prisioneiras. Como justificativa, diz-se que a classe operária não está preparada para tal discussão. Então devemos esperar que se mudem, de maneira espontânea, essas ideias que a Igreja Católica enfiou na cabeça das mulheres brasileiras das camadas proletarizadas, durante séculos de sermões e ameaças? Infelizmente, o prioritário para as esquerdas é aquilo que suas direções consideram importante, em nome de uma hipotética e longínqua revolução. Por exemplo a posição das revolucionárias do PMDB era evitar que se aprovasse uma campanha pela legalização do aborto, durante o II Congresso; evidentemente, para não abalar sua*

*aliança (momentaneamente necessária) com a Igreja Católica.(Lampião, abril de 1980, p.7)*

Veja como é importante termos esse olhar para o passado. O que acontece no Brasil hoje está correlacionado com ontem de modo muito cristalino, queriam ou não. As violências que as mulheres, a população LGBTQIAPN+, a negritude e os povos originários sofrem, tem relação com uma democracia interrompida pela ditadura que abafou e retardou o amadurecimento dos movimentos sociais. O que vemos com as feministas na reportagem do Lampião nada mais é que a tentativa de organização de um movimento sufocado pelo moralismo e hipocrisia nos anos derradeiros de um governo autoritário já decrépito.

Com os olhos de hoje, vemos que na verdade o problema não era o racha entre as próprias mulheres, entre a esquerda, entre essa dicotomia “maior” e “menor”. Era, sempre foi e ainda é de uma cultura social baseada no patriarcalismo. Que divide, oprime e violenta aquilo que transparece diferente. Que busca a todo e qualquer custo conservar o status quo, o poder que beira o divino. Por isso a importância, como bem colocado por Trevisan, que apesar do gosto amargo no congresso, a lição para as dissidências em ter um pensamento por nós e para nós. Ao final da reportagem, como um vidente que vê fragmentos de um futuro não longínquo, Trevisan escreve um trecho em tom de quem munido de experiência aconselha o desprevenido nos próximos passos:

*- À medida que dermos mais IBOPE, nós feministas, negros e homossexuais seremos cada vez mais disputados pelos Partidos organizados - porque trazemos promessas de rendimento político razoável. Tendemos a ser os novos filés ideológicos que serão devorados pelos oportunistas de todas as cores. Dizer-se feminista e antirracista já está se incorporando às cartilhas do bom-mocismo nacional, sem maiores problemas. Talvez não demore tanto assim para que se torne chique transar com gente do mesmo sexo. É urgente que os setores hoje discriminados politicamente pelas esquerdas compreendamos a vantagem que essa marginalização nos traz. E passemos a elaborar, sem medias medidas, uma política alternativa - uma política à margem, de crítica aos autoritarismos e manuais, contrária ao poder, antidogmático e fundamentalmente baseada no direito à diversidade. O encontro entre os vários oprimidos é urgente, para se discutir inclusive as formas de opressão entra nós mesmos: bichas que odeiam mulheres*

*que não suportam negras que têm pavor de índio. etc. Porque não existe o oprimido que não oprima, porque carrasco e vítima se revezam dentro de nós, porque não podemos mais acreditar que o mundo está dividido em mocinhos e bandidos. Porque temos que garantir nossa capacidade de contestar - à margem do Sistema. (Lampião, abril de 1980, p.7)*

Esse parágrafo vem muito próximo ao fim da reportagem. Mas, poderia facilmente ter acabado ali. Todas essas palavras que hoje parecem proféticas, tornaram-se realidade. É como se Trevisan soubesse, sentisse em cada átomo de seu corpo dissidente o que estaria por vir. E veio. E como veio. Apesar de todos os avanços que as dissidências alcançaram, ainda se luta para não ser moeda de troca, para não ser bode expiatório, para não ter direitos garantidos com tantas vidas, tanta luta, dissolvidos nos conchavos políticos, nas alianças em nome da democracia. Mas, democracia de quem? Para quem? O jogo político é perverso e igualmente complexo. No fim, ainda se luta para sobreviver, para ter pelo menos o mínimo de cidadania. Para resistir contra as ideologias do patriarcado que disseminam machismo, preconceito e violência. Como já escreveu Sueli Carneiro:

Essas são algumas das ideologias que conspiram contra a consolidação da democracia e o pleno gozo dos direitos de cidadania para maioria da população em nosso país, tornando o homem branco, de classe superior e heterossexual, o único tipo humano a desfrutar plenamente do exercício de direitos e poder em nossa sociedade. Por isso, eles, embora se constituam uma minoria, estão em absoluta maioria nas instâncias de mando e de poder da sociedade. (CARNEIRO, 2019, p.123)

## **6.8 Mulheres incomodam?**

Ao analisar os principais materiais publicados pelo Lampião da Esquina que trouxeram como pauta questões inerentes às mulheres e ao feminismo, ficou evidente que houve representação nas páginas do tabloide, mas, com pouca representatividade. O jornal cobriu fatos e acontecimentos na política e socialmente. Levantou questões importantes e pertinentes. Não ignorou pautas caras ao movimento das mulheres. Inclusive reforçaram em tom de denúncia a dificuldade do movimento feminista de incorporar as demandas das lésbicas e das mulheres negras.

Por outro lado, pouco se viu da representatividade dentro do conselho editorial do jornal. Sabemos, como escreveu Aguinaldo Silva na edição Zero do Lampião, que elas não quiseram compor o jornal. Mas, ao longo das publicações, foi notável que havia mulheres interessadas em construir junto com as bonecas. Que alianças poderiam ter sido formadas, mesmo com as ideias de identidades ainda muito etéreas.

Em sua dissertação de mestrado “Feminismos Subalternizados e imprensa alternativa: encontros e rupturas hegemônicas”, a pesquisadora Danyela Barros Queiroz (2023) mostra os caminhos que, por exemplo, mulheres lésbicas e do movimento negro construíram para que se sentissem realmente representadas, vistas e ouvidas também no fim da ditadura. Um espaço formado por elas e para elas. Por meio da imprensa alternativa, participaram dos jornais Chanacomchana (1981-1987) e Nzinga Informativa (1985-1989). Mulheres que não encontrando um local para si próprias, construíram um, dois e tantos mais!

Reverendo a trajetória dos movimentos das mulheres pelas lentes do Lampião, lembrei de um trecho de um poema da escritora negra feminista Maya Angelou, chamado “Ainda assim, eu me levanto”:

*Você pode me riscar da História*

*Com mentiras lançadas ao ar*

*Pode me jogar contra o chão de terra,*

*Mas ainda assim, como a poeira, eu vou me levantar.*

*Minha presença o incomoda?*

*Por que meu brilho o intimida? (...)*

Talvez, em um mundo dominado por homens, eles tenham lá no fundo, bem escondido, um incômodo com a presença feminina. Receio da força da mulher. Medo delas fazerem com eles o que foi e é feito para com elas. É impossível riscá-las da História.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS OU UMA CARTA COM PROMESSAS DO FUTURO

Então, talvez o que a gente tenha de fazer é descobrir um paraquedas. Não eliminar a queda, mas inventar e fabricar milhares de paraquedas coloridos, divertidos, inclusive prazerosos. Já que aquilo de que realmente gostamos é gozar, viver no prazer aqui na Terra. Então, que a gente pare de despistar essa nossa vocação e, em vez de ficar inventando outras parábolas, que a gente se renda a essa principal e não se deixe iludir com o aparato da técnica. Na verdade, a ciência inteira vive subjugada por essa coisa que é a técnica. (KRENAK, 2017, p.31)

Nós estamos caindo. Sempre caímos. Ailton Krenak (2017), um dos maiores líderes e ativistas indígenas do Brasil, tem um histórico de luta pelos povos indígenas deste país e foi um dos responsáveis para que as reivindicações indígenas fossem garantidas na Constituição de 1988, um marco de um novo período da democracia. Em “Ideias para adiar o fim do mundo” (2017), ele nos diz algo no sentido de despertarmos da cegueira que nós, como planeta, como sociedade e individualmente, estamos imbuídos. Nos distanciamos de nossas raízes, de nossas origens, do que realmente somos. Perdemos sentido.

Então, a experiência desta pesquisa em cartografar um período delimitado de autoritarismo e uma produção contra hegemônica, o Lampião da Esquina, em um momento de grande efervescência dos movimentos sociais brasileiros, nos guia para olharmos para trás e quem sabe aprender como construir um futuro que estilhaçando (MOMBAÇA, 2021) antigos modos e mundos, comece a contemplar verdadeiramente nossas diferenças amenizando a nossa queda livre. Quem sabe, precisamos fabricar então mais paraquedas coloridos. Uma legião cheia deles.

Com as memórias e histórias contadas aqui, em uma encruzilhada, sentimos que apesar das violências às dissidências, não estamos sozinhos. De novo, caindo sim, mas nunca solitários. Em um sistema que recria cotidianamente as operações limpeza, as operações tarântulas. Que dá continuidade ao autoritarismo e às violações da ditadura, mesmo que no papel assinado sob um pacto narcísico da cisheteronormatividade branca (BENTO, 2022), bradamos aos quatro ventos democracia.

Mas, não nas periferias em que o povo preto continua sendo exterminado. Não para as mulheres que continuam sendo mortas pelos homens. Não para os povos originários que continuam perdendo o pouco da terra que restou. Não para a população LGBTQIAPN+ que continua clamando pela vida e por direitos. Aceitar

isso não quer dizer que não devemos reconhecer os avanços e os degraus subidos desses grupos nas últimas décadas. Não exclui que sim, avançamos. Mas, ainda caímos. Mas, ainda nos matam. Mas, ainda precisamos demarcar os nossos territórios e as nossas vivências.

Com o Lampião da Esquina e as dissidências que por ali figuraram, podemos aprender pistas, quem sabe saídas, para não morrermos hoje como morríamos ontem. Nos materiais do tabloide que aqui foram rememorados, é muito nítido hoje, neste ano que lembramos os 60 anos desde o golpe, que não adianta lutarmos por direitos individuais se antes não repensarmos a estrutura colonialista que é posta na realidade em que vivemos. Subverter essa lógica é mais que urgente, é questão de vida, de sobrevivência. Os lampiônicos com materiais que além das bichas, também dialogaram com outros tensionamentos, nos deixaram um legado que podemos muito bem teorizar, entretanto, que é difícil de colocar em prática: a ação. Se queremos agora, amanhã, precisamos nos movimentar. Fazer a parte que nos cabe. Eles fizeram com um jornal. Aqui, ao meu modo, o faço com uma pesquisa implicada e ativista que mostra que a academia pode e deve dar também atenção aos afetos, às subjetividades. Afinal, o que somos nós além de um emaranhado de sentimentos e sensações? Quer mais humano, potente e forte que isso?

Ao redor do mundo assistimos à ascensão do conservadorismo mais uma vez. Até mesmo em países reconhecidos por serem estados democraticamente fortalecidos, há tensionamentos perigosos já vistos antes, no passado. Um possível caminho para não perdermos o rumo e naufragarmos mais uma vez nas águas turbulentas do fascismo é olharmos para as dissidências. Para as ditas “minorias”, como gostam de erroneamente falar, pois não imaginam a grandeza de quem sempre viveu à margem. De quem sempre precisou fabular outros mundos porque a realidade nunca foi pacífica. Se tiveram conquistas, não é porque foram dadas de mãos beijadas. Foram mãos que precisarem trabalhar pesado, com sacrifício e resistência:

Que possamos aprender com as **trans/travestis**, que até literalmente ontem eram sinônimo de anormalidade e exclusão, hoje ocupam cadeiras no legislativo, nas universidades, nas escolas, no comércio, criaram sua própria lógica;

Que possamos aprender com o **movimento negro**, que fortalecido, lutou e conquistou direitos a despeito de quatro séculos de escravidão;

Que possamos aprender com os **povos originários**, que dizimados em massa, ainda resistem apesar de todo silenciamento e invisibilidade, e reescrevem suas histórias como agentes, não personagens;

Que possamos aprender com as pretas, as lésbicas, e tantas outras **mulheres subalternizadas**, que no ponto extremo do machismo, forjaram seu próprio rumo à emancipação e liberdade;

Que possamos aprender com as **bichas**, que em um mundo em que os chamam maricas e os impõe vergonha, celebram o orgulho e o que são quebrando os armários e os guetos que os jogaram trancafiados;

Usei o verbo **aprender** quando na verdade poderia ser **reaprender**, visto que o que foi dado, o padrão, o dominante, o hegemônico, precisa ser **desaprendido**. Preste atenção, todos esses grupos, apesar de todas as diferenças, das desavenças, e até das contradições, encontram-se em um ponto comum de intersecção, uma encruzilhada: a da quebra, da virada queer que assume o desencaixe, que paga o preço (caro) de se reconhecer como realmente é, são. Que não buscam só representação, mas, presença, garantia à vida e cidadania plena. Não aceitam voltar para trás, como muitos querem. Conquistamos direitos e queremos mais e isso é inegociável.

Apesar do fim do mundo que sempre ficou à espreita, as dissidências sempre caminharam com promessas de um futuro. Esta dança no tempo que eu chamo de pesquisa, uma cartografia encarnada sobre fatos, vivências e memória, deslumbra um poder que eu vejo como fantástico: o da possibilidade. O que é a possibilidade senão um poder? Esta pesquisa me possibilitou fazer ciência de uma forma que eu nunca havia imaginado. Em um lugar como cartógrafo. Como repórter. Como um produtor de novos sentidos. É, também, uma promessa de futuro. A escrita pode nos salvar (ANZALDÚA, 2000).

O uso de literatura, de música e narrativas filmicas junto às teorias e aos recortes do Lampião da Esquina, possibilitaram decolonizar a experiência acadêmica de forma metalinguística. Ao aliar o conteúdo à forma, junto às afetações e

subjetividade, surgiu uma outra coisa, um outro mundo circunscrito no espaço-tempo do passado, presente e futuro que não lineares...orbitam juntos. Os rastros do que já foi foram recolhidos e lembrados em uma ação de fricção para sussurrar em nossos ouvidos que devemos sim olhar o passado, mas não viver nele.

As viagens no tempo, mesmo que dançantes, são delicadas pois há o perigo de cair em um buraco anacrônico e não conseguir sair. É preciso viajar com cuidado e atenção. As armadilhas estão por toda a parte. É prudente também viajar acompanhado, munido de conhecimento e desejo por reparação. E, não esqueça do paraquedas colorido, porque a gente sempre pode cair. Estamos caindo, e esta é a nossa certeza. Então, precisamos amortecer a queda para um novo mundo construir...é a nossa promessa de futuro.

## REFERÊNCIAS

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher** / Svetlana Aleksiévitch; tradução do russo Cecília Rosas. Letras, 2016.

ALVAREZ, S. **Feminismos latino-americanos**. Revistas de Estudos Feministas, Rio de Janeiro, n. 2, 1998

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade** -- São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019.

ANZALDÚA, G. (2000). **Falando em línguas**: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. Revista Estudos Feministas, 8(1), 229. <https://doi.org/10.1590/%x>

BALESTRIN, Luciana. **América Latina e giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política, 2013, n. 11, p. 89-117.

BATTISTELLI, B.M; OLIVEIRA, E.C.S. **CARTAS**: um exercício de cumplicidade subversiva para a escrita acadêmica. Currículo sem fronteiras 21 (2), 679-701, 2021. 12, 2021.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022 / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.

BENTO, Cida. Pacto da Branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. – Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2022.

**Cartas para o bem viver** / Suzane Lima Costa, Rafael Xucuru-Kariri (organizadores). -- 1. ed. -- Salvador: Boto-cor-de-rosa livros arte e café / paraLeLo13S, 2020.

DE JESUS, J. G.; ALVES, H. **Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais**. Revista Cronos, [S. l.], v. 11, n. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150>. Acesso em: 10 fev. 2024.

DIGNIDADE, Grupo. **Lampião da Esquina**. Rio de Janeiro: 1978 – 1981. Diversas edições. <<http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

**DIVINAS DIVAS** (2017, 1h50'), dir.: Leandra Leal; El.: Rogéria, Jane Di Castro, Camille K, Divina Valéria, Eloína dos Leopardos, Fujika de Holliday, Marquesa e Brigitte de Búzios. Rot.: Leandra Leal, Carol Benjamin, Lucas Paraizo, Natara Ney; Prod.: Carol Benjamin; Tril.: Plínio Profeta; Dist.: Vitrine Filmes

DUMARESQ, Leila. **Ensaio (travesti) sobre a escuta (cisgênera)**. Revista Periodicus, v. 1, n. 5, p. 121-131, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. Belo Horizonte: Mazza, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 10. ed. Graal: Rio de Janeiro, 1988.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar Escrever Esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GREEN, James N. **Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. – São Paulo : Editora Unesp, 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Lugar do Negro** – Rio de Janeiro : Marco Zero, 1982.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2016.

**LAMPIÃO da Esquina.** Direção de Livia Perez. São Paulo, Doctela, 2016 (82 min).

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários:** nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: EdUsp, 1991.

MÃE, Valter Hugo. **O filho de mil homens.** São Paulo: Cosac Naify, 2011.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MOIRA, A. **O cis pelo trans.** Revista Estudos Feministas. Florianópolis, vol. 25, n. 1, p. 365-373, jan-abr, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/48521/33682>. Acesso em: 28 jun. 2024.

**Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil:** Dossiê 2023 / Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). – Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2024

NAPOLITANO, Marcos. **1964:** História do Regime Militar Brasileiro. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014

NAVARRO SWAIN, Tania. **Feminismo e lesbianismo:** a identidade em questão. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 12, p. 109–120, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634809>. Acesso em: 21 mai. 2024.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos & MOTT, Luiz. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil:** relatório 2021. Salvador: Grupo Gay Bahia, 2022. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2022/03/mortes-violentas-de-lgbt-2021-versao-final.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

PÉRET, Flávia. **Imprensa Gay no Brasil.** – São Paulo: Publifolha, 2011.

PRECIADO, Paulo B. **Manifesto contrassexual** / Beatriz Preciado ; tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. – São Paulo: n-1 edição, 2014.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano: crônicas da travessia** / Paul B. Preciado; tradução Eliana Aguiar; prefácio Virginie Despentes. - 1ªed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes: as políticas sexuais da ditadura brasileira (1964 –1988)**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais), USP, São Paulo, 2017.

QUINALHA, Renan. **Lampião da esquina na mira da ditadura hetero-militar de 1964**. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 61, p. e216104, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8666868>. Acesso em: 21 ago. 2024.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+**: uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte : Autêntica, 2022.

RICH, A. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, [S. l.], v. 4, n. 05, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>. Acesso em: 17 jun. 2024.

RIO, João. **A alma encantadora das ruas** / João do Rio; organização Raúl Antelo. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Rocha, Ana Paula Quintino. **Cidadania e diversidade: dialogando com as transformações** / Ana Paula Quintino Rocha; Maria Aparecida Colares Mendes. Montes Claros: IFNMG, 2020. 79 p., il.; livro digital. Formato: PDF.

SIMAS, Luiz Antonio. **O corpo encantado das ruas** [recurso eletrônico] / Luiz Antonio Simas. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

TELES, Maria Amélia. de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1993.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Ed. revista e ampliada. 4.a ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VALENCIA, Sayak. **Capitalismo Gore y necropolítica en México contemporáneo. Relaciones internacionales: Revista académica cuatrimestral de publicación electrónica**, n. 19, p. 83-102, 2012.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Trad. de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Madrid: Egales, 2006.